

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro - Ano 15 - Nº 44
Maio / Agosto - 2009**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. – Ano 15, Nº 44, (maio/ago.2009) – Rio de Janeiro: CIFEFIL. 176 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**

CDU 801 (05)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512 / 97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e **www.filologia.org.br/revista**

Diretor-Presidente:

Prof. Dr. José Pereira da Silva

Vice-Diretora:

Profa. Me. Cristina Alves de Brito

Primeira Secretária:

Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça

Segundo Secretário:

Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon

Diretor de Publicações

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva

Vice-Diretor de Publicações

Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe:

José Pereira da Silva

Conselho Editorial

José Mario Botelho

Antônio Sérgio Cavalcante da Cunha

Álvaro Alfredo Bragança Júnior

Nataniel dos Santos Gomes

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

Delia Cambeiro Praça

Antônio Elias Lima Freitas

Ruy Magalhães de Araujo

José Pereira da Silva

Afrânio da Silva Garcia

Diagramação, editoração e edição

José Pereira da Silva

Projeto de capa:

Emmanuel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. EDITORIAL	5
1. A heterodoxia como matriz temática na cronística de Airton Monte (ii) – <i>Kilpatrick Campelo</i> (UFPI)	7
2. As armadilhas da língua portuguesa – <i>Carlos Alberto Gonçalves Lopes</i>	28
3. Duas formas de intertextualidade em cartas ao editor em News-week – <i>Maurício Moreira Cardoso</i>	51
4. Heterogeneidade dialetal e ensino de língua materna – <i>Geisa Borges da Costa</i>	69
5. Imperativo: uma análise das variáveis sociais na língua falada de Salvador – <i>Jeferson da Silva Alves</i>	89
6. Marcas lexicais orais presentes na poesia de Manuel Bandeira – <i>Gil Roberto Costa Negreiros</i>	106
7. <i>Mona Paródica... Dá mais pinta bonita</i> : Análise léxico-semântica da gíria dos homossexuais de Fortaleza – <i>Alexandre Melo de Sousa</i>	120
8. Reflexões sobre o ensino dos aspectos formais da língua portuguesa para a competência no manejo das novas regras ortográficas – <i>Elisabeth Ramos da Silva</i>	134
9. Um estudo descritivo e comparativo das principais propostas gerativas – <i>Marcela Cockell</i>	145
10. Um exercício de crítica textual e genética – <i>José Pereira da Silva</i>	152

RESENHAS

11. <i>A História de Reynaert</i> – Biblioteca da literatura em holandês medieval – <i>Álvaro Alfredo Bragança Júnior</i>	160
12. Comentários sobre preconceito e intolerância no discurso jornalístico – <i>Gil Roberto Costa Negreiros</i>	165
13. Homenagem a um linguista – <i>Cleide Emília Faye Pedrosa</i> ...	155
INSTRUÇÕES EDITORIAIS	175

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 44 de sua *Revista Philologus*, com nove substanciosos artigos e três resenhas, de autoria dos seguintes professores, filólogos ou linguistas: Alexandre Melo de Sousa (p. 122-135), Álvaro Alfredo Bragança Júnior (p. 162-166), Carlos Alberto Gonçalves Lopes (p. 29-52), Cleide Emília Faye Pedrosa (p. 171-174), Elisabeth Ramos da Silva (p. 136-146), Geisa Borges da Costa (p. 71-90), Gil Roberto Costa Negreiros (p. 108-121 e 167-170), Jeferson da Silva Alves (p. 91-108), José Pereira da Silva (p. 154-161), Kilpatrick Campelo (p. 7-28), Marcela Cockell (p. 147-153) e Maurício Moreira Cardoso (p. 53-70).

Sinteticamente, podemos informar que este volume 43 da *Revista Philologus* apresenta os seguintes temas, artigo por artigo:

O primeiro artigo e a conclusão do artigo de Kilpatrick, "A heterodoxia como matriz temática na cronística de Airton Monte", cuja primeira parte foi publicada no número anterior.

No segundo artigo, Carlos Alberto nos apresenta as principais fontes de ambiguidade da língua portuguesa, conhecimento este indispensável para quem deseja se expressar com exatidão e sem equívoco, obtendo assim um domínio semântico satisfatório da língua.

O terceiro artigo analisa duas formas de intertextualidade, a pressuposição e a ironia, no *corpus* de 122 cartas ao editor extraídas da revista *Newsweek*.

O quarto artigo faz uma reflexão acerca das contribuições das pesquisas sociolinguísticas para o ensino da língua materna e como as instituições escolares lidam com a heterogeneidade linguística.

O quinto artigo analisa o uso do modo imperativo (singular) manifesta nas formas associadas às formas do indicativo e do subjuntivo, na língua falada em Salvador, em contextos sociais distintos.

O sexto artigo investiga as marcas léxico-orais presentes em Manuel Bandeira através da perspectiva sociointeracionista, que considera fala e escrita a partir de um continuum tipológico.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O sétimo artigo analisa semanticamente o léxico da gíria dos homossexuais de Fortaleza do ponto de vista das variações linguísticas.

O oitavo artigo tem por objetivo discutir a importância do ensino da gramática normativa, tendo como pressupostos os postulados de Vigotski acerca da aprendizagem da gramática para a tomada de consciência dos aspectos formais da língua, inclusive as mudanças propostas no novo Acordo Ortográfico.

O nono artigo faz um estudo descritivo e comparativo da organização lexical nas propostas de Jackendoff (1975), Aronoff (1976) e Basílio (1980), que descrevem a formação e estrutura das palavras no âmbito do léxico.

O décimo artigo apresenta uma síntese do livro *Linha Reta e Linha Curva – Edição Crítica e Genética de um conto de Machado de Assis*, que trata da evolução do texto, produzido como comédia para o teatro, posteriormente foi publicado como folheto e, por fim, como conto, através dos recursos filológicos da Crítica Textual e da Crítica Genética.

Por fim, apresentam-se as resenhas apresentaram o segundo volume de *Reynaerts Historie* (Biblioteca da Literatura em Holandês Medieval); o livro de Marli Quadros Leite, *Preconceito e intolerância na linguagem* e a Coleção Luiz Antonio Marcuschi.

A Direção da *Revista Philologus* e do CIFEFiL pede sua contribuição com críticas e sugestões para que seus serviços possam melhorar, apesar dos poucos recursos. Além disso, lembra que esses artigos foram disponibilizados em www.filologia.org.br/revista para que um maior número de usuários possa usufruir deles.

Rio de Janeiro, agosto de 2009.

José Pereira da Silva

**A HETERODOXIA COMO MATRIZ TEMÁTICA
NA CRONÍSTICA DE AIRTON MONTE (II)
(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)**

Kilpatrick Campelo (UFPI)
kilpatrick@uol.com.br

ANÁLISE DAS TEMÁTICAS MAIS RECORRENTES

Dois temas centrais recorrentes: o cultivo da heterodoxia (apreço pela marginalidade, em sentido lato) e o cultivo do par antagônico libido aguda/nihilismo existencialista. A solidão do escritor, ao produzir, também é tema, reiteradas vezes, explorado. Eventos datados não são regra, nem eventos ou acontecimentos da ordem do dia. É digno de nota também o interesse, ainda que ocasionalmente negado, sobre o ofício de escrever.

O culto da marginalidade se pode identificar no fato de o autor ser herdeiro da geração *beatnik*, da geração da contracultura, cujos lemas ainda são lembrados: *É proibido proibir; Faça você mesmo*. A geração de mochila nas costas e de literatura pé na estrada, inspirada no livro *On the road*, de Jack Kerouak. Airton ama os *outsiders*, os desajustados, os deslocados, os estigmatizados, os preteridos de toda ordem. Pode-se admitir que o autor considere a atual forma de organização das sociedades humanas injusta, díspar, de modo que ajustar-se a esse padrão societal significa um embrutecimento perceptual, principalmente se a reprodução do estado de coisas vigente se der de modo consciente, deliberado. Os acomodados ao sistema político e sócio-econômico, que pretendem perpetuar-se no poder, são os mais criticáveis, em razão não apenas da tolerância às injustiças, mas de sua prorrogação e, em alguns, recrudescimento dessas disparidades. Assim, os seres humanos inteiramente conformados e ajustados são dignos de condenação ou menosprezo.

O culto da libido aparece com recorrência como compensação ou contrapartida de um nihilismo existencialista. A presença reiterada da feminilidade é um mecanismo compensatório da descrença na humanidade em geral. Observe-se o que diz a respeito de Monte o crítico e escritor Dimas Macedo:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Incrédulo diante do homem, o autor vasculha as vísceras de uma sociedade embrutecida e revela criaturas que os mais crédulos pensavam existirem apenas no reino da fantasia.

(www.secrel.com.br/jpoesia/nilto21.html)

Assim, não raras vezes, a obra apresenta temáticas ligadas ao erotismo compensador de um niilismo absorvente e um olhar edulcorado com relação aos desabrigados da sorte de toda espécie. Por outras palavras, o princípio tanatológico (de morte) do niilismo é contrabalançado por uma ginecolatria. A mulher, em seus textos, é um ícone da vida, da pulsão de vida. Mormente da vida deste mundo, da realização neste mundo. Em razão disso, não são raras as alusões ao erotismo feminino.

A cidade de Fortaleza é também constantemente tematizada, das mais variadas formas. Assim, há crônicas saudosistas, outras simplesmente constatativas de um novo estado de coisas, outras queixosas da desordem estrutural e organizacional da referida metrópole, que chegou a categorizar como Medéia. Há também dualidades antinômicas e complementares a transparecer em seu livro. O par de pólos solidão/gregariedade pode ser entendido como uma dualidade regida pela complementaridade, porque o narrador mostra-se “de corriola” e, ao mesmo tempo, amante de solilóquio. Não há incompatibilidade para ele, nesse caso. Já em relação ao humor, há oscilações polares, com crônicas de euforia e encantamento gratuitos com a existência e outras, antípodas das primeiras, do mais explícito desespero niilista. Pode-se assinalar ainda a dualidade racionalidade/irracionalidade, em que há laivos de romantismo por causa de uma relativa volúpia do sofrimento e gosto pela solidão (Cintra, 547) Observe-se o seguinte comentário:

O romantismo valorizou as forças instintivas e irracionais, glorificou o homem natural, o seu primitivismo e a sua espontaneidade, mas apresenta muitas vezes atitudes subtilmente intelectualistas – pense-se na ironia romântica – e exalta os valores culturais. A arte romântica manifesta com frequência o gosto pelo fantástico e pelo grotesco, por tudo o que é excessivo ou anormal, deforma as proporções e as relações verificáveis na realidade; mas revela-se também, com frequência, como uma arte atenta ao real subjetivo e objetivo, procura pintar o homem e o mundo com autenticidade... (Cintra, 1986, p.558)

Naturalmente, há uma particularização do culto ao irracionalismo, que o aproxima do romantismo, assim como da exploração do

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gosto pelos excessos ou pela anormalidade, que chamamos de culto da heterodoxia. Afinal os tempos são outros e Airton sofreu forte influência da contracultura e de seus ícones. Ressalve-se ainda que o distingue do romantismo em sentido estrito a ausência do elemento transcendental, tão caro à estética romântica. Naturalmente não poderia ser diferente, visto que o autor não crê em nada nesse sentido. Seu irracionalismo se afina com todas as correntes de pensamento e produção literária anti-racionalistas, com fontes diversas de aversão ao racionalismo (místicas ou puramente mentalistas), que desembocaram, na segunda metade do século XX, na assim chamada contracultura.

Seguramente não são exclusivamente essas as temáticas, mas nos parecem as mais salientes. Ressalte-se ainda que elas se entrelaçam, havendo concomitância de exploração temática, porque, a rigor, as crônicas nem sempre se prendem exclusivamente a um único tema.

ANÁLISE DAS CRÔNICAS DA OBRA

Ao todo o livro apresenta 62 crônicas. O livro não é uma produção *ad hoc*, isto é, não foi escrito ou organizado apenas com o objetivo de figurar na relação do vestibular da Universidade Federal no ano corrente. Sua primeira edição aconteceu em 2004, por sugestão e obra do ensaísta e literato Dimas Macedo. Foi editado, então, pela FUNCET. A escolha das crônicas obedeceu, segundo o organizador Dimas Macedo, a um critério de poeticidade. Noutros termos, para o organizador, as crônicas foram escolhidas em razão de lhe parecerem mais próximas da poesia.

Ressalta-se, na crônica que abre a obra, homônima do título, a sincronicidade de acontecimentos em uma grande cidade em confronto com a atmosfera silente de crepúsculo anunciado em que escreve o cronista seu texto. O escritor alude a uma série de acontecimentos dramáticos e trágicos que podem estar sucedendo à medida que escreve. A contraposição a essa série de acontecimentos é

...a visão de uma moça linda, com um sorriso de jardim suspenso da Babilônia e, certamente, irremediavelmente com uma flor na boca, que o poeta colherá inevitavelmente, imune ao veneno de todos os espinhos. (p. 8)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A alusão a uma mulher como contraponto das falibilidades, das abjeções, indignidades humanas é ilustrativa da cosmovisão de Monte. A monturgia literária centra fogo no erotismo feminino como princípio de vida, para se opor a um ceticismo generalizado acerca da condição humana.

A segunda crônica, *O Goleiro*, também é elucidativa a respeito da cosmovisão montiana, porque trata dos goleiros, figuras marginalizadas no meio futebolístico. São os mais facilmente responsabilizados pela tragédia de um clube. São os mais mal remunerados. Em suma, os goleiros são indivíduos, à sua maneira, em seu meio de atuação, escanteados, esquecidos ou mal lembrados. São alvo de pragas e imprecações impudentes e inclementes da torcida, que não os poupa de uma falha ocasional. Estão sempre sob pressão porque seus erros são fatais. Se incorrem em falhas graves, os possíveis resultados negativos logo se avultam. Destaque-se ainda que tem a ingrata função de evitar o momento culminante do futebol: o gol. Nesse sentido, os goleiros representam o antifutebol, vez que sua função precípua – disso, aliás, depende sua própria sobrevivência na carreira – é impedir que esse momento clímax não se realize.

A terceira crônica é uma confissão de dependência das figuras femininas: “*Desde menino, cercado por mulheres, primogênito, filho do primeiro amor ou do primeiro descuido, tornei-me um inútil irreparável, um doméstico trambolho.*” (p. 11) Mostra também sua inapetência ou desinteresse em se tornar um homem emancipado, um senhor de si mesmo. Possivelmente em razão da influência da visão de mundo de sua geração, avessa ao perfil de homem tributável, familiar e ordeiro.

Em *Namorados*, *Namorai* tematiza o amor. A ocasião para essas sumárias reflexões é o dia dos Namorados. O texto explora a carência sempre presente do narrador de amores. Daí a sua projeção final de uma possível cena crepuscular com a admissão de urgências aflitas entre os eleitos poetas malditos. Nesse sentido, o poeta se assemelha aos escritores românticos, que são incompreendidos, mas sedutores contumazes. Mas a tematização da conquista orquestrada pelo poeta muito mais se inclina para a abordagem à Byron que à Aluísio de Azevedo.

Voz das Emoções é uma crônica de comoção intrafamiliar.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Após ter recebido uma carta de seu pai, o cronista revela a solidez dos laços afetivos de sua família. A devoção que nutre pela figura paterna, já extinta. É um conto marcadamente lírico, confessional. Narra um desafogo e um encontro conciliado patrifilial. Tem, em suma, uma atmosfera de redenção ou catarse, em razão da deflagração do entendimento profundo entre pai e filho.

A crônica *Minha Santa* versa sobre a maternidade. O cronista descreve sua rotina de convívio familiar para a celebração do dia das mães. Consulta sua própria mulher a respeito da função das mães e do exercício da maternidade. Finalmente, arremata o texto a sobressair seu amor paternal em relação ao seu amor maternal. Novamente, o tom lírico-confessional se manifesta. A explícita preferência pelo pai em uma crônica em que se trata do dia das mães é uma marca incontestável de heterodoxia.

Em *Histórias do Cotidiano* o autor assume um tom cronista mais marcado, a relatar dois acontecimentos inteiramente plausíveis em nossa existência: o primeiro um acidente automobilístico com um óbito; o segundo, o parto de um natimorto. Há o emprego de discurso indireto livre nas duas tramas. Novamente a heterodoxia é identificável na medida em que duas tramas representativas da felicidade familiar burguesa são fraturadas por acontecimentos funestos. Mosstram-se, na contramão de uma expectativa açucarada de felicidade familiar, desfechos em que os relacionamentos são esfrangalhados.

Crônica Melancólica reassume o tom intimista, personalista. Trata-se reflexões ligeiras sobre a natureza da existência, pinçadas com a admiração por paisagens naturais, como o mar e a lua. Destaque-se ainda uma demonstração de sua concepção de produção literária, assim como da relação entre a vida e a arte:

A vida é tão pequena, seus acúmulos não são só de dor, porém de tudo, de tudo. Sim, de tudo. Acendo um cigarro, escrevo frases que nem sei de onde chegam, feito um milagre eternamente repetido, e que, maravilhosamente, ainda me assombra poderosamente. (p. 22. Grifo nosso)

Esse trecho demonstra a crença em uma verve produtiva e farta para a produção literária. Não há necessidade de esforço suarento para a sua escritura, que se crê abundante. Nesse sentido, o autor se aproxima da concepção dos românticos, que consideravam o artista um ser acima da média dos mortais comuns, dotado de habilidades

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

psíquicas e artísticas extracomuns.

Licença Poética é uma metacrônica, ou seja, uma crônica de reflexão a respeito da natureza da crônica. Em primeiro lugar, explica a motivação do cronista, que é sumamente de base inspiracionista, libertária e avessa a procedimentos regulamentados e roteirizados. Permite também a visualização de seu instrumento de trabalho, a máquina *underwood*. Em seguida, anuncia que a escrita literária é um jogo, mas não apenas na acepção lúdica e graciosa do termo, dado que pode conduzir o escritor a regiões abissais. Compara a sua escritura a uma mania, uma compulsão necessária para a tolerância à existência. Nesse sentido, a literatura, para ele, é uma forma de entretenimento, uma cachaça. Manifesta uma equiparação de potência criadora e sexual, sem preocupações adjacentes. A reflexão a respeito da licença poética transita para a reflexão sobre o envolvimento amoroso. Descarta, então, a respeito deste último tópico, a sexualidade movida estritamente por desejos carnis, animais. Reafirma que, para ele, escrever não é trabalhoso, ainda que tenha compromissos profissionais. Exalta, aliás, a necessidade de o escritor usufruir de condições livres para sua produção, ao menos ocasionalmente:

Por enquanto, mais folgado do que gato de hotel, escrevo como se tomasse banho de chuva na madrugada de um domingo de carnaval, bêbado e feliz. Tão necessário escrever assim de vez em quando, com as musas de plantão me cobrindo de mimos de filho único. (p. 24)

Em seguida, definitivamente, o cronista patenteia que sua produção é controlada pela inspiração ou por uma capacidade genuína e abundante:

Para mim, escrever é um ato imerso em rituais que não faço a menor questão de entender. Apenas me vem uma idéia, um fato, uma imagem, um estalo de juízo e pronto. Sento à máquina de escrever e escrevo como se fosse a coisa mais natural do mundo. (p. 24)

Por fim, nega que considere suas versões primeiras sempre intocáveis. Descarta-as quando as julga, a seu talante, impróprias para publicação. Em seguida, dessacraliza a figura do autor, rotulando-os de indivíduos comuns e destituídos do poder de mundo. A licença poética seria, possivelmente, a tolerância do mundo de ouvir os poetas, como meros nefelibatas, incapazes que são de modificar a realidade. Há uma ambivalência com relação aos poetas, que ora são tidos como indivíduos de habilidades redacionais incomuns (o que o

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

distingue positivamente em cultura grafólatra ou grafofílica como a nossa), ora como indivíduos em tudo iguais aos demais, além de serem tolerados socialmente, já que não contribuem para mudar a sociedade ou o mundo. A licença poética, assim, contrai uma significação bem diferente da autorização conferida aos escritores de opor-se à norma gramatical a seu bel prazer. Trata-se da tolerância de uma sociedade comandada pela razão instrumental para com indivíduos sem préstimo claramente identificável.

O Mar é Mulher começa pela admissão de que há dias ordinários, sem nada que chame atenção do cronista. O texto menciona então o que promoveria um alívio no cronista: a visão do mar de uma varanda. Essa visão também conta com uma presença feminina. O texto avança até o ponto em que o cronista especula sobre o gênero do mar, quando se convence de sua feminilidade:

Porque me chega uma certeza absoluta, ao amanhecer do novo dia que começa, de que o mar é uma entidade feminina, de que o mar é uma mulher tão linda quanto perigosa, pois conhece a sedução de todas as se-reias. (p. 26)

Consuma-se o texto com a confissão do machismo do autor, que se recusaria a elogiar a beleza de uma entidade que não fosse feminina.

De palavra em palavra é uma crônica, inicialmente, sobre Fortaleza e seus diferentes habitantes encarcerados em algum tipo de clausura existencial. São mencionados os pobres demais, os ricos demais e os drogados demais. Há um estranhamento do autor com relação a sua cidade natal. O autor demonstra toda a sua aversão à conformidade com o *status quo*. Confidencia suas fragilidades, como sinal de corajosa exibição a que não se permitem os seres humanos “ajustados” e supostamente “equilibrados”:

Tristes dos que se conformam com o pão e o circo, dos que se resignam, se amofinam vendo a banda passar e nada ousam, nada fazem, nada mais anseiam que a ilusória segurança dos bens materiais e pensam que o policial da esquina virá em seu socorro.

Procura distinguir seres humanos de visão de mundo comodista de outros de visão crítica ou inquieta. Relata que se recusa a amparar-se em dogmas ou em fórmulas prontas ao ser defrontado com o devir da existência. Em suma, o cronista exprime que a pas-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sionalidade do guia, não a razão conformista, de natureza espiritual ou socioconsuetudinária. A exaltação do coração, ícone da passionalidade, representa uma oposição, sempre presente, ao racionalismo controlador, mensurador, rotulador e oportuno para o produtivismo da razão instrumental e tecnicista, a única interessante para o modo de produção capitalista, contra o qual o autor, à sua maneira, se dispõe.

Em *Os Passarinhos Fujões*, O autor, novamente, reverencia a irracionalidade, ao admitir o culto da preguiça, da comodidade, do esparramado usufruto da ociosidade, à Macunaíma, o anti-herói personificador do mau-caratismo congênito da nação brasileira, pela sua resistência ao trabalho e às regularidades extremas. Não se esquece de teorizar sobre a função do domingo, dia propício para poetar. Não deixa de alfinetar escritores, a seu ver, inábeis. Confessa, em seguida, novamente, sua passionalidade candente e onipresente: “...*meu coração eivado de um romantismo incurável e renitente.*” (p. 30) Como é próprio da narrativa do autor, insere temas sem conexão aparente, associados por obra de sua visão de mundo ou de seu acervo de experiências. Assim, depois de falar do verso de um poeta, Soares Feitosa, metaforiza a fuga dos passarinhos, gerando a impressão de que os poetas têm uma ciência especial a respeito dos condicionamentos dos passarinhos fugidos, sempre presos ao “*local do crime*”, possivelmente o hábito escravizante de ficarem presos, como os imediatamente citados obedientes e disciplinados pombos-correio. Há uma espécie de autorização interpretativa para se tomar os passarinhos fujões como criaturas que perderam o gosto pela liberdade, que não se sentem mais à vontade para viver em seu estado primeiro, primitivo, natural. O condicionamento à escravidão que não prende apenas os que estão presos, mas os que têm um aparente anseio de liberdade. O poeta conhece os que realmente terão capacidade de uma libertação definitiva e os que são passarinhos foragidos sem tórus para uma mudança de vida real.

Em *Moça de Azul-Celeste*, o poeta exalta a beleza de uma mulher que lhe cruzou o caminho, em um fim de tarde na praia de I-racema. Descreve-a minuciosamente. Exibe sua volúpia masculina, sua capacidade de, lupinamente, interessar-se por uma mulher tão vistosa e viçosa. Confessa-se desejoso dela. De modo sub-reptício, admite-se que a apetência sexual não é a mesma, que a maturidade

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

costuma arrefecer.

Em *A Mulher de Preto*, o autor novamente exalta a feminilidade, ao descrever sua troca de olhares com uma mulher desconhecida. Dela sabe apenas de uma criança e de uma colega com quem caminha, em dois momentos diferentes de entrecruzar de olhares. Não há arremetida ou investida do poeta, ele apenas a contempla, ela apenas o admira. Assim se conclui a crônica: um interesse ou atração súbitos sem consequência sentimental que não a lembrança.

Em *A Nudez do Cronista*, o cronista consegue momentos de humor, bem ao sabor da cultura local, especializada no humor de todo jaez, mas principalmente do baixo corporal. Serve também para mostrar a predileção do autor por comportamentos heterodoxos, como transitar, ainda que em casa, nu, em um domingo à tarde. Aliás, tem plena ciência disso: “*Felizmente, dentro de casa, longe do olhar alheio, senão me tornaria um atentado ao pudor, aos bons costumes ou à estética, o que seria muito pior e imperdoável.*” (p. 36) Arremata com uma confissão de perplexidade ou de ausência de princípio explanatório para a existência, carecente de qualquer motivação radical:

Nu, tenho a suprema desfaçatez de olhar-me ao espelho. E me acho um feio bonito que nem Jean Paul Belmondo fazendo as mulheres bonitas se derreterem de paixão. E descubro, incontinenti, que viver ou morrer carecem de qualquer sentido, sem um tiquinho assim bendito de narcisismo. (p. 36)

Significa dizer que não é mera literatice, isto é, mero jogo de cena, mas crença autêntica.

De concavidades e reentrâncias, crônica em que desabafa a canseira provocada por sua rotina de auscultação das enfermidades anímicas alheias. Mostra-se saudoso de suas empreitadas desportivas. Neologiza ao cunhar o termo *halterocopismo*¹ (não se desconsidera que talvez seja construção composta de autor desconhecido), forjada nas mesas de bar, anonimamente. Lança uma explicação psicanalítica para justificar o interesse de exploradores de cavernas pelas entranhas da terra: uma atração atávica por ambientes uteróides.

¹ Pílhéria para se referir ao “esporte” praticado pelos boêmios.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Passa a especular, enfim, a respeito de paisagens, espaços que o atraem: os abertos, os escancarados. Não deixa de aludir ao erotismo. E conclui com uma aspiração explícita por claridade, por luminosidade.

O Doutor e a Jumentinha é meramente uma paráfrase de uma piada conhecida. Melhorada, sem dúvida, com uma versão mais suave, além de não apresentar o descomedimento verbal característico de piadas contadas à viva voz.

O cronista e o beduíno se introduz pela menção à fadiga gerada pelo constrangimento do trabalho. Segue com uma relação do calor com o sexo. Para dar um tom mais profano, (até blasfemo) o autor vai tratar, novamente, de temática erótica com um mote extraído da Bíblia – “*em verdade vos digo que...*” (p. 41). Escancara seu interesse ginecôlatra sempre em bases eróticas. Não se furta a mencionar as partes erógenas. Nada mais importa ao se consumir a conjunção carnal. Está justificada a própria existência:

Nesta hora alucinante, atemporal, se algum pingo de lucidez ainda me restasse, me perguntaria pra que tanto sol, pra que tanto mar, tanto calor? Se nossos ventres revoltos já são capazes de causar queimaduras de terceiro grau? (p. 42)

A mulher que ele considera a mulher das mulheres, a mulher em sua tipicidade manifesta é a mulher a atuar sexualmente, ainda que sua animalidade se mostre mais claramente: “*Sim, há muito de bestial numa mulher em fúrias de gozo. É quando as vejo mais lindas, mais puras, mais intensamente fêmeas.*” Depois da recorrente ginetematização, o autor volta a tratar de sua exaustão à medida que reconhece, em seu lar, um abrigo, um remanso balsâmico: “*Hoje o dia foi quente e comprido. Eu volto pra casa feito um beduíno ao seu oásis.*” (p. 42)

Quando a tarde cai principia pela confissão pelo fim do dia. Uma crônica saudosista. A rememoração de seu fascínio, desde a infância, pelas letras. Além disso, menciona sua compreensão de que a infância não se fez apenas de lembranças agradáveis. Em seguida, transita para sua adolescência, período dos primeiros encantos com as mulheres. Logo após, ele trata, ao contemplar a performance de surfistas, que teve, em sua vida, altos e baixos, picos e grotas. A noite, de plenilúnio, encontra o cronista a sair do bar, inundado de recordações. Finda por dizer, saudosista, que não se esquecerá daquele dia.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

S.O.S. DEUS é um texto paródia da oração de libertação. Trata-se de uma relação de súplicas de proteção. Elas revelam seu *modus vivendi e percipiendi* do cronista. Tudo regado a muito bom humor. Trata-se, efetivamente, de um sumário de sua visão de mundo. Nessa crônica o autor externa suas opiniões sobre literatura, sobre as mulheres, sobre política, sobre a cidade de Fortaleza, sobre os eco-destruidores, sobre a politicalha, sobre os músicos popularescos e posições, meramente maquilados para o interesse de mercado, finalmente, sobre a clausura e ou disciplina produtivista que nos impõe o relógio, ícone do tempo dinheiro, do tempo trabalho explorado convertido em capital mais valia.

Crônica surrealista é um jorro de imagens sem um nexo aglutinador. A crônica é construída sem um controle racional, o que condiz com a mentalidade espontaneísta de um herdeiro da contracultura. Trata-se do fluxo de consciência tão caro aos adeptos de uma redação dionisíaca, em que as estribeiras da razão são rompidas. O surrealismo, como o romantismo, era avesso à racionalidade, ao controle e ao comedimento da razão de qualquer natureza. Assim, a sucessão de imagens impossíveis à experiência perceptual habitual é uma atualização de uma mentalidade anti-racionalista.

Crônica Intérmina é construída com base em uma série de comparações que, no entanto, não apresentam o termo comparado, o qual deve ser inferido pelo leitor. Pode-se supor que se trate da atividade de escrever. Nesse sentido, essa crônica também é uma meta-crônica, porque descreve as motivações ou os mecanismos propulsores do escritor em tela para a sua produção. Assim, escrever uma crônica é como “*viver como se a vida fosse um fim de tarde, o pôr-do-sol alongando as sombras dos seres e das coisas, quando todos os fantasmas se aquietam, sossegados, mansos como estátuas num porão.*” (p. 47) Pode ainda sugerir que há mais a dizer, nessa linha de interpretação, que há muitas outras motivações possíveis, não explicitadas, para a redação de uma crônica. Por outro lado, uma interpretação diferente seria simplesmente ater-se ao caráter intérimo da crônica, na medida em que, conforme diz o próprio título, não está concluída. Prova linguística disso é a ausência do termo comparado. Por esse motivo, a sensação de inconclusão efetivamente persiste ao fim da leitura.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Telefone, retratos, escorpião é uma crônica em que se revela um homem a esperar um telefonema de uma figura feminina, cujo perfil não é bem delimitado inicialmente. Sabe-se que os retratos dessa mulher povoam a casa e sua mente. O telefonema não acontece. Busca-lhe as palavras, vez que lê sua carta. O homem sofre, mas desiste da espera e, após se sangrar, vai dormir frustrado, certo de que o dia seguinte será um dia difícil.

Feliz Aniversário, Fortaleza não é uma ingênua celebração do transcurso natalício da cidade. Novamente mostra-se, por isso, heterodoxo. Não, ele se queixa de suas mudanças para pior. Menciona a legião de habitantes a viver sob penúria, a indiferença dos políticos. Depois invoca a padroeira da cidade para lamentar o seu estado atual. Confessa, em seguida, sua descrença nos préstimos das forças espirituais: “*Quisera eu acreditar em milagres, proteções celestiais, nos deuses que me ensinaram a temer a infância amedrontada pelas divindades.*” (p. 52) Conclui, ainda a suplicar à padroeira, providências para corrigir os rumos da “*cidade envilecida*”. (p. 52)

Cartas de Mulher é, flagrantemente, romântica, no sentido mais passional do termo, o que se coaduna com a aversão geral do narrador pelo racionalismo e suas expressões de controle. Em primeiro lugar, pela própria natureza do tema, ainda que seja de uma correspondente anônima, desconhecida para o autor. Esse desconhecimento que lhes permite, aos dois correspondentes, uma idealização mútua. Em segundo lugar, o próprio narrador o admite *ipsis verbis*: “*A cada vez que as leio, sinceramente me comovo, não fosse eu um desses românticos incuráveis que ainda se emocionam com um gesto de ternura alheia.*” (p. 53) Por fim, a idealização da correspondente desconhecida é denegada pelo narrador, ao se configurar como “*um sujeito comum, de hábitos vulgares, suburbano cronista, poeta de província que jamais aprendeu a merecer o amor de quem, um dia, incautamente me amou.*” Novamente o autor assume um tom abertamente lírico, confessional.

Unha encravada se vale de uma epifania, ou seja, uma revelação por intermédio de um evento cotidiano ordinário. Assim, por obra de um encravamento ungular, o autor se deu conta do estoicismo feminino, da fragilidade masculina, da perda do amparo maternal: “*Uma prosaica unha encravada me faz pensar que preciso ur-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gentemente, inadiavelmente, desesperadamente de um colo de mãe e cafunés na cabeça e cantigas de ninar.” (p. 56) Por fim, ainda a unha encravada provocou uma reflexão sobre o destino final de todos nós: a morte. A unha a ser considerada uma parte resistente da desapareição do corpo. Ele, então, revela que fim quer para seus despojos: a cremação.

Eu e o Mar mostra um narrador apático, alheio aos atrativos do mundo sensível. Não se considera, no entanto, deprimido, mas entediado, aborrecido. O sorriso de uma garotinha recupera-lhe o apetite pela vida. Propõe-se em seguida a ensinar procedimentos sumários para a produção poética. As aflições do princípio da sobrevivência são exibidas, de modo sumaríssimo. Por fim, o narrador se mostra flexível para sentir-se pelo mar por várias motivações, de indivíduos estigmatizados, marginais ou padecentes (surfista, pirata, náufrago e afogado) ou simplesmente comuns (banhistas). Encerra o texto com a demonstração de que a sensação de desconforto estivesse à flor da pele e apenas um banho de mar o pudesse aliviar dessa impressão opressiva.

Sonhos trata de diversas aspirações. O narrador mostra, então, as insuficiências, as carências e os sofrimentos de diversos indivíduos cidadãos. O encerramento difere da listagem de sonhos, porque narra a desilusão de uma aspirante a atriz de telenovela.

A Mulher que Passa mostra a vitalidade do tema da mulher em seu texto, princípio vital que é para o autor:

Sim, penso eu, olhar mulher bonita faz-me um bem danado ao velho coração, me limpa as gastas retinas míopes, arranca-me das mesmices cotidianas e me carrega para um mundo de mistério e encantamento. (p. 61)

O narrador teoriza sobre os olhares diferentes dos homens sobre as mulheres. Distingue o seu olhar do olhar cúpido, concupiscente, voraz e vulgar. Por fim, diviniza a mulher e deposita em um centro justificador de tudo, o ser dos seres:

Meu olhar pela mulher que passa é meu desejo enfim poetizado, aquilo a que ousou chamar de lírico tesão ardendo no olhar deste homem solitário que olha a mulher que passa, dona da rua, dona da cidade, dona do mundo. (p. 62)

Não deixa, contudo, de demonstrar certa rudeza ao finalizar a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

descrição da natureza de seu olhar.

Em *Janela Aberta para o Nada* o niilismo aflige o narrador. Nega-se a aceitar consolações baseadas na crença dos ciclos da vida: Há a descrição de uma série de desencantos e descrenças, descréditos e cansaço, cujo arremate se dá com a confissão niilista da perda de sonhos:

Você se pergunta atarantado cadê os sonhos que acalentou durante tantos anos e jamais pensou que a essa altura da existência, deles nada sobraria a não ser a terrível, pavorosa angústia de um inenarrável vazio e uma janela quebrada aberta para o nada. (p. 74)

A Casa Cheia de Palavras é mais uma crônica relativa à solidão do narrador, à sua vida privada, à sua labuta de escrever, por razões profissionais ou prazerosas. O autor, à medida que teoriza sobre sua escritura com simplicidade, nega seu interesse por especulações especificamente teóricas a respeito do ato de escrever:

Respondi entediado que isso carecia de importância, importante mesmo era escrever. Teorizar sobre o ato de escrever não é comigo, nunca foi. Simplesmente, escrevo porque não posso deixar de escrever e para faturar mais uns trocados e garantir o aluguel e a cervejinha das crianças.

Ele, assim, opina de forma ambivalente, romântica e anti-romanticamente, porque, de um lado, escreve por uma vocação de que não pode esquivar-se, de outro, porque está submetido ao império tirânico do princípio da sobrevivência.

Em *Figuras Urbanas* não descreve figuras, mas uma pessoa. Um indivíduo marginal, a se considerar a descrição física e vestimental e o comportamento bizarro que apresenta:

É um preto alto e magro feito um guerreiro etíope. No alto da carapinha amarfanhada repousa, como um pássaro exótico, um estranho gorro de crochê parecido com os que usam os cantores de reggae. [...] Como se não bastasse, veste camiseta e bermuda de surfista entranhadas de sujo, calça, gastas chinelas de dedo, pequenas demais para seus pés enormes de jogador de basquete. (p. 85)

O narrador finda sem definir bem, o que melhor caracteriza o caráter de marginalidade da personalidade tema, quem é, se mendigo, louco, poeta ou profeta. Enquadrado em qualquer uma dessas opções cogitadas seria, indubitavelmente, um indivíduo desviado, excepto poeta, porque deles há perfeitamente ajustados ao *statu quo*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Doméstica Escravidão é uma das poucas crônicas em que a mulher não é caracterizada de modo positivamente sensual, erótico ou divinatório. Isso porque ela não exerce um papel estritamente vinculado às funções tradicionais ainda atribuídas e esperadas da mulher, a despeito de suas conquistas mercadológicas e profissionais fora do ambiente doméstico: zeladora do bem-estar físico e emocional masculino e objeto do desejo masculino. Trata-se de uma confidante feminina das feridas de um casamento moribundo. O narrador, partidário da ala masculina, conclui que envoltos dessa natureza são escravizantes: “*Pobre de quem cai numa dessas armadilhas feminis, em que o amor, ao invés de ser libertação, transforma-se na mais cruel e doméstica forma de escravidão.*” Não se trata, portanto, de um sofrimento analisado de forma imparcial, em que se procurasse levar em consideração as dores de ambas as partes envolvidas nessa relação adoentada. Não, porque o cronista responsabiliza a mulher pelo fracasso da relação. Toma partido, portanto, do lado masculino e solidariza-se contra a suposta escravidão proporcionada por uma esposa reivindicativa.

Em *Luminosa Manhã*, a passionalidade e a sentimentalidade de um escritor assumidamente anti-racionalista e individualista, na acepção menos nefasta do termo, são exibidas. O autor confessa-se tomado de ternura pela existência, pelos seus familiares, por tudo. Esse bem-estar provoca no autor o impulso pela escritura. Tida, novamente, como uma tarefa que dispensa esforço de qualquer natureza, jorrante e copiosa que é a atividade literária para ele. Nesse sentido, novamente, a tematização da tarefa de escrever é objeto de sua crônica, ainda que não de forma exclusiva ou central, no caso dessa crônica. O autor admite sua devoção ao álcool e conclui novamente ateu, refutando a credibilidade de uma fugaz experiência de mediunidade auditiva:

Na luminosa manhã de um feriado de Natal, ouço a voz de mamãe dizendo que, embora eu não acredite (grifo nosso), o Menino nasceu e logo depois o fantasma some, se esvaece na escuridão de meu sono sem sonhos. (p. 90)

Declaração de Princípios é uma crônica de assunção, da parte do cronista, de sua condição de marginal relativo: “*Decididamente, não sou um bom exemplo para ninguém.*” (p. 91) Em seguida, desfia seu perfil de homem avesso a preventes cuidados físicos. Atribui seu desleixo à profissão, que, sugere, gera entre seus oficiais a im-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pressão de invulnerabilidade. Hedonista assumido, a possibilidade de ter seus prazeres limitados o impede de consultar um colega médico a fim de ter ciência de seu estado geral de saúde. Lista, então, os seus hábitos gastronômicos e boêmios dos quais não se sente capaz de abrir mão. Efetivamente ainda ecoa no cronista a sentença característica da geração da **contracultura**: “*É proibido proibir.*” Demonstra toda sua aversão a um regramento convencional, ainda que sua própria vida, ao fim e ao cabo, possa estar em risco. Em agindo assim, evidencia que uma irracionalidade teimosamente consciente não dista de sua existência, toma conta de seu ser, de forma incontroversa. O usufruto imediatista da existência não tem preço, mesmo que lhe custe o contato com os seus. Não se trata, portanto, de uma negação puramente deletéria da vida, mas de uma compulsão cultivada, de descontrole consciente e permitido: “*Claro que amo a vida, quero viver o maior tempo que me for possível, seria bom ver os netos crescerem, mas só se for do meu jeito. Nasci hedonista, quero morrer hedonista, o resto não importa muito.*” (p. 92) Fica, por fim, evidente que princípios norteiam a vida do cronista.

Noturno Solilóquio exalta, mais uma vez, a atmosfera característica de produção do cronista: a sós. O cronista, mais uma vez, vale-se de repetições. A crônica, no entanto, versa sobre as expectativas sobre o Brasil. Não apresenta, enfim, uma visão cética e derrotista, a despeito de ter relacionado uma série das consabidas mazelas que afligem esta sociedade heterogênea: “*Amo você, Brasil, e se este amor um dia me matar, o que importa? Um dia, o futuro virá e, quem sabe, acontecerá o que sonhei e a vida de todos nós não haverá sido inútil (sic)*” (p. 94)

Reencontro é outra crônica de desencanto do cronista consigo mesmo, em razão da canseira provocada pela conquista do ganha-pão. O autor se pergunta pelo homem avesso aos compromissos práticos, absorto que se encontra pela satisfação desses compromissos contra os quais sempre se indispôs:

Cadê aquela metade de mim que era alegre, de gargalhada fácil? Não me agrada esta outra metade sisuda, com um quê de desencanto no olhar sombrio, a distanciar-se de tudo que não seja prático, de resultado imediato, a contar as contas que chegam, sentindo-se um traidor de si mesmo a cada prazer renunciado. (p. 95)

A impossibilidade do gozo de suas inclinações lhe causa es-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tranhamento, como se fosse uma desfiguração, uma violação de si mesmo. O final mostra um homem que quer romper comportamentos esponja da faina e da azáfama extenuantes e irritantes do dia-a-dia, mas, interessadamente, no aconchego do lar, como um pescador que chega ao porto: “*Eu preciso voltar pra mim de novo e ser bem-vindo. Enfim, chego a casa, abro o portão, entro. Sou eu de novo e eu me reconheço. Há em mim uma voracidade de afeto, carícia, paz, sossego.*” (p. 96)

Em *A Mulher Insona*, o cronista compara esposa e amante. A comparação é desfavorável às esposas, como não poderia deixar de ser para um cultor da heterodoxia comportamental. Para o cronista, a monogamia pode ser tachada de heresia, uma profanação aos seus princípios existenciais. A amante é a mulher de prontidão. A mulher de disposição inquebrantável para satisfazer os desejos e os caprichos de seu homem. O autor, a defender a ala masculina, adverte o homem de amantes que deve ter cautela quando a amante chegar aos trinta, por interesse de mudar de estatuto relacional. Nesse caso, sugere, sem pejo, a troca de mulher ou de amante. Os interesses da mulher, em particular, não são observados. Ao contrário, como é característico da visão de mundo do autor, às mulheres cumpre zelar pelo bem-estar dos homens, talhadas que seriam para servi-los e para tolerar-lhes as infantilidades e imaturidades.

Em *Palavra Muda* se tematiza uma relação em que não há reciprocidade sentimental. Há paixão unilateral de uma dada mulher pelo narrador. Ele a possui, mas não a iludira, visto que não lhe prometera comprometimento de qualquer espécie. É crônica de um homem para o qual o sexo não está vinculado a nenhum envolvimento sentimental. Para a mulher, ao contrário, o sexo é uma entrega vã, por isso carregada de dor.

Em *O Desertor da Poesia* há uma cartilha do anti-cronista, porque ele arrola todos os comportamentos e visões de mundo contra as quais se volta. É uma pseudoconversão às aspirações de todo indivíduo bem-comportado. Sob a forma de um texto jurídico, relaciona todos os ditames que, ironicamente, promete-se cumprir. É possível, com a leitura desse texto, se não levado a sério, compreender sua aversão à composição literária descuidada, ao comedimento, à monogamia, à obediência aos bons costumes circulantes, às virtudes esta-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

belecidas e exaltadas, à sisudez dos homens compenetrados e responsáveis, à seriedade dos homens reputados, ao acompanhamento atento das fugazes tendências sazonais da música, à acomodação adiposa da vida, ao sono regular, às companhias respeitáveis, ao moralismo desmesurado, à confiança nos homens públicos, à retidão moral. Não é à toa que foi redigida a lista de artigos, para caracterizar melhor um código. Nada melhor para um homem ajustado a leis, à legalidade (com todas suas insuficiências e deficiências ignoradas) e ao legalismo (quando a lei se verga ao cinismo).

Em *O Repouso do Guerreiro*, o cronista confia sua luta interior contra a rotina, contra a absorção envolvente do princípio da sobrevivência, que o impede de escolher livremente seu modo de viver: “*Que merda de vida é essa que ando levando? Assim tão cheio de compromissos, assoberbado horário de trabalho, prenhe de uma inútil pressa que, se pudesse, não teria.*” (p. 107). O cronista se pergunta por que não tem coragem de lançar tudo para o alto, desembaraçar-se de tudo e reiniciar. O cronista aspira por uma potência controversa e evoca Bilac. A sua evocação parnasiana mais se sedimenta na medida em que alude a figuras da mitologia grega, naturalmente à sua maneira. Prestes a encerrar, indaga-se pela serventia dos seus feitos, pelo seu legado. Não acha certeza de nada. Mostra apenas ter ciência radical de sua finitude e, boêmio e ginecólatra, seus habituais interesses: “*Meu negócio é madrugada, mar, luar, ‘braços de uma mulher, guerrilheira, camponesa, manequim, ai de mim, nos braços de quem me queira*” (p. 108)

Em *La Belle Dame sans Merci*, o cronista mostra, explicitamente, o desamparo e a angústia de um materialista perante a cogitação acerca da morte de um ente querido, sua mulher. Essa cogitação prorrompeu em virtude do passamento da mulher de um amigo, que se exasperou por causa da perda de sua companheira. Representa também, a crônica, uma admissão de afeto extremado pela mulher, assim como de uma grande simbiose e sintonias, já que ela, a esposa, o entende, ainda que o não veja:

Na escuridão do quarto, os olhos da bem-amada são duas velas ardo. Ela bem sabe que retorno, como um argonauta urbano, de uma cruciante jornada noite adentro e dessa doída tristeza em meu olhar. (p. 106)

Em *O Poeta Naturista*, a solidão da produção do poeta, suas

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dúvidas quanto à qualidade e ao interesse que despertam seus textos voltam à carga. Trata-se de um dia relevante para a pátria brasileira, 7 de setembro. O cronista, opositor ferrenho da ordem constituída, não poderia admirar nada relativo a esse dia cívico. O auto-desmerecimento se manifesta em diversos momentos, quando o cronista questiona a validade da leitura de seus textos. Uma depreciação demonstradora de humildade relativa. Revela também sua inclinação para a gregariedade, o ajuntamento em grupos. Exalta, pleonasticamente, seu apreço pela solidão, tema recorrente: “*Ficar sozinho, desfrutar da maravilhosa sensação de se bastar a si mesmo em matéria de boa companhia.*” (p. 109) Com seu também habitual pendor para comportamentos heterodoxos, transita desnudo por sua casa, ainda que não se julgue visto. Teoriza sobre a recorrência temática, uma intratextualidade marcada por uma circularidade semiconscente ou inconsciente. Vale-se do argumento de autoridade literária, ao citar, sem referência bibliográfica precisa, o incensado escritor tcheco Kafka. Explicita os efeitos do nudismo: o desnudamento dos papéis sociais. A possibilidade de uma análise mais cuidadosa de si próprio. Há alusões históricas com galhofa, além da demonstração de um patriotismo zombeteiro (perfilamento nu diante da bandeira), com a irreverência própria de um **contraculturista**, ainda que esmaecido pelo tempo, por injunções do trabalho e da família. Arremata com a afirmação de seu repúdio e tripúdio dos valores tradicionais.

Por que torcer Botafogo nos leva à simpatia, sempre cultuada e cultivada, pelos desmerecidos ou sofredores. Torcer pelo referido clube representa padecer, em virtude de ser um clube de vitórias e glórias instáveis, esporádicas ou distantes no tempo. O cronista, no entanto, refuta a pecha de que os torcedores do Botafogo são sofredores obstinados e transfere para os outros torcedores a condição de insanos. Arremata com a confirmação de que os torcedores do Botafogo reúnem traços de anormalidade (não necessariamente patológica): “*Torcer para o Botafogo não é para qualquer um. Exige uma mansidão de um monge tibetano, uma paciência de Jó, a clarividência de um místico, o estoicismo de um profeta e a sensibilidade de poeta*”. Novamente, tirante os poetas, todos os demais são indivíduos de comportamento incomum, anormal.

A *Mulher de Calcinha* é uma crônica emblemática da tomada da mulher como ícone de princípio vital para o cronista. A questão

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que se põe o cronista é inusitada: da utilidade da peça mais íntima das mulheres. Daí ele parte para discussões acerca do feminismo, da mudança de peças do vestuário feminino. Mas, confessadamente, expressa a indispensabilidade da calcinha, vez que ela representa o passo último para o acesso ao sexo feminino, razão vital central para o cronista:

Não há como negar ser a calcinha o mistério anunciado, o prenúncio de uma revelação que virá, quando desvelada por mãos sem pressa, a tê-nue cortina do portal a ser aberto calmamente no altar de Vênus, onde reside o gozo que nos redime a vida (p. 126).

Observem-se as várias escolhas lexicais inseridas no campo semântico do sagrado, o que confere, definitivamente, uma natureza fundante para o sexo.

Os Olhos das Crianças de Bagdá é uma crônica datada, referente ao conflito do Iraque, entre os assim chamados aliados ocidentais, e a confusão de etnias e religiões do angloforjado estado iraquiano. A crônica reflete não apenas sobre o sofrimento perpetrado contra as crianças da capital iraquiana, mas contra as crianças em geral. A reflexão, em suma, se dá a respeito da selvageria que comanda as sociedades humanas. O cronista mostra seu horror relativamente a esses comportamentos fratricidas e infanticidas, à prestação ou à vista. Enfim, é uma crônica de caráter humanitário.

Em suma, as principais temáticas são:

- 1) Cultivo da heterodoxia (contracultura e marginalidade);
- 2) Princípio de vida: erocentrismo e ginecolatria;
- 3) Nihilismo existencialista (perplexidade e absurdidade acerca das razões últimas da existência);
- 4) Metapoesia (em sentido lato);
- 5) Simpatia pelos deserdados ou desmerecidos;
- 6) Louvação do hedonismo materialista;
- 7) Afirmação da passionalidade e do anti-racionalismo com matizes variados.

O cronista apresenta um perfil materialista (porém não nos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

moldes *yuppies*), hedonista (epicurista típico), erocêntrico, porque a base final da existência orbita em torno do sexo. Finalmente, conforme já se ressaltou, a heterodoxia, a contraposição a juízos consuetudinária ou tradicionalmente assentados é recorrente. Seus textos representam, com efeito, um testemunho de seu tempo. E não há dúvida de que sua visão de mundo vige e é partilhada por muitos dos membros da população econômica ativa, coetâneos do cronista, e das gerações mais recentes (influenciadas pelas conquistas das gerações da contracultura, à sua maneira). Sua habilidade de focar temas de toda ordem pelo prisma de sua geração lhe tem assegurado receptividade fiel entre seus leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado. *Crítica & correspondência*. São Paulo: Globo, 1997.

Beat generation

http://en.wikipedia.org/wiki/Beat_Generation#The_Beatnik_Stereotype

CINTRA, Vítor Manuel. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.

FRASCINA, Francis et alii. *Modernismo em disputa: arte desde os anos quarenta*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

MACEDO, Dimas. Os contos de Airtton Monte. Disponível em <http://www.secrel.com.br/jpoesia/dimas1.html> consultado em fevereiro de 2009.

AS ARMADILHAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (UNEB e ABRAFIL)
calbertoglopes@hotmail.com

RESUMO

Neste ensaio apresentamos as principais fontes de ambiguidade da língua portuguesa, conhecimento este indispensável para quem deseja se expressar com exatidão e sem equívoco, obtendo assim um domínio semântico satisfatório da língua.

Palavras-chave: língua portuguesa; semântica

Apesar de ser algo natural e relativamente fácil usarmos a língua materna, raros são aqueles que se apercebem do fato de que o português que fala ou que escrevem pode estar cheio de armadilhas imperceptíveis para a maioria das pessoas, de modo que podemos estar dizendo uma coisa enquanto o ouvinte ou leitor poderá estar entendendo outra coisa completamente diferente do que estamos querendo comunicar. Muitos de tais equívocos são conhecidos pelo nome de **ambiguidade**, os quais não devem ser confundidos com a **homonímia**, a **vaguidade** e a **indeterminação**.

Inicialmente faremos uma distinção entre tais termos, para depois nos limitarmos apenas à apreciação das fontes de ambiguidade em nossa língua, por considerarmos ser o conhecimento de tal matéria de grande utilidade para quem deseja evitar aborrecimentos, equívocos, confusões, inimizades e até prejuízos, em se tratando de textos legais ou documentos escritos, tais como contratos de locação, de trabalho etc.

HOMONÍMIA / AMBIGUIDADE

Embora seja frequente a associação da homonímia com a ambiguidade, não se pode confundir uma coisa com a outra, visto que a homonímia tem a ver com o fato de um mesmo significante estar ligado a dois ou mais significados, enquanto que a ambiguidade é o resultado que produz uma homonímia num ato comunicativo de for-

ma a admitir duas leituras para uma mesma expressão, a exemplo da frase *Comprei uma lima*, que, descontextualizada, não esclarece se a compra foi de uma ferramenta ou de uma fruta.

Por conseguinte, os dados fornecidos pelo contexto linguístico e pela situação discursiva são indispensáveis para se desfazer uma ambiguidade, exatamente por oferecer ao receptor pistas seguras acerca de qual interpretação escolher dentre as várias interpretações possíveis, de modo que, se a frase supracitada fosse dita por alguém saindo de uma quitanda, não haveria dúvida quanto ao significado da mesma e ela deixaria de ser ambígua.

Na exegese textual, os problemas surgem, muitas vezes, por se ignorar a situação discursiva, como costuma acontecer nas análises linguísticas dos adeptos do Formalismo em que, conforme Gutiérrez Ordóñez (1994, p. 138),

La posición del lingüista ante los enunciados es semejante a la de un receptor que escucha secuencias fónicas grabadas en un magnetófono por no se sabe quién, dónde, cuándo, cómo, por qué, para qué ni para quién. En tales circunstancias, aunque continúan siendo hechos diferenciados, toda *homonimia* produciría ambigüedad.

VAGUIDADE

Para Gutiérrez Ordóñez (1994, p. 143), “un término es *vago* cuando sus límites designativos son imprecisos. En tales circunstancias siempre existen realidades que pueden ser denotadas tanto por él como por signos vecinos en el sistema.” Logo, se conclui que a vaguidade não deve ser confundida com a ambiguidade, já que se trata de um fenômeno de designação (relacionado com a referência) e não de significação. Assim, se dizemos que “uma *mulher* esteve ontem aqui”, podemos estar nos referindo a uma adolescente, a uma jovem, a uma senhora madura ou até mesmo a uma senhora idosa. O fato é que os signos das línguas naturais são portadores de um elevado grau de vaguidade. Afinal, onde estará o limite entre verde oliva e verde musgo, duro e mole, morno e quente, cinza e branco, rápido e lento, pequeno e minúsculo, alto e baixo, floresta e bosque? Por conseguinte, tudo indica que a vaguidade relaciona-se com o nível universal da linguagem humana e limita-se à designação, isto é, à referência ao extralinguístico, usando a nomenclatura empregada por Uchôa

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(1994, p. 15). Em decorrência dessa natureza vaga das línguas naturais é que a linguagem científica se preocupa com a precisão, definindo bem os seus termos, ideal que muitas vezes não se consegue atingir.

Acerca do caráter vago das palavras (que se por um lado é desvantagem, por outro, é vantagem), Ullmann (1964) nos revela, como fontes dessa imprecisão, o caráter genérico das palavras, a exemplo de *árvore*, *animal* e, principalmente, *coisa*; o fato de as palavras nunca serem completamente homogêneas, como ocorre, por exemplo, com a palavra *livro*, cujo significado variará de pessoa para pessoa, já que para o livreiro tem um sentido, enquanto que para o autor terá outro, e assim sucessivamente; a falta de fronteiras bem definidas no mundo não linguístico, a exemplo do espectro das cores, que implicará em distintos campos semânticos relativos aos nomes de cor de uma língua para outra; e a falta de familiaridade com as coisas que representam.

Black (1968), *apud* Moura (1984, p. 30), deixa implícita em sua teoria “a idéia de que a vaguidade é inerente à própria natureza da linguagem.” Para ele, “a imprecisão da linguagem é uma dimensão inevitável, como o é também a própria realidade, reestruturada linguisticamente.”

INDETERMINAÇÃO

Se a vaguidade pode ser confundida com a ambiguidade, o mesmo podemos dizer acerca da indeterminação em relação à vaguidade, como aconteceu com Kempson (1980, p. 125-139), ao incluir três tipos de indeterminação dentre os de vaguidade, isto é, a indeterminação do significado de um item ou sintagma, cuja própria interpretação parece intangível e indeterminada; a falta de especificação no significado de um item, quando então o significado, embora em princípio bastante claro, é muito geral; e os casos em que o significado de um item envolve a disjunção de diferentes interpretações. Gutiérrez Ordóñez (1994, p. 142-143), por sua vez, distingue uma coisa da outra. Para ele, a indeterminação se diferencia não só da ambiguidade quanto da vaguidade, por admitir sempre um único significado, isto é, uma única descodificação; e por ser resultante de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

uma falta de informação, a exemplo de “John y Harry fueron a Cleveland”, “Luis está estudiando”, “Hace frío” e “Abierto los domingos”, já que não se determina se foram juntos ou não a Cleveland, o que é que Luis está estudando, se o frio é forte ou fraco e se abre só aos domingos ou aos domingos também. Além disso, resta alertar para o fato de que, segundo o mesmo autor supracitado, “todos los mensajes de una lengua pueden ser indeterminados. Basta con que un oyente necesite más información (¿qué mensaje es tan explícito que no sea ya susceptible de ser precisado más?). Por el contrario, no todos los mensajes son ambiguos (sólo los que encierran en si mismos un tipo de homonimia).”

Pelo exposto, algumas frases consideradas ambíguas ou vagas por alguns estudiosos do assunto, a rigor não são nem ambíguas nem vagas, mas, sim, indeterminadas, tais como as seguintes:

- (01) “Ele *foi* à estação.” (Kempson, 1980, p. 127).
- (02) “João *matou* José.” (*Id.*, p. 130)
- (03) “*Fazer* a sala de estar.” (*Id.*, p. 132)
- (04) “João *quase* matou os reféns.” (*Id.*, p. 133)
- (05) “Maria comprou uma *onça* e João também.” (*Id.*, p. 137)
- (06) “Ela tem *boas* pernas.” (*Id.*, p. 125)
- (07) “Amélia *não* casou com Eduardo.” (Nunes & Leite, 1976, p. 48)
- (08) “Os candidatos ao emprego devem ter diploma de primeira classe *ou* certa experiência de magistério.” (Kempson, 1980, p. 128)
- (09) “João *e* Maria partiram.” (Moura, 1984, p. 60)
- (10) “*Pedro, Paulo e Maria* vieram de carro.” (Nunes, 1977, p. 50)
- (11) “Eu uso blusa *de lã e de algodão*.” (Carone, 1988, p. 39)
- (12) “Encontrei vários velhos *amigos e conhecidos*.” (Moura, 1984, p. 27)
- (13) “O livro *de João*.” (Kempson, 1980, p. 127)

A imprecisão das frases acima ocorre por vários motivos. Na frase (01), por ser o verbo IR impreciso, não determinando o tipo de ação realizada, isto é, se a ida à estação foi de moto, de metrô, de carro, a pé, etc.; na frase (02), pelo fato de o verbo MATAR não esclarecer se a ação praticada por João foi intencional ou acidental; na frase (03), pelo fato de o verbo FAZER, semelhantemente aos verbos

IR e MATAR, não determinar o tipo da ação realizada, se foi arrumar, limpar, pintar, decorar a sala, etc.; na frase (04), em virtude de QUASE não especificar se João estava prestes a realizar uma ação que poderia ter matado os reféns ou se ele deliberadamente praticou uma ação que por pouco não matou os reféns; na frase (05), por não se determinar o sexo da ONÇA que comprou, se macho ou fêmea; na frase (06), por ser BOM uma palavra de sentido variável que aqui pode significar pernas sem varizes, pernas bonitas e pernas que funcionam bem, dentre outras possibilidades; na frase (07), em virtude de a negação admitir três leituras possíveis, que seriam “não ter Amélia se casado com Eduardo o qual se casou com outra pessoa” ou “não ter Amélia se casado com Eduardo, mas com outra pessoa” ou “nenhum dos dois ter se casado”; na frase (08), por ser a disjunção também responsável por três leituras possíveis, isto é, se os candidatos devem ter “diploma, mas nenhuma experiência” ou “experiência, mas nenhum diploma” ou “ambas as coisas”; na frase (09), pelo fato de a conjunção aditiva, no sujeito composto, não determinar se João e Maria partiram juntos ou se cada um deles seguiu o seu próprio caminho, separadamente; na frase (10), semelhante à anterior, por não se determinar se um veio num carro, os outros dois em outro carro, os três num carro só, ou se Pedro é vocativo e Paulo e Maria (cada qual) vieram em carros separados ou num mesmo carro; na frase (11), pelo fato de a conjunção aditiva não deixar claro se as blusas são feitas de um material ou de outro, ou se todas são feitas de uma mistura de lã e algodão; na frase (12), em virtude da conjunção aditiva, no adjunto adnominal composto, deixar indeterminada a frase, uma vez que não sabemos se amigos e conhecidos se aplicam a velhos ou se só amigos é que modifica o substantivo velhos; e na frase (13), por termos uma construção possessiva (*de João*) acerca da qual, salvo certa relação de associação entre o *possuidor* e o *possuído*, pouco se pode dizer sobre o significado da mesma, ou seja, se João é o autor do livro ou o portador ou o leitor ou o proprietário, dentre outras hipóteses.

Em síntese, concluímos que podem ser fontes de indeterminação, em português, o caráter impreciso de certas palavras, frases negativas, frases disjuntivas, a conjunção aditiva no sintagma nominal composto e algumas construções possessivas posicionadas.

CLASSIFICAÇÃO DA AMBIGUIDADE

Dentre as propostas classificatórias da ambiguidade mencionamos a de Gutiérrez Ordóñez (1994, p. 139-141), por considerarmos ser a melhor, apesar de insuficiente, em termos de servir como um guia seguro para a identificação das fontes de ambiguidade de uma língua. Ele menciona quatro tipos de ambiguidade que seriam a *ambiguidade fônica* (resultante de expressões possuidoras de uma mesma articulação fonética para descrições fonológicas diferenciadas que desaparecem na escrita, como é o caso de *gente de mente / gente demente*); *ambiguidade sintagmático-sintática* (resultante da neutralização das oposições existentes entre constituintes frasais, como ocorre em *Ela comprou a camisa vermelha*, onde vermelha pode ser tanto adjunto adnominal de *camisa* quanto predicativo do sujeito *ela*); *ambiguidade sintagmático-semântica* (resultante do *genitivo subjetivo/objetivo* do tipo *A eleição do prefeito*, com duplo sentido, isto é, “o prefeito elege” / “o prefeito é eleito”); e a *ambiguidade léxica* (resultante de uma palavra homônima ou polissêmica descontextualizada, como acontece em *O banco quebrou*, em que banco pode ser entendido tanto como um “móvel” quanto como uma “empresa bancária”).

FONTES DE AMBIGUIDADE NO PORTUGUÊS

Uma vez estabelecida a distinção entre ambiguidade, homonímia, vaguidade e indeterminação, vejamos agora as fontes de ambiguidade na língua portuguesa que devem ser conhecidas muito bem como meio preventivo de evitarmos obscuridade e equívocos em nossas comunicações, observando que tais fontes abrange desde o caráter vocal da linguagem até a intenção do emissor, passando pela homonímia/polissemia, elipse, inversão da ordem dos constituintes frasais e a oração reduzida de gerúndio, dentre outras, conforme comentaremos a seguir.

1. A língua falada. Em relação a este item queremos nos referir ao caráter vocal da linguagem, ao fato de a linguagem se manifestar, *a priori*, através da voz humana, o que irá explicar as seguintes ambiguidades encontradas as quais, no entanto, se desfazem na

língua escrita:

- (01) “Guaraná! *só da* Antártica.” (Castim, 1983, p. 80)
- (02) “*Deite* o livro!” (Moura, 1984, p. 24)
- (03) “Ele *cizela*.” (*Ibid.*)

Se, na escrita, as frases acima não são ambíguas, o mesmo não acontece na fala, se considerarmos que a frase (01), no português falado, pode significar ainda “Guaraná! *soda* Antártica” e “Guaraná! *só dá* Antártica”; a frase (02), “*Dei-te* o livro!”; e a frase (03), “Ele *se zela*”. Além destes, podemos mencionar, como exemplo de ambiguidade fônica, a oposição (constatada na língua escrita, mas neutralizada na língua falada) dos seguintes pares: “Quero *a mala* / Quero *amá-la*”, “Quero *robalo* / Quero *roubá-lo*”, “Aqui ele *somente* / Aqui ele *só mente*.”

2. A homonímia e a polissemia. Certamente uma das mais férteis fontes de ambiguidade, a homonímia e a polissemia nem sempre resultam em mensagens ambíguas, como já vimos, uma vez que o contexto pode desambiguá-las. No *corpus*, encontramos os seguintes exemplos ilustrativos:

- (01) “Comprei uma *lima*” (Nunes, 1977:43)
- (02) “*Vendo* meus olhos” (*Ibid.*)
- (03) “O que você quer que eu use hoje? —, *saia!* Não me amole!” (*Id.*, p. 36)

Em (01), descontextualizada, a frase pode se referir tanto a uma *fruta* quanto a uma *ferramenta* em relação à palavra *lima*, conforme já comentamos anteriormente, o mesmo acontecendo com as demais frases, tais como a que tem a palavra *vendo* em itálico, que pode significar “cobrir com venda” e “enxergando”; e a que tem a palavra *saia* em itálico, que pode significar “retire-se” e “vestuário feminino”.

3. A neutralização da oposição *lexia complexa* / *lexia simples*. Foi em Pottier (1968, p. 56) que encontramos uma demonstração explícita deste tipo de ambiguidade resultante da neutralização da oposição existente entre *lexias complexas* e *lexias simples*. Dentre

os exemplos colhidos no *corpus*, merecem destaque “*Tirar a mesa*” e “*Ele meteu o pé no caminho*”, citados por Nunes (1977, p. 44), significando, respectivamente, como lexias simples, “afastar a mesa do lugar” e “chutou o caminho” ou “enfiou o pé no caminho”, e, como lexias complexas, “retirar os objetos colocados sobre a mesa” e “caminhou apressadamente.” O mesmo podemos dizer da expressão em itálico na frase “O garoto ficou *de boca aberta*”, citada por Nunes & Leite (1976, p. 102), em que *de boca aberta* tanto pode significar “de boca aberta” mesmo, quanto “admirado” ou “assustado”, conforme interpretemos a expressão como sendo constituída de três lexias simples ou como sendo constituída de uma lexia complexa (que forma um bloco indivisível).

4. A quantificação cruzada. Apesar de ser, a quantificação numérica, definida e precisa, o que não é comum na pronominal, há casos em que se gera ambiguidade com o emprego de quantificadores determinantes de núcleos de sintagmas nominais, como é o caso da frase “*Cem* estudantes fuzilaram *vinte* professores”, citada por Kempson (1980, p. 137), em que os quantificadores *cem* e *vinte*, como determinantes dos núcleos do sujeito (estudantes) e do objeto direto (professores), respectivamente, são responsáveis pela dupla interpretação do enunciado, isto é, “*havia vinte* professores e cada um deles foi fuzilado por *cem* estudantes” ou “*cada* membro de um grupo de *cem* estudantes fuzilou *vinte* professores.” Neste caso, tudo nos leva a crer que a ambiguidade é de ordem distribucional entre elementos que se relacionam mutuamente.

5. A elipse de constituintes frasais. Nem sempre a elipse é fonte de **ambiguidade**, mas quando ela causa a neutralização de pessoa ou de gênero do sujeito ou a indeterminação de um constituinte frasal, aí a ambiguidade é inevitável, como podemos verificar nas seguintes frases em que há elipse do sujeito, do verbo e do complemento verbal:

(01) “Propus ao Pedro *ir* à secretaria.” (Moura, 1984, p. 88)

(02) “Conheci-o quando *era* padre.” (Nunes & Leite, 1976, p. 48)

(03) “O frango está pronto para *assar*.” (Nunes, 1977, p. 46)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(04) “Eduardo pediu a Patrícia para *sair*.” (Orlandi, 1990, p. 44)

(05) “Este jogo é difícil.” (Nunes, 1977, p. 48)

(06) “Eu consigo chutar minha cabeça com o pé; você não consegue.”
(Nunes, 1977, p. 49)

Em (01) e (02) a elipse resultou na neutralização da oposição EU / ELE, de forma que ficamos sem saber quem deve ir à secretária, se eu ou ele (Pedro) e quem era padre, se eu ou ele. Na frase (03) algo semelhante ocorre por não se esclarecer quem deve assar o frango, se eu, ele ou você. Em (04), “Eduardo pediu a Patrícia para *sair*”, há neutralização da oposição pronominal de gênero (ELE / ELA), razão pela qual se explica à ambiguidade que possibilita duas leituras para a mesma frase, “Eduardo pediu a Patrícia para ele (Eduardo) *sair*” e “Eduardo pediu a Patrícia para ela (Patrícia) *sair*.” Já, na frase (05), temos ambiguidade resultante do apagamento ou cancelamento do verbo de uma oração, de forma que em “Este jogo é difícil”, pode ser “de jogar” ou “de ganhar”. E em (06), “Eu consigo chutar minha cabeça com o pé; você não consegue”, a elipse do objeto nos leva a admitir aqui dupla interpretação, que seria “você não consegue chutar a sua própria cabeça” e “você não consegue chutar a minha cabeça.”

6. A bi-referência pronominal/adnominal/adverbial. Por bi-referência pronominal/adnominal/adverbial, entendemos um constituinte frasal de natureza *pronominal*, *adnominal* ou *adverbial* que se refere simultaneamente a dois termos antecedentes de forma a gerar um enunciado ambíguo. Esta é uma fonte de ambiguidade muito fértil em nossa língua, resultante da natureza linear da linguagem que, neste caso, provoca a neutralização da oposição *ordem estrutural / ordem linear*.

Em virtude da extensão do assunto e do número elevado dos casos analisados, desdobraremos este item, comentando primeiro os constituintes pronominais em itálico abaixo transcritos:

(01) “Maria conheceu Joana quando *ela* completou o curso.” (Nunes, 1977, p. 53)

(02) “O juiz irritou-se contra o jogador porque a torcida *o* vaiava.” (Nunes & Leite, 1976, p. 34)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(03) “João crê que *ele* é justo.” (Moura, 1984, p. 77)

(04) “Pedro beijou sua mulher e José *fez o mesmo*.” (Ilari, 1985, p. 86)

(05) “O sorriso do bebê começa *aqui*.” (Pezatti, 1988, p. 92)

Não há muita diferença quanto ao princípio gerador da ambiguidade nas frases acima, portadoras de um pronome, expresso ou elíptico, que se refere simultaneamente a dois constituintes oracionais, como é o caso da frase (01), em que o pronome anafórico *ela*, em “Maria conheceu Joana quando *ela* completou o curso”, se refere tanto a *Maria* quanto a *Joana*. Os demais casos apresentam pequenas variações. Em (02), no lugar do pronome *ele* aparece o pronome pessoal oblíquo. Na frase (03), o pronome *anafórico / dêitico* aponta para alguém mencionado anteriormente e para outrem, não mencionado, que pode, inclusive, ser o receptor da mensagem, isto é, “João crê que *ele* é justo”, em que *ele* se refere a João e a outra pessoa não identificada na frase. Já em (04), “Pedro beijou sua mulher e José *fez o mesmo*”, o sintagma em itálico significa “beijou sua mulher”, em que o pronome *sua*, elíptico na frase, aparece reportando-se tanto à mulher de Pedro quanto à de José, daí a ambiguidade. E, na frase (05), “O sorriso do bebê começa *aqui*”, recolhida de um anúncio publicitário da Johnson’s, o demonstrativo dêitico *aqui* está apontando tanto para o vidro de loção anti-assaduras segurado pela mãe na foto quanto para o bumbum do bebê (livre de assaduras).

Na sequência, vejamos agora frases em que aparece não um pronome, mas um adjunto adnominal se referindo simultaneamente a dois constituintes oracionais, fato este gerador das seguintes frases ambíguas:

(06) “Limpei o armário porque não queria entregá-lo ao colega *sujo*.” (Nunes & Leite, 1975, p. 47)

(07) “Reencontrei o pai da menina *que estudou comigo*.” (Nunes & Leite, 1975, p. 48)

Em todos os casos supracitados temos sempre o mesmo esquema, isto é, um modificador nominal (adjunto adnominal), oracional ou não, que determina o núcleo (nome substantivo) de dois constituintes frasais. Na frase (06), o modificador é um adjunto adnominal que se refere indistintamente a dois substantivos. Neste caso, ficamos sem saber se *sujo* é o colega ou o armário. Quanto à frase (07), algo semelhante ocorre, só que nesse caso temos adjunto ad-

nominal oracional designado pela NGB com o nome de oração subordinada adjetiva restritiva, como é o caso de “Reencontrei o pai da menina *que estudou comigo*”, em que quem *estudou comigo* pode ter sido tanto a menina quanto o pai.

Se tanto o pronome quanto o nome adjetivo (ou adjunto adnominal) podem se referir a dois nomes substantivos antecedentes de forma a tornar ambígua uma frase, algo similar pode acontecer também com um nome advérbio (ou adjunto adverbial) em relação ao verbo, ao modificar, simultaneamente, dois sintagmas verbais, como podemos constatar observando as seguintes sentenças:

(08) “Ele enterrou os ossos que encontrou *no porão*.” (Moreno & Guedes, 1979, p. 82)

(09) “Vacas que comem junco *frequentemente* ficam doentes.” (*Id.*, p. 81)

Em (08), *no porão* se refere tanto ao local onde enterrou os ossos quanto ao local onde foram encontrados; e, em (09), *frequentemente* se refere, simultaneamente, tanto às vacas que comem junco quanto às que ficam doentes, resultando, conseqüentemente, em frases ambíguas por dupla modificação.

7. A neutralização da oposição núcleo/periferia de nomes contíguos. Neste caso temos uma situação em que a ambigüidade é fruto da indeterminação do núcleo do sintagma nominal, como ocorre em “Um velho palhaço” (Perini, 1996, p. 105), em que tanto *velho* quanto *palhaço* podem indistintamente serem interpretados como núcleo (determinado) e periferia (determinante) do sintagma. Em outras palavras, trata-se de um palhaço idoso ou de um velho que se comporta como palhaço? Tanto uma coisa quanto outra, uma vez que, além da neutralização, há referência cruzada de nomes contíguos.

8. A inversão da ordem dos constituintes frasais. A mudança da ordem dos constituintes frasais, de direta para indireta (ou inversa), implica na neutralização das oposições *sujeito / objeto*, *objeto direto / adjunto adnominal*, *núcleo / periferia*.

A princípio, merece especial atenção a inversão da ordem S-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

V-O (sujeito-verbo-objeto) conhecida como ordem direta em português, a qual é responsável pela ambiguidade encontrada nas seguintes frases:

(01) “Matou o leão o caçador” (Nunes, 1977, p. 38)

(02) “Driblou Marinho o adversário.” (Nunes & Leite, 1975, p. 48)

(03) “Destruíram os aviões os canhões antiaéreos.” (Câmara Jr., 1981, p. 152)

Conforme podemos verificar, a colocação do sujeito e do objeto após o verbo resulta na neutralização da oposição existente entre eles, de forma que ficamos sem saber se foi o leão ou o caçador que *matou*, em (01); se foi Marinho ou o adversário quem *driblou*, em (02); se foram os aviões ou os canhões antiaéreos que *destruíram*, e em (03); se foi a cobra ou a vaca quem *mordeu*.

Discordamos de Nunes & Leite (1975, p. 49) por apontarem ambiguidade na sentença “Os ônibus ultrapassaram os caminhões”, já que a ordem S-V-O se constitui em morfema tático em nossa língua, o que nos leva a reconhecer que foram *os ônibus* que ultrapassaram os caminhões e não vice-versa, sendo *os ônibus* o sujeito da oração, sem dúvida alguma.

Outro tipo de inversão é a que resulta em neutralização da oposição *objeto direto / adjunto adnominal* em consequência de modificação da ordem direta S-V-OD-OI (sujeito-verbo-objeto direto-objeto indireto) para S-V-OI-OD. Um exemplo típico deste caso é a frase “Ele falou com a moça que mora naquele apartamento”, citada por Nunes (1977, p. 54), em que o segmento “que mora naquele apartamento” pode ser interpretado tanto como sendo objeto direto de *falou* quanto como sendo adjunto adnominal oracional de *moça*, mais conhecido pelo nome de oração subordinada adjetiva restritiva, resultando num enunciado ambíguo, por não sabermos, afinal, se o que se deseja comunicar é que “Ele falou que mora naquele apartamento à moça” ou “Ele falou com a moça moradora naquele apartamento.” Há ainda um tipo de inversão citado por Lopes (1992-B, p. 100) que é conhecido pelo nome de *construção sintagmática enfática*. Tal inversão resulta na neutralização da oposição *determinante / determinado* ou *núcleo / periferia* (adjunto adnominal do sintagma nominal) em construções com preposição mais artigo enfático intercalados, como podemos ver em “O burro do meu vizinho adoeceu” (Montei-

ro, 1991, p. 65), “Aquele cachorro do diretor só faz confusão” (*Ibid.*) e “O grande cavalo do padeiro” (Moura, 1984, p. 74), em que a ambiguidade, fruto dessas construções invertidas, está em não sabermos se o *burro* pertence ao vizinho ou se ele é que é *burro*, se o *cachorro* pertence ao diretor ou se ele é que é *cachorro*, se o *grande cavalo* pertence ao padeiro ou se ele é que é um *grande cavalo*. Vejamos a seguir como operam tais inversões que se constituem em autênticos idiotismos da língua portuguesa:

O meu vizinho **burro** adoeceu

O burro do meu vizinho adoeceu

9. Os enunciados comparativos correlativos. Enunciados correlativos comparativos podem resultar em ambiguidade por se registrar um duplo paralelismo sintagmático entre os sintagmas nominais das orações constituintes, como se verifica em “Alberto respeita mais os pais do que os irmãos” (Reinaldo, 1981, p. 59) e “Paulo conhece Lúcia tanto quanto Alfredo” (*Id.*, p. 63). Afinal, Alberto respeita mais os pais que os irmãos respeitam os pais ou Alberto respeita mais os pais do que Alberto respeita os irmãos? Por outro lado, Paulo conhece Lúcia tanto quanto ele (Paulo) conhece Alfredo ou tanto quanto Alfredo conhece Lúcia?

10. A voz reflexiva. Nem sempre teremos ambiguidade na voz reflexiva. Isso só acontecerá em dois casos, isto é, quando ocorrer neutralização das distinções existentes entre *reciprocidade* e *não-reciprocidade*, na terceira pessoa do plural, como é o caso de “Eles se olham” (Castim, 1983, p. 79), em que pode significar “cada qual olha a si mesmo” e “eles se olham reciprocamente”; e quando ocorrer neutralização da distinção existente entre *voz reflexiva* e a denominada *voz passiva sintética*, em construções com sujeito agente na terceira pessoa, como acontece na frase “Retirou-se a guarda” (Hauy, 1983, p. 172), que admite tanto a interpretação de que a guarda foi retirada (na voz passiva sintética) quanto a de que a guarda retirou a si mesma (na voz reflexiva).

11. As orações reduzidas de gerúndio. O gerúndio é uma forma verbal que, funcionando como oração reduzida, se transforma numa fonte inesgotável de ambiguidades, em virtude de, muitas vezes, não só poder ser interpretado como *adjunto adverbial* oracional e como *adjunto adnominal* oracional, neutralizando, assim, a oposição existente entre estes dois constituintes frasais, como também pelo fato de, como adjunto adverbial oracional, admitir neutralização das oposições *condicional/temporal* e *causal/modal*, como podemos constatar nos seguintes exemplos:

- (01) “Reconheceu o amigo *rindo*.” (Nunes & Leite, 1976, p. 49)
- (02) “Peguei o ônibus *correndo*.” (Castim, 1983, p. 79)
- (03) “Encontrei Edu *atravessando a rua*.” (Borba, 1986, p. 214)
- (04) “*Falando honestamente* João fez um ótimo discurso.” (Travaglia, 1996, p. 208)

Em (01), a oração reduzida de gerúndio em itálico (*rindo*) tanto pode ser interpretada como oração subordinada adjetiva restritiva ou adjunto adnominal oracional (Reconheceu o amigo *que ria*) quanto pode ser interpretada como oração subordinada adverbial modal ou adjunto adverbial oracional (Reconheceu o amigo *rindo*), sem falar no fato de que a oração reduzida *rindo* tanto se refere ao *amigo* quanto a *ele*. O mesmo acontece em relação às sentenças (02) e (03), observando que, na sentença (03), a oração reduzida de gerúndio, além de adjetiva, é adverbial temporal, e não modal, daí a razão de serem dúbias, de forma a não nos possibilitar uma exegese inequívoca acerca de quem estava *correndo*, se o ônibus ou eu; de quem estava *atravessando a rua*, se Edu ou eu.

A propósito, os casos analisados acima são análogos aos que serão examinados no item 15 (a neutralização da oposição adjunto adnominal / adjunto adverbial) com ligeiras variações, em virtude das peculiaridades próprias das orações reduzidas de gerúndio.

Na frase (04), a oração reduzida de gerúndio é adverbial, explicando-se a ambiguidade existente nela como sendo fruto da neutralização das oposições *condicional / temporal* e *causal / modal*, respectivamente. Daí a dupla interpretação para (04), que pode ser lida “Por ser honesto naquilo que disse, João fez um ótimo discurso” e “Falando de maneira honesta, João fez um ótimo discurso.”

Do exposto, já se viu que uma oração reduzida pode admitir múltipla interpretação, como é comum acontecer com as gerundiais, e nem sempre é possível eleger uma delas como sendo a melhor escolha. A propósito, Kury (1985, p. 109) faz referência acerca da natureza dúbia das reduzidas de gerúndio dizendo que “muitas vezes uma oração adverbial reduzida de gerúndio se presta a mais de uma classificação, e nem sempre é possível fixar-nos numa delas como sendo a melhor”, para, no final, citar o seguinte exemplo: “*Proporcionando-me esta oportunidade*, mereceste a minha gratidão”, cuja oração em itálico significando “Por me proporcionares”, “Com me proporcionares” e “Ao me proporcionares” esta oportunidade, admite ser classificada como causal, modal ou temporal. Apesar de termos aqui uma ambiguidade lógico-semântica, porque todas as orações são adverbiais, ela pode ocorrer estruturalmente também. Por outro lado, de acordo com Lopes (1992-A, p. 896), o caráter ambíguo das gerundiais se explica pela ausência de gramemas introdutórios.

12. A neutralização da oposição *genitivo subjetivo* / *genitivo objetivo*. Nas línguas clássicas, o caso genitivo, segundo Jota (1976, p. 152), tinha, dentre outras, a função principal de caracterizar a origem e, “conforme o nome fosse sujeito ou objeto da idéia expressa pelo genitivo, tínhamos o *genitivo subjetivo* ou *genitivo objetivo*, por vezes confundidos: *Amor Dei* (amor de Deus, isto é, amor que Deus devota ou amor que a Deus se devota).” Daí o sentido dúbio das seguintes frases:

(01) “A recusa *do empregado* me surpreendeu.” (Reinaldo, 1981, p. 51)

(02) “O governo aguarda a remessa *dos imigrantes*.” (*Id.*, p. 17)

(03) “A *tua* saudade me atormenta.” (Jota, 1976, p. 152)

Para Nunes (1977, p. 37), construções com *genitivo subjetivo* / *objetivo* são resultantes da nominalização de orações. De fato, esta conclusão pode ser ilustrada com a frase (01), “A recusa *do empregado* me surpreendeu”, em que o termo em itálico corresponde às orações *O empregado recusar* e *O empregado ter sido recusado*, razão pela qual se explica a existência de ambiguidade em construções desse tipo, já que na nominalização do sintagma verbal desfaz-se a oposição *agente* / *paciente*, *adjunto adnominal* / *complemento nomi-*

nal. É por isso que ficamos sem saber, em (02), se os imigrantes remetem ou são remetidos; e em (03), se a saudade que atormenta é a que eu tenho por alguém ou a que alguém tem por mim.

13. A neutralização de oposições com predicativo. O predicativo, tanto o do sujeito (PS) quanto o do objeto (PO), é, dentre os constituintes frasais, um dos que mais contribuem para a formação de construções ambíguas, em virtude da neutralização das oposições PS / ADJUNTO ADNOMINAL, PO / ADJUNTO ADNOMINAL, PS / ADJUNTO ADVERBIAL, PS / OBJETO DIRETO, PS / PO, conforme podemos conferir nos seguintes exemplos encontrados no *corpus*:

(01) “O pai viu o filho *aflito*.” (Moura, 1984, p. 27)

(02) “No carnaval aquele grupo de jovens saiu de carro *fantasiado de índio*.” (Nunes & Leite, 1975, p. 47)

(03) “Eles pintam *nus*.” (Araújo, 1984, p. 60)

(04) “Sofia, *tranquilizada*, deixa Ana.” (Ullmann, 1964, p. 327)

Analisando as frases supracitadas, concluímos que os termos em *itálico* podem modificar, simultaneamente, dois núcleos nominais, salvo em relação à frase (03), “Eles pintam *nus*”, cuja ambiguidade se explica em razão do termo em *itálico* poder funcionar tanto como predicativo do sujeito (Eles), significando “despidos”, quanto como objeto direto do verbo (pintam), significando “uma variedade de pintura artística.” Consequentemente, a vacilação na interpretação destes enunciados é inevitável, razão pela qual, em (01), não temos certeza sobre quem estava *aflito*, se o filho ou o pai; em (02), sobre quem estava *fantasiado*, se o grupo de jovens ou o carro; e em (04), se *tranquilizada* Sofia deixa Ana ou Ana deixa Sofia.

14. A neutralização da oposição *complemento verbal / adjunto adverbial (ou adnominal)*. O fator determinante da ambiguidade aqui é o apagamento da distinção dos pares OBJETO DIRETO / ADJUNTO ADVERBIAL, OBJETO INDIRETO / ADJUNTO ADVERBIAL, COMPLEMENTO ADVERBIAL / ADJUNTO ADVERBIAL e OBJETO INDIRETO / ADJUNTO ADNOMINAL,

como podemos constatar nos seguintes casos:

- (01) “Estudou *muito*.” (Nunes, 1977, p. 54)
- (02) “Carlos gastou dinheiro *comigo*.” (Reinaldo, 1981, p. 23)
- (03) “Troca-se terreno *por telefone*.” (Castim, 1983, p. 79)
- (04) “Ele não joga *nada* fora.” (Luft, 1985, p. 40)
- (05) “O Delegado exigiu os documentos *do acusado*.” (Nunes & Leite, 1976, p. 34)

O problema aqui resulta da dupla leitura dos termos em itálico, que podem ser interpretados tanto como um *complemento verbal* quanto como um *adjunto*. Daí não termos a convicção, em (01), se *muito* refere-se às muitas coisas (objeto do estudo dele) ou à intensidade desse estudo (adjunto adverbial do verbo estudar); em (02), se *comigo* refere-se ao objeto dos gastos de Carlos ou à pessoa com a qual Carlos se faz acompanhar quando gasta o seu dinheiro; em (03), se *por telefone* refere-se ao objeto da troca ou ao meio através do qual se troca terreno; em (04), se *fora* refere-se ao alvo da ação de jogar praticada por ele ou ao local onde ele atua, quando, então, não costuma jogar nada; e em (05), se *do acusado* refere-se aos documentos de outra pessoa exigidos pelo delegado ou aos documentos do próprio acusado.

Como se viu neste item e também como foi visto e se verá em outros tópicos estudados, o emprego de preposições, no lugar das desinências casuais latinas, nem sempre é garantia contra a ambiguidade.

15. A neutralização da oposição *adjunto adnominal / adjunto adverbial*. O adjunto adnominal constituído de um nome mais uma preposição (de, com, em), em determinada posição na sentença, resulta em frases ambíguas por se confundir com o adjunto adverbial, conforme podemos verificar nos seguintes enunciados:

- (01) “Recebi um retrato *de Paris*” (Castim, 1983, p. 79)
- (02) “Receber uma foto *do Rio de Janeiro*.” (Macedo, 1976, p. 20)
- (03) “Foram projetados foguetes contra cidades inimigas *do nosso país*.” (Câmara Jr., 1981, p. 152)

O problema existente nas sentenças supracitadas é que os constituintes frasais em itálico podem ser analisados tanto como *adjuntos adnominais* quanto como *adjuntos adverbiais*. Daí a ambiguidade, que resulta de não sabermos, em (01), se o retrato é proveniente de Paris (adjunto adverbial de lugar) ou se o retrato reproduz a imagem de Paris (adjunto adnominal); em (02), *mutatis mutandis*, a mesma coisa; e em (03), se os foguetes foram projetados do nosso país ou se as cidades é que eram inimigas do nosso país.

16. A neutralização da oposição oração adverbial final / oração adverbial consecutiva. A oração adverbial *final* pode ser confundida com a adverbial *consecutiva*, resultando em ambiguidade, como é o caso da sentença “Esta caixa é pequena para guardar o presente”, citada por Nunes (1977, p. 54), que pode ser entendida como “uma caixa que é pequena para a finalidade de guardar um determinado presente” (adverbial final) ou como “uma caixa que, por ser tão pequena, não dá para guardar o presente” (adverbial consecutiva).

17. As intenções não reveladas do emissor. Há uma espécie de ambiguidade que só recentemente vem sendo apreciada pelos estudiosos da Semântica, a exemplo da ambiguidade encontrada em “José não consegue passar perto de um cinema” (Ilari & Geraldi, 1985, p. 57) cuja interpretação admite pelo menos duas hipóteses, a de “que José é fanático por cinema, e não consegue passar perto de um sem entrar e assistir ao filme em cartaz” (*Id.*, p. 58) e a de “que José tem horror a cinemas (não consegue nem chegar perto de um) e que a simples perspectiva de passar perto de um o leva a mudar de calçada” (*Id.*, p. 58).

Para Ilari & Geraldi (1985, p. 59), esse é “um tipo particular de ambiguidade — cujo fundamento é situacional, não linguístico; nem por isso se trata de um caso secundário ou negligenciável.”

Outro exemplo ilustrativo é citado por Reinaldo (1981, p. 15) para quem na frase “Luísa precisa regressar”, podemos entender não só que “o pai de Luísa está muito doente” como também que “Luísa está desempregada em São Paulo”, razão pela qual ela precisa re-

gressar.

Nesses casos, entendemos que só a situação tem condições de oferecer pistas para uma interpretação inequívoca do enunciado, uma vez que não temos condições de adivinhar as intenções de quem o elaborou, e, portanto, a ambiguidade só se manifestará se a mensagem emitida vier descontextualizada. Além disso, cabe observar que só numa concepção ampla da Semântica, que incluía a Pragmática, este tópico deve ser incluído, levando-se em conta o fato de que a hipótese de separar a Semântica da Pragmática é aceita por aqueles para os quais, segundo Perini (1996, p. 243), “o primeiro componente da apreensão do significado (o que produz o significado literal) denomina-se *semântica*; o segundo, que computa o significado final com base no significado literal, mais fatores extralinguísticos, chama-se *pragmática*.”

CONCLUSÃO

A princípio, o estudo da ambiguidade nos levou a concluir que não se pode confundir ambiguidade com vaguidade e com indeterminação; que a perspectiva gerativista da ambiguidade é precária e insuficiente para a abordagem do tema objeto deste ensaio; que tanto o contexto linguístico quanto a situação discursiva devem ser levados em conta na interpretação de enunciados supostamente ambíguos, enunciados estes que às vezes se desambigam ao nos apoiarmos em tais pistas para a exegese dos mesmos; que o caráter impreciso de certas palavras, a frase negativa, a frase disjuntiva, a conjunção aditiva do sintagma nominal composto e algumas construções pronominais preposicionadas podem resultar em enunciados indeterminados, mas não ambíguos; que a classificação da ambiguidade dada pelos pesquisadores deste tema é muito inadequada e insuficiente para servir de guia seguro acerca das fontes de ambiguidade em nossa língua, já que se limita a três tipos principais de ambiguidade, a fonética, a léxica e a sintática ou estrutural, enquanto a nossa pesquisa revelou um painel bem rico de ambiguidades, o qual sequer tem a pretensão de ser completo; e que, reconhecendo a existência da ambiguidade como fator perturbador da linguagem por se constituir num empecilho para uma comunicação clara e destituída de demandas exegéticas entre dois interlocutores, os pontos críticos de nossa

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

língua (que podem nos levar a cair na armadilha da ambiguidade) são certas construções de oralidade, a homonímia e a polissemia, a neutralização da oposição *lexia complexa / lexia simples*, a quantificação cruzada, a elipse de constituintes frasais, a birreferência *pronominal/adnominal /adverbial*, a neutralização da oposição *núcleo/periferia* de nomes contíguos, a inversão da ordem dos constituintes frasais, os enunciados comparativos correlativos, a voz reflexiva, as orações reduzidas de gerúndio, a neutralização da oposição *genitivo subjetivo / genitivo objetivo*, a neutralização de oposições com predicativo, a neutralização da oposição *complemento verbal / adjunto adverbial ou adnominal*, a neutralização da oposição *adjunto adnominal / adjunto adverbial*, a neutralização da oposição *oração adverbial final / oração adverbial consecutiva*, e as intenções não reveladas do emissor (numa concepção ampla da Semântica).

Apesar de reconhecermos que a ambiguidade se constitui num estorvo para quem deseja ser claro, inequívoco, naquilo que fala ou escreve, é bom que se diga que a reflexão sobre este assunto nos levou à convicção de que nem sempre podemos considerá-la um vício de linguagem ou algo que sempre deva ser evitado a todo o custo em qualquer circunstância, como muitos gramáticos tentaram enquadrá-la, visto que a ambiguidade não só pode funcionar como fator de expressividade, conforme muito bem observou Back & Matos (1972), mas também como poderosa arma retórica utilizada pelos que, por conveniência, desejam ocultar o pensamento, como é comum no âmbito do direito e da política, considerando aqui o fato de que a ambiguidade só existe para o ouvinte, uma vez que o emissor sempre sabe o significado que está dando a suas palavras.

Finalmente, apesar de reconhecermos ser a vaguidade inerente à linguagem humana, tudo nos leva a crer que em relação à ambiguidade as coisas acontecem diferente, isto é, ela encontra terreno fecundo e propício para a sua proliferação nas línguas complexas ou mais elaboradas, conclusão esta confirmada por Baxter (1996, p. 535), para quem “a pidginização, a criação de uma língua pidgin, geralmente reduz ao mínimo as complicações gramaticais, tais como a flexão e as regras de concordância”, sendo o resultado disso “uma estrutura maximamente analítica desprovida de redundâncias e de ambiguidades”; implicitamente por Kato (1997), ao reconhecer que a estratégia copiadora de relativização, muito comum no português

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

popular do Brasil, é superior à estratégia padrão pelo fato de evitar ambiguidades; e por Câmara Jr. (1981, p. 152), para quem “a língua popular reage contra a ambiguidade, optando (...) pela invariabilidade do verbo, o que introduz mais clareza quando se trata de um ser plural.”

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João de. Ambiguidade lexical. *Alfa*, São Paulo, n. 34, p. 187-193, 1990.

ARAÚJO, Jonas Romualdo de. *Curso por correspondência de tecnologia educacional aplicada ao ensino do português no 1º grau* (8ª lição). Rio de Janeiro: ABT, 1984.

BACK, Eurico & MATTOS, Geraldo. *Gramática construtural da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1972.

BALDINGER, Kurt. *Teoría semántica: hacia una semántica moderna*. Madrid: Alcalá, 1970.

BAXTER, Alan. Línguas pidgin e crioulas. In: FARIA, Isabel Hub et alii (org.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996, p. 535-549.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 15ª ed. São Paulo: Nacional, 1969.

BLACK, Max. *Abuso lingüístico y reforma lingüística in el labirinto del lenguaje*. Ávila: C.A., 1965.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 9ª ed. rev. e at. São Paulo: Nacional, 1986.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

CASTIM, Fernando. *Princípios básicos de semântica*. Recife: FASA, 1983.

FROMKIN, Victoria & RODMAN, Robert. *Introdução à linguagem*. Trad. de Isabel Casanova. Coimbra: Almedina, 1993.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador. *Introducción a la semántica funcional*. Madrid: Síntesis [1994].

HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1983.

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985.

JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de Linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

KATO, Mary A. “A língua portuguesa e sua tipologia.” [s.l.], CNPQ, 1989 [Mimeografado].

———. “A teoria de princípios e parâmetros na descrição do português.” Salvador: UFBA, 1997 [Apontamentos de aula].

KEMPSON, Ruth. *Teoria semântica*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1985.

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. Orações reduzidas de Gerúndio. **In:** SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 21, 1991, Franca. *Anais*. Jahu: Fundação Educacional “Dr. Raul Bauab”, 1992-A. p. 891-898.

———. *A intensificação no português*: o intensificador e sua expressão. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992-B.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*: por uma concepção da língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L & PM, 1985.

———. *Moderna gramática brasileira*. 3ª ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

MACEDO, Walmírio. *Análise sintática em nova dimensão*. 3ª ed. Rio de Janeiro: M.A.F.C., 1976.

MORENO, Cláudio & GUEDES, Paulo Coimbra. *Curso básico de Redação*. São Paulo: Ática, 1979.

MOURA, José Ferreira de. *Tópicos para uma análise da ambiguidade*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de no português. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1984.

NUNES, Amaro Ventura. Estrutura profunda e estrutura superficial no estudo das ambiguidades. *Revista Letras*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 36-62, 1977.

NUNES, Amaro Ventura & LEITE, Roberto Augusto Soares. *Comunicação-expressão em língua nacional para a 7ª série do ensino de 1º grau*. São Paulo: Nacional, 1975.

———. *Comunicação-expressão em língua nacional para a 8ª série do ensino de 1º grau*. São Paulo: Nacional, 1976.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é Linguística*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

PEZATTI, Erotilde Goreti. A ambiguidade na linguagem da propaganda. *Alfa*, São Paulo, n. 32, p. 85-93, 1988.

POTTIER, Bernard. *Presentación de la lingüística: fundamentos de una teoría*. Trad. de Antonio Quilis. Madrid: Alcalá, 1968.

REINALDO, Maria Augusta Gonçalves de Macedo. *Ambiguidades sintáticas: por uma sistematização de descrição*. Tese de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1981.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília Pérez de & KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

UCHÔA, Carlos Eduardo F. Semântica e gramática. *Cadernos de Leitura da UFF*. Niterói, v. 9, p. 14-17, 1994.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4ª ed. Trad. de J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

**DUAS FORMAS DE INTERTEXTUALIDADE
EM CARTAS AO EDITOR EM NEWSWEEK**

Maurício Moreira Cardoso (UECE)
mmcardoso@gmail.com

RESUMO

Este artigo é uma análise de duas formas de intertextualidade, a pressuposição e a ironia, no *corpus* de 122 cartas ao editor extraídas da revista *Newsweek*. A fim de levar a termo a análise, buscamos suporte nas teorias de Bakthin (1986, 2000), Orlandi (2001), Bronckart (2003) e Maingueneau (1997, 2001). Analisamos quantitativamente e qualitativamente 122 cartas endereçadas à revista no período entre julho e dezembro de 2002. Em relação a esse aspecto, observamos que as formas de intertextualidade referentes ao artigo ou reportagem têm uma conexão direta com o desenvolvimento da argumentação. As formas de intertextualidade são ligadas à linha argumentativa do texto, embora, algumas vezes, não estejam claramente presentes no corpo da carta.

Palavras-chave:

discurso, cartas ao editor, intertextualidade, pressuposição, ironia

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de uma pesquisa (Cardoso, 2005), que teve por objetivo analisar as cartas ao editor coletadas da revista *Newsweek* no período compreendido entre julho a dezembro de 2002, com o fim de verificar como o jogo sociointeracional entre leitor e editor se acha refletido nas estratégias discursivas comuns a esse gênero discursivo. Para este fim, baseando-nos principalmente em Bakthin (1986, 2000), Orlandi (2001), Bronckart (2003) e Maingueneau (1997, 2001), buscamos suporte teórico na área do conhecimento da Análise do Discurso, que considera um texto necessariamente ligado aos propósitos determinados pelos eventos humanos e destinado a produzir significações, não alheias à prática social. Analisamos, qualitativa e quantitativamente, 122 cartas da referida revista no período compreendido entre julho e dezembro de 2002, detendo-nos em basicamente três aspectos: (a) características contextuais do gênero carta ao editor; (b) formas de heterogeneidade mostrada usadas como forma de remissão ao texto-base; e (c) relevância discursiva da identificação do leitor.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As cartas ao leitor constituem, como sabemos, um espaço que, em jornais e revistas, é destinado à manifestação dos leitores. São, assim, um importante instrumento da afirmação do princípio da democracia burguesa e da cidadania. E é notadamente a existência desse espaço criado para a manifestação do leitor o ponto irradiador e, ao mesmo tempo, convergente de inúmeros fenômenos estudados através da Análise do Discurso e da Linguística Textual. Dessa forma, a superestrutura da forma de poder (o poder da comunicação escrita), que é a imprensa, é compartilhada por todos os indivíduos capazes de se expressarem por meio do idioma utilizado pela referida superestrutura inscrita em determinado espaço e tempo. Por esse motivo, as cartas endereçadas aos editores de jornais e revistas constituem, a nosso ver, uma importante fonte de leitura e interpretação de determinado grupo social, mesmo que tal grupo não se caracterize por compartilhar o mesmo espaço geográfico, como é o caso de leitores de jornais e revistas cuja circulação é mundial, como, por exemplo, a revista que selecionamos.

O presente artigo é uma análise de duas das várias formas de intertextualidade remissivas ao texto-base encontradas em nossa pesquisa: a *pressuposição* e a *ironia*. Antes de discutirmos nossos resultados, apresentaremos brevemente algumas questões teóricas que embasaram a análise.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A heterogeneidade e o dialogismo

Para a análise das formas de intertextualidade remissivas ao texto que originou a carta ao editor, nas cartas da revista *Newsweek*, é central entender não só como o leitor-missivista faz remissão ao texto a que sua carta se refere, mas também o porquê da forma de remissão escolhida. Neste sentido, apesar de o caráter intertextual e o dialógico fazerem parte de qualquer enunciado (Bakhtin, 2000; Maingueneau, 1997), pretendemos estudá-los em suas formas de manifestação mais específicas – a heterogeneidade mostrada e o dialogismo, circunscritos à relação direta entre o texto-base (artigo, reportagem da revista) e a carta a ele correspondente.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nesse sentido, interessa, em particular, investigar a interação leitor/editor, tomando como base a obra de Bakhtin (2000), quanto à sua noção de intertextualidade e dialogismo. Um aspecto não necessariamente intrínseco aos gêneros do discurso, mas aos textos em geral, é a noção de intertextualidade. Os textos mantêm relações com outros textos que lhes são externos, exteriores a ele, todavia, por algum viés, trazidos para dentro dele.

Para começarmos a discorrer sobre a noção de intertextualidade, não podemos deixar de mencionar o pensamento de Bakhtin (2000) sobre dialogismo. Sobre essa noção, assevera Bakhtin:

O diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a posição do locutor, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma posição responsiva (Bakhtin, 2000, p. 294).

Ora, para o autor, não existe enunciado que tenha partido do nada, tendo necessariamente que se configurar como uma resposta a outro enunciado, pois o que caracteriza o diálogo é a alternância de sujeitos falantes. Neste sentido, um dado texto nasce sempre de outro texto, direta ou indiretamente. Em outras palavras, qualquer texto traz sempre elementos de outro, ou de outros textos. Cabe aqui, mais uma vez, citar Bakhtin (2000, p. 317) que acrescenta o seguinte à noção de enunciado:

A expressividade de um enunciado é sempre, em menor ou maior grau, uma resposta, em outras palavras: manifesta não só sua própria relação com relação ao objeto enunciado, mas também a relação do locutor com os enunciados do outro (Bakhtin, 2000, p. 317).

Assim, os textos que constantemente se instauram são a materialização das necessidades comunicativas entre sujeitos. O sentido mais usual com que apreendemos este entrelace de textos é concernente às citações, “a presença de elementos reais de outros textos em um dado texto” (Fairclough, 2001, p. 39). Todavia as relações intertextuais nem sempre são tão explícitas quanto nas citações. Existem outros modos menos claros e menos diretos de incorporar elementos de outros textos. Fairclough ilustra com o discurso reportado, em que é possível não apenas citar o que fora dito, mas também resumir, fazer paráfrases, de modo que o texto original de algum modo se retextualiza. Assevera o autor:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O discurso relatado, escrito ou pensado, atribui aquilo que é citado ou sumarizado às pessoas que o proferiram, escreveram ou o pensaram. Mas elementos de outros textos podem ser incorporados sem atribuição. Assim, a intertextualidade cobre uma ampla gama de possibilidades (Fairclough, 2001, p. 40) [tradução nossa].

Em outras palavras, é muito difícil tipificar a intertextualidade. O fenômeno cobre desde citações literais, passando por discursos indiretos até o extremo em que a apropriação discursiva só pode ser reconhecida mediante o conhecimento prévio do leitor. A orientação para a diferença leva-nos às formas dialógicas nos textos. Neste particular, Fairclough segue de perto Bakhtin, para o qual uma palavra, um discurso, uma língua ou uma cultura trazem subjacente o diálogo. Qualquer enunciado, como dito anteriormente, é um vínculo numa complexa cadeia organizada de outros enunciados.

No entanto, Bakhtin ressalta que:

O estudo fecundo do diálogo pressupõe, entretanto, uma investigação mais profunda das formas usadas na citação do discurso, uma vez que essas formas refletem tendências básicas e constantes da recepção ativa do discurso de outrem, e é essa recepção, afinal, que é fundamental também para o diálogo (Bakhtin, 1986, p. 147).

Mas, como, afinal, o discurso de outrem é apreendido pelo locutor? O mencionado linguista russo sustenta que é exatamente nas formas do discurso citado que podemos encontrar um documento objetivo que esclarece o problema. Esse documento, observa Bakhtin, fornece indicações sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua, pois é na sociedade que se situa o mecanismo do processo da intertextualidade. A sociedade

escolhe e gramaticaliza apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por consequência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada (Bakhtin, 1986, p. 146).

A isso devemos acrescentar o fato de que, na transmissão sob forma escrita da enunciação de outrem, deve ser levada em consideração a pessoa a quem está sendo transmitida tal enunciação, pois a orientação para uma terceira pessoa reforça a influências das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. Nesse sentido, é curioso observar como, numa situação real de diálogo, ao respondermos a um interlocutor, habitualmente não retomamos, no

nosso enunciado, o enunciado, ou parte do enunciado, de nosso interlocutor.

Para Bakhtin, “as condições de transmissão e suas finalidades apenas contribuem para a realização daquilo que já está inscrito nas tendências da apreensão ativa, no quadro do discurso interior” (1986, p. 146). Tais tendências, aprofunda o autor, só podem desenvolver-se obedecendo aos limites das formas existentes numa determinada língua para a transmissão do discurso.

O citado autor esclarece que as formas de transmissão do discurso de outrem, uma vez cristalizadas, exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, no desenvolvimento das tendências de apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas. Essa informação é importante no sentido de responder à indagação feita acerca da preferência sobre determinadas formas em dado gênero, enquanto outras tendem para o desuso.

Contudo, Bakhtin observa que “toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior” (1986, p. 147), pois o enunciado alheio sofre, no interior do indivíduo que o apreende, uma re-elaboração que acontece em termos do seu *background* cultural, de sua formação como ser social. Assim, é que o enunciado citado só pode ser corretamente entendido, quando estudado no interior do discurso que o cita. Em outras palavras, o discurso citado não pode ser divorciado do seu contexto narrativo, pois a interação dinâmica das duas dimensões, o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo é fundamental para quem deseja entender o fenômeno da intertextualidade. Essa interação dinâmica, por sua vez, é reflexo da dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunidade ideológica verbal (Bakhtin, p. 1986). Cabe lembrar, ainda fazendo referência ao eminente linguista russo, que “a língua elabora meios sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem” (1986, p. 150).

O referido autor observa ainda que um discurso a ser transmitido obedece a uma hierarquia social de valores. Dessa forma, “quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enuncia-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ção de outrem, mais claramente definidas serão suas fronteiras (...)” (Bakhtin, 1986, p. 153).

No que diz respeito a essa discussão, Maingueneau (1997), apoiado em Authier-Revuz (*apud* Charaudeau & Maingueneau, 2004), mostra uma distinção que na prática se revela bastante útil. Trata-se da distinção entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva.

Maingueneau começa por dizer que a noção de heterogeneidade é, antes de tudo, fundamental para o entendimento da relação do interior do discurso com seu exterior. Para o entendimento do que é heterogeneidade, importante se faz entender a noção de polifonia em Ducrot (1987). Este autor estabelece uma associação entre polifonia e o nível do enunciado. Em sua perspectiva, só há polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores, o que significa que outros pontos de vista além daqueles do emissor e do receptor podem ser veiculados através do enunciado.

Maingueneau (1997, p. 76) esclarece que locutor é “um ser que no enunciado é apresentado como seu responsável. Trata-se de uma ficção discursiva que não coincide necessariamente com o produtor físico do enunciado”. No que se refere ao enunciador, Maingueneau explica:

O enunciador representa, de certa forma, frente ao ‘locutor’ o que o personagem representa para o autor em uma ficção. Os ‘enunciadores’ são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que se lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas; efetivamente, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista. Ou seja, o ‘locutor’ pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diferentes da sua (Maingueneau, 1997, p. 77).

O fenômeno da heterogeneidade se desdobra em algumas formas de ocorrências, que são as seguintes: pressuposição; negação; discurso relatado; palavras entre aspas; metadiscurso do locutor; parafraseagem; discurso indireto livre, ironia; autoridade, provérbio e *slogan*; pastiche.

Alguns envolvem considerável complexidade, como é o caso da noção de pressuposição, que tem importância considerável para a análise do discurso. Segundo Ducrot (1987), a pressuposição se

constitui através de um processo que apresenta dois ‘enunciadores’, E1 e E2; o primeiro é responsável pelo pressuposto, e o segundo, pelo posto.

Exercendo um contraste com o discurso indireto livre, que institui um jogo fronteiro entre o discurso citado e o discurso que cita, a ironia, de acordo com Mainueneau (1997), configura-se como uma subversão entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor. O “locutor” coloca em cena um “enunciador” que adota uma posição absurda e cuja alocação não pode assumir, marcando esse distanciamento com diferentes índices: linguísticos, gestuais, situacionais. É da essência da ironia suscitar a ambiguidade, fazendo que, com frequência, a interpretação não consiga resolvê-la. Sendo sempre dirigida a um destinatário, não pode ser considerada uma atividade lúdica desinteressada.

O caráter intertextual do gênero carta ao editor

A concepção tripartida do discurso de Fairclough (2001) — texto, prática discursiva e prática social — leva o analista do discurso a compreender um texto além da esfera meramente linguística, pois um texto é também prática discursiva e, como tal, abrange produção, distribuição e consumo. É na esfera da prática discursiva, mais notadamente na esfera da produção do texto, que se inscreve a intertextualidade, concretizada no intertexto. A esse propósito, o referido teórico afirma que “gêneros particulares são associados com ‘modos particulares de intertextualidade’ (manifesta)” (2001, p. 164). Essa concepção de Fairclough mostra-se verdadeira pelo menos no que diz respeito ao gênero carta ao editor.

A intertextualidade no *corpus* de nossa pesquisa revela-se bastante particular, fazendo-nos pensar que, em seu conjunto, as formas de remissão configuram-se como característica marcante do gênero em foco. Mas só podemos entender o fenômeno da intertextualidade em carta ao editor se considerarmos que o referido gênero possui um caráter eminentemente dialógico (cf. Bakhtin, 2000), quer dizer, uma carta ao editor nasce como resposta direta a outro texto da mesma cadeia de gênero. Todas as cartas publicadas pela revista estão necessariamente atreladas a um artigo, reportagem, entrevista,

entre outros, publicados em edições anteriores. Assim, a carta ao editor estabelece um diálogo com o texto a que se refere, e esse diálogo é marcado por formas de intertextualidade particulares, o que chamamos de *formas de remissão*.

Na análise do *corpus* adotado, encontramos as seguintes formas de remissão ao texto-base: pressuposição, negação, ironia, alusão ao tema, referência ao título, excerto e paráfrase. No que diz respeito ao fenômeno da intertextualidade, argumentamos, apoiando-nos em Fairclough (2001), que as formas de remissão supracitadas ajudam a delimitar o gênero cartas ao editor – na dimensão da prática discursiva – se vistas em composição com os outros aspectos. Fazemos a ressalva de que as referidas formas de remissão só ajudam nessa delimitação se foram tomadas em seu conjunto. Por exemplo, a paráfrase é uma forma de remissão encontrada em outros gêneros, assim como o excerto, pelo que não elucida nada quanto ao gênero cartas ao editor se tomada isoladamente. Dito isto, podemos falar mais pormenorizadamente sobre a relação da intertextualidade com o gênero carta ao editor.

Apesar de Bakhtin (2000) afirmar que todo enunciado possui caráter dialógico, visto que nasce de outros enunciados, devemos argumentar que o gênero carta ao editor encontra no dialogismo um dos seus traços mais marcantes, pois qualquer carta enviada à redação da revista *Newsweek* a fim de ser publicada na seção *Letters* constitui-se em uma resposta direta a um texto anterior, publicado na mesma revista. Podemos perceber que o enunciado de um poema, por exemplo, ainda que tenha sua gênese em outro enunciado, não possui, necessariamente, essa relação direta com um texto determinado. Na carta ao editor, diferentemente, percebemos claramente o referido traço responsivo, pois, além de tudo, configura-se como resposta a outro texto da mesma cadeia de gênero, ou seja, um texto jornalístico. Além disso, as cartas enviadas à redação configuram a possibilidade de quebra da unilateralidade da referida cadeia, pois, como sabemos, elas, ao mesmo tempo em que elogiam, criticam, corrigem, também têm a função de oferecer à publicação uma espécie de *feedback* do comportamento adotado perante seu público leitor, pois, como sabemos, órgãos da comunicação escrita e televisivada são formadores de opinião. Sendo assim, as mencionadas cartas funcionam como fator de equilíbrio. Por outro lado, dado o pequeno

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

espaço destinado às cartas, podemos inferir que esse equilíbrio fica, de antemão, comprometido, uma vez que o restante do suporte é reservado à publicação.

Aqui, chamamos a atenção para a afirmação de Swales (1990), que diz ser a nomenclatura para gêneros de uma determinada comunidade de discurso uma fonte importante de percepção. Assim, o nome “carta ao editor” tem muito a revelar sobre o gênero que denomina. Em primeiro lugar, literalmente, trata-se de uma carta enviada ao editor de uma revista ou jornal, o que aponta para seu traço dialógico. Vale dizer ainda, a carta é enviada ao editor, e não especificamente ao indivíduo que ocupa o referido cargo. O editor de uma publicação tem, entre outras, a função de coordenar os trabalhos e de selecionar o que deve ser publicado, de acordo com a linha editorial da publicação. Nesse sentido, podemos dizer que, em última análise, é de sua responsabilidade a tarefa de evitar matérias que possam comprometer o nome da publicação, o que justifica que os leitores escrevam para ele não só para apontar algum equívoco cometido, criticando, mas também para dizer que a publicação está seguindo o caminho correto, elogiando, portanto.

Mas a interpelação feita pelo leitor-missivista, *a priori*, dirigida ao editor, acontece através de alguma forma de intertexto, ainda que tal intertexto não possa ser imediatamente identificado na carta. Conforme afirmamos, as modalidades de remissão ao texto-base por parte do leitor-missivista são por nós chamadas de formas de remissão. Queremos crer que tais formas de remissão, em seu conjunto, imprimem ao gênero carta ao editor um caráter particular. Mas é preciso observar que, conforme expressa Bakhtin (1986, p. 148), “o erro fundamental dos pesquisadores que já se debruçaram sobre as formas de transmissão do discurso de outrem, é tê-lo sistematicamente divorciado do contexto narrativo”. Neste sentido, só é possível entender a intertextualidade como componente revelador das feições do gênero carta ao editor, se procurarmos entender como a recepção consciente dos enunciados se processa nas cartas.

Apoiando-nos nas concepções do citado linguista russo, podemos dizer que a intertextualidade em carta ao editor deve-se articular com todos os outros elementos compreendidos dentro da concepção tridimensional do discurso, trazida à tona por Fairclough

(2001): texto, prática discursiva e prática social. Lembrando que nos detivemos apenas na prática discursiva, deixando de lado os estudos concernentes ao texto e à prática social.

Assim, no que se refere à esfera da prática discursiva, podemos entender a heterogeneidade mostrada (para Fairclough, *intertextualidade manifesta*) como o intertexto que, tendo sido incorporado dentro de um enunciado, provoca uma reorganização deste, de modo que esse enunciado se retextualiza a fim de acomodar o discurso alheio. No gênero carta ao editor, essa retextualização é fruto de uma acomodação em vários níveis; no entanto, por razões já expressas, focalizaremos apenas o nível da prática discursiva. Assim, queremos nos reportar à forma como o gênero em tela se articula dentro da cadeia de gênero em que se insere – o texto jornalístico. Dentro dessa perspectiva, a intertextualidade existente no gênero e sua consequente acomodação dentro do enunciado obedecem a fatores como: o suporte, o canal, o enunciador (sua posição social e seus propósitos comunicativos), o coenunciador (sua posição social), a cadeia de gênero em que se insere o gênero, de forma que o estudo das implicações da intertextualidade dentro de dado gênero se torna bastante complexa.

Em linhas gerais, podemos dizer que, no que se refere ao fenômeno da intertextualidade e do dialogismo, a carta ao editor apresenta características que não são compartilhadas em sua totalidade com outros gêneros, inclusive com os que pertencem à mesma cadeia de gênero. Como exemplo, podemos citar a relação direta entre o texto-base (artigo, entrevista, reportagem) e a carta ao editor (elaborada como resposta ao texto-base). Pois, no primeiro caso, a manifestação da intertextualidade se dá diferentemente do segundo, muito embora pertençam à mesma cadeia de gênero.

FORMAS DE REMISSÃO NAS CARTAS AO EDITOR DE *NEWSWEEK*: A PRESSUPOSIÇÃO E A IRONIA

Para uma vista panorâmica da heterogeneidade no *corpus* escolhido, vejamos a tabela abaixo que indica a porcentagem das caracterizações da intertextualidade encontradas nas revistas em estudo:

Tabela 1: intertextualidade com texto original

tipo de intertextualidade	N°	%
paráfrase	23	18,9
referência ao título	19	15,6
excerto	20	16,4
alusão ao tema	12	9,8
negação	13	10,7
pressuposição	33	27,0
ironia	2	1,6
Total	122	100,0

Como podemos observar, a forma mais comum de remissão com o texto-base é a pressuposição (33/122 ou 27,0%), seguida pela paráfrase (23/122 ou 18,9%). A forma de heterogeneidade menos utilizada é a ironia (2/122 ou 1,6%). Para efeito desta análise, conforme aludimos acima, selecionamos apenas a ironia e a pressuposição.

A pressuposição

Para Ducrot (1987), as pressuposições correspondem a realidades supostas já conhecidas do destinatário; não podem ser afetadas pela negação ou interrogação; e, em princípio, não podem ser anuladas. No *corpus* da presente seção, a pressuposição é a forma de remissão mais utilizada pelos leitores-missivistas, seguida da parafrase.

Elegemos a carta de número 36, transcrita abaixo, para efeito de exemplificação e análise desse fenômeno de heterogeneidade mostrada. Conforme esclarecido em seção anterior, ao fenômeno da pressuposição está subjacente a idéia de que, dentro do enunciado em que existe pressuposição, há sempre o que é pressuposto e o que é posto. Consequentemente, há sempre a presença de dois enunciadores.

(36) to attack when necessary is bad enough, but to go to war on an if, a might and a maybe leaves me speechless. And now, eloquent speech writers will make something noble out of this macho militancy. MICHAEL G. DRIVER ICHIHARA, JAPAN.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O leitor-missivista dessa carta a inicia com uma avaliação sobre a possibilidade de uma guerra entre Estados Unidos e Iraque. Segundo sua avaliação, atacar quando necessário já é suficientemente ruim, porém algo pior acontece quando as razões para fazer a guerra estão marcadas pelo “se”, pelo “talvez” e pelo “pode ser” (*if, might, maybe*), o que em outras palavras significa dizer: sem razões confiáveis. Aqui a forma de remissão é feita pelo posto, que remete ao pressuposto, pois o autor não fornece informações detalhadas sobre o artigo que deu origem a essa missiva. O autor faz referência clara a uma enunciação que não autoriza pela menção na carta do “se”, do “talvez” e do “pode ser”, cujo caráter intertextual, nesse caso, é dado pela substantivação (*an if, a might, a maybe*), levando o leitor da missiva a procurar reconstruir o texto, pressupondo que os argumentos (pressupostamente em favor da guerra) do texto-base se constroem em torno de possibilidades, dúvidas e condições.

Pela forma genérica com que o autor da carta, através dessa forma de heterogeneidade mostrada, refere-se ao texto base, podemos classificar a aludida forma de remissão como uma abordagem generalizante da temática. Isto pode ser constatado na progressão do texto em análise. O leitor-missivista conclui seu texto dizendo que os redatores de discurso tratarão de tornar o comportamento reprovável (de fazer guerra) em algo que venha a ser aceito como “nobre” (heróico).

Pela leitura dessa missiva, podemos perceber que ela compreende o posto, enquanto que os pressupostos podem ser recuperáveis através dos elementos textuais fornecidos pelo autor. O primeiro pressuposto, marcado pela oração “atacar quando necessário já é suficientemente ruim” (*to attack when necessary is bad enough*), é: existem preparativos para uma guerra, pois contextualmente o leitor “deve ter conhecimento” que até a data da publicação da carta, a guerra a que o leitor-missivista se referia não havia sido deflagrada. O segundo é: os argumentos que justificam o fazer a guerra são construídos em torno de possibilidades, de suposições, e de condições, evidenciados textualmente pelo uso do “se”, do “talvez”, e do “pode ser”.

A última sentença dessa carta remete o leitor a pensar sobre algo que não foi veiculado em nenhum dos dois enunciados em que

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

foi estabelecido o fio dialógico. O leitor-missivista chama a atenção para a possibilidade de que, no futuro, manipuladores do discurso venham a encontrar meios de fazer com que a situação real (da guerra injustificada) seja revertida para algo aceitável por parte da população, notadamente a população americana.

Sendo a pressuposição a forma de remissão mais utilizada em nosso *corpus*, devemos tentar entender, buscando suporte em Bakhtin (1986), qual o significado de seu uso nas cartas enviadas ao editor da *Newsweek*. A princípio podemos dizer que essa forma de remissão tem o respaldo social necessário que faz com que os leitores queiram utilizá-las. Mas o elemento social por si só não diz tudo. Devemos entender que o seu uso harmoniza-se com as feições de um gênero que possui características muito próprias, ainda que tentemos entendê-lo com base em aspectos meramente contextuais. Ao usar a referida forma de remissão, o leitor-missivista pressupõe que seu leitor tenha lido o artigo a que se refere. Por outro lado, a mencionada forma de remissão aponta para um apagamento, ainda muito maior que a paráfrase, dos limites do intertexto dentro do enunciado que o incorpora. Podemos ver o intertexto apenas através da análise feita sobre ele pelo autor da missiva, o que aponta para o quão a temática por ele abordada deve ser familiar aos interlocutores.

A ironia

A forma de intertextualidade chamada ironia se caracteriza pela presença de um enunciado que não é assumido pelo enunciador, em parte ou em sua totalidade, no momento da enunciação. Neste caso o enunciador procura criar um efeito de surpreender seu interlocutor, pois o enunciado se apresenta como um ponto de vista insustentável e atribuível a uma outra personagem. Trata-se de uma forma de heterogeneidade mostrada bastante complexa que vem sendo alvo de reflexão desde a origem da Filosofia (cf. Maingueneau & Charaudeau, 2004). A primeira carta em que reconhecemos a presença da ironia como forma de remissão é a carta de número 39 (de nosso *corpus*), transcrita a seguir:

(39) THE UNITED STATES IS TOTALLY JUSTIFIED in targeting a rogue Middle Eastern country that has weapons of mass destruction, invades its neighbors, defies U.N. resolutions and international laws, and

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

oppresses and terrorizes minorities and opponents to its regime. The country I'm thinking of is Israel: it has nuclear weapons, has invaded Egypt, Syria, Jordan and Lebanon, has consistently defied all U.N. resolutions pertaining to it and inflicts the worst kinds of terror on its Arab population. We should go and effect a regime change in Israel whether it accepts weapons inspectors or not. ALI MILI NEWARK, NEW JERSEY.

Nessa carta o leitor-missivista diz que “os Estados Unidos estão corretos em invadir um país vagabundo do Oriente Médio que tem armas de destruição em massa, invade os seus vizinhos, desafia as leis das Nações Unidas, oprime e aterroriza as minorias e oponentes do seu regime”, para depois dizer que o país a que está se referindo é Israel. A ironia aqui está no fato de utilizar todos os atributos que os Estados Unidos utilizam para definir o Iraque. Depois, o autor da carta quebra a expectativa do leitor dizendo que se refere a Israel.

A decisão de utilizar a ironia como forma de remissão alcança aqui um efeito um tanto incomum, demonstrando ser um meio eficiente de argumentação. Considerando que o espaço destinado ao leitor-missivista é bastante pequeno, comparado com o espaço de que dispõe o articulista, a referida forma de remissão cumpre mais de um papel: 1) utilizar um mínimo de espaço com o máximo de eficiência, ao demonstrar que Israel se enquadra perfeitamente dentro dos atributos e argumentos utilizados pelos Estados Unidos para invadir o Iraque; 2) mostrar a contradição e a parcialidade dos argumentos americanos para justificar a invasão ao Iraque.

Chamamos a atenção para o modo como a estratégia remissiva utilizada se mostra eficiente no sentido de criar no leitor certa expectativa, para depois quebrá-la de uma forma surpreendente. Se, no início, o leitor não percebe a contradição, a tomada de consciência do contra-senso ocorre de forma quase que imediata, pois as primeiras frases da carta o levam a pensar que o seu autor se posiciona a favor dos critérios de julgamento americanos, para depois mostrar, implicitamente, que esses critérios não estão sendo aplicados a Israel. É importante destacar que, na missiva, o leitor não diz que o Iraque não se enquadra nos referidos atributos, querendo, talvez, mostrar que os Estados Unidos não aplicam os mesmos critérios de avaliação a todos, o que leva a concluir que as razões verdadeiras para a invasão do Iraque são outras.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O principal argumento utilizado para justificar a invasão dos Estados Unidos ao Iraque – ter armas de destruição em massa – provou ser falso, hoje sabemos. Paralelamente, Israel é o país mais fortemente armado do Oriente Médio, o que prova a força da argumentação do leitor-missivista da carta 39.

É interessante observar que não nos sentimos autorizados a usar a ironia em situações formais de interação social em que se estabelece uma relação de confiança e respeito mútuo entre, pelo menos, dois interlocutores. No entanto, o uso da ironia está associado a situações em que possivelmente essa relação de confiança e de respeito foi quebrada. A lei da sinceridade não está sendo cumprida e para demonstrar isso, o interlocutor, irônico, passa a usar da mesma insinceridade, ao mesmo tempo em que deixa claro que não está sendo sincero, pelo “absurdo” do que diz, muitas vezes utilizando-se de recursos supra-segmentais reconhecidamente reveladores do comportamento irônico. Na carta em análise, como sabemos, o seu autor não pode lançar mão desses recursos. Consegue ser irônico ao incorporar o discurso do seu interlocutor para depois aplicá-lo ao objeto “errado”. Talvez por apontar de uma forma tão contundente para o interlocutor como descumpridor da lei da sinceridade é que a ironia seja um recurso pouco utilizado em gêneros cujas características estejam ligadas à noção de democracia e liberdade de expressão, como é o caso de carta ao editor, pois, ao ser irônico, o enunciador mostra que na verdade o seu interlocutor não quer ouvi-lo, indicando, conseqüentemente, o quão antidemocrático é o discurso do outro, especialmente quando o outro se arvora de democrático. Adotando um comportamento irônico, o locutor da carta aponta para o fato de que o seu co-enunciador não merece crédito.

A carta de número 71 também apresenta a ironia como forma de remissão, embora a referida forma de heterogeneidade mostrada se realize de maneira diferente da carta 39. Na carta 71, a remissão irônica aparece somente no final, pois todo o restante do conteúdo da missiva se refere às características negativas do governo de Saddam Hussein. Ao longo de quase toda a exposição dessas características negativas, o missivista dá a entender que se alinha com a abordagem política de Bush, para no final mostrar que o presidente americano não tem razão para condenar o governo iraquiano, uma vez que ambos compartilham características similares. O que há de irônico na

carta é a forma como o leitor missivista mostra essas similaridades com o uso da palavra *so* nas duas últimas sentenças: Leiamos a carta:

(71) since saddam seized power without any democratic mandate, his nation has suffered economic decline and become contemptible in the eyes of the world due to his bellicosity and unilateralist disdain for environment and the United Nations. At the same time, his weapons of mass destruction strike fear in our hearts. And he and his cronies have grown rich by corrupt dealings in oil and other industries. Why does Bush hate him so? They have so much in common. DAVID IRBY DINGLE, IRELAND.

Nesse caso, o locutor assume o conteúdo da enunciação, mas há uma discordância da atitude esperada para essa situação, o que provoca um efeito de choque sobre o leitor comum, especialmente sobre aqueles que se mostram a favor das atitudes do chefe do Estado americano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se pensarmos em termos de propósitos a serem atingidos, podemos fazer conjecturas que se aproximem da realidade do gênero em questão. O caso da ironia se configura como proveitoso exemplo para esse tipo de análise. Nos dois casos analisados, podemos perceber o quão o efeito criado exerce um papel importante, pois gera uma espécie de epifania no leitor comum, que passa a perceber, se ainda não percebia, implicações de atitudes e posicionamentos teóricos que de outra forma demandaria uma longa argumentação.

Já a pressuposição remete para a questão da familiaridade e do conhecimento que o leitor comum tem com o assunto abordado no texto-base. Neste sentido, a revista presta auxílio a esse leitor, colocando ao lado das cartas a gravura relacionada ao texto referido pelas cartas publicadas naquela edição. A pressuposição vem ao encontro às intuições das Bronckart (2003), que afirma que a realização de um gênero depende de elementos circunstanciais.

As formas de heterogeneidade mostrada abordadas aqui denunciam o caráter fortemente dialógico do gênero do discurso *carta ao editor*, ao mesmo tempo em que se articulam com os propósitos comunicativos e com os efeitos almejados pelos leitores-missivistas, que, por sua vez, devem possuir a competência genérica necessária a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

fim de que suas escolhas enunciativas surtam o desejado efeito. A esse propósito, a pressuposição, como a forma de remissão mais utilizada nas cartas, sugere uma tensão entre o uso da argumentação objetiva, e o uso de uma forma de argumentação menos calcada na abordagem objetiva e referencial dos temas. Em todo caso, seguindo de perto Bakhtin (1986), não podemos esquecer que as formas de intertextualidade aqui analisadas devem ser respaldadas pelo meio social em que são utilizadas. Uma prova disso é que o uso da pressuposição se destaca visivelmente na preferência dos leitores-missivistas, pelo menos no *corpus* que estudamos.

Ao longo da análise, observamos que as formas de remissão não são escolhidas aleatoriamente, mas guardam estreita relação com a maneira como o autor dá progressão a seu texto. Assim, podemos dizer, grosso modo, que existem formas de remissão que permitem uma exploração mais ampla da temática abordada pelos textos dialogantes. De outro lado, existem formas de remissão que só permitem um tratamento mais restrito das temáticas exploradas nesses textos, queremos dizer, onde há marcas textuais mais visíveis no processo argumentativo dentro do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

———. *Estética da criação verbal*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 2003.

CARDOSO, Maurício Moreira. *O gênero carta ao editor em Newsweek: aspectos discursivos e sócio-interacionais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 2005.

CHARAUDEAU, P. & MAIGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Maga-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

lhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

———. *Análise dos textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.

SWALES, J. M. *English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

**HETEROGENEIDADE DIALETAL
E ENSINO DE LÍNGUA MATERNA**

Geisa Borges da Costa (UFBA/UNEB)
geicosta@ig.com.br

RESUMO

A língua não é utilizada da mesma forma por todos os falantes, sofrendo a influência de vários fatores, tanto estruturais quanto sociais. Em boa parte das escolas brasileiras, essa variação linguística não é considerada pelos professores, que tentam frear a heterogeneidade da língua, desconsiderando esta diversidade e atribuindo à língua o sinônimo de norma padrão, que é vista pela escola como a forma linguística correta e aceitável. A não obediência a este padrão linguístico adotado pelas instituições escolares e codificado pelas gramáticas pedagógicas significa para muitos professores que o aluno está cometendo um desvio, um erro, apesar de ninguém, nem mesmo estes profissionais, utilizar a variedade linguística prescrita na Gramática Normativa. Este trabalho faz uma reflexão acerca das contribuições das pesquisas sociolinguísticas para o ensino da língua materna e como as instituições escolares lidam com a heterogeneidade linguística.

Palavras-chave: sociolinguística; variação; ensino

INTRODUÇÃO

A relação intrínseca entre língua e sociedade parece ser consensual, já que é através dela que a comunicação entre os membros de uma comunidade se efetiva, tornando-se um sistema eficiente de interação social, que realiza inúmeras possibilidades comunicativas. A comunicação é elemento básico para a vida humana em sociedade, e esta se dá, fundamentalmente, pela linguagem. Entendida assim, a linguagem seria um fenômeno de natureza social e como tal não poderia ser estudado fora do âmbito em que se insere.

Ora, se não se pode considerar a língua fora do contexto social, na medida em que sua função seria não apenas transmitir informações, como também estabelecer e manter contatos sociais entre os falantes, não se pode também deixar de lado o fato de que ela vai acompanhar e refletir os padrões de comportamento e valores sociais.

Uma sociedade e uma cultura multifacetadas e plurais só podem abrigar uma língua multifacetada e plural. Os estudos sociolin-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

guísticos, que veem a língua como um fato social, têm chamado a atenção para esta realidade heterogênea e variável das línguas humanas. Entretanto, a variabilidade da língua não se dá livremente, em outras palavras, não acontece por acaso, mas é condicionada por fatores estruturais ou linguísticos e sociais ou extralinguísticos.

Dessa forma, os estudos sociolinguísticos têm demonstrado, por exemplo, que falantes de uma mesma língua, mas de regiões diferentes e de níveis sócio-econômicos diferentes, têm hábitos linguísticos diversificados, ou ainda falantes de uma mesma localidade, mas de níveis sócio-econômicos distintos vão ter realizações linguísticas diferentes.

Estas variações na língua falada estão sendo amplamente documentadas por vários pesquisadores que têm se debruçado sobre este tema, com o intuito de fazer um mapeamento das áreas dialetais do Brasil, a fim de se ter um conhecimento mais abrangente da realidade linguística brasileira. Estas pesquisas têm sido feitas mediante estudos sociolinguísticos e dialetais tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais.

A compreensão da variação linguística como um fenômeno normal e natural nas línguas é de extrema importância para o professor de língua portuguesa, pois o entendimento deste fato proporciona uma visão mais democrática e menos preconceituosa e excludente com relação às variedades trazidas pelos alunos das classes populares, que normalmente são estigmatizadas e até mesmo ridicularizadas na instituição escolar.

Estes fenômenos variáveis da fala, não raro são transpostos também para a escrita, principalmente no início da escolarização, quando o alfabetizando ainda não possui com clareza a distinção entre fala e escrita. Desse modo, assim como a fala é diversificada, surge também uma escrita heterogênea, influenciada, em alguns aspectos pela arbitrariedade do sistema ortográfico e, em outros aspectos, pelos fenômenos variáveis da fala.

No processo de alfabetização, é inevitável que os alunos tentem representar a escrita através dos sons da fala. Entretanto, o código escrito não os representa de forma sempre fiel porque ele é alheio às variações características da língua falada. Isso exige que os estu-

dantes reformulem essa compreensão, percebendo que muitas vezes a correspondência entre língua falada e língua escrita é irregular e indireta. Esse processo, porém, não é tão simples assim, já que o sistema gráfico da língua portuguesa apresenta dificuldades comuns a todos os falantes, mas principalmente para aqueles que utilizam as variedades populares do português brasileiro, que, por razões históricas, são mais distantes da norma-padrão do que as normas cultas.

Esse artigo tem como objetivo básico demonstrar as contribuições das pesquisas sociolinguísticas para o avanço no campo educacional, na medida em que o conhecimento da realidade linguística pode se constituir num auxílio eficaz para o professor de língua materna desenvolver um trabalho em sala de aula que leve em consideração as diversas variantes que o aluno já traz para a escola e que faz parte do seu vernáculo, bem como para o entendimento da variação do modo como propõe a sociolinguística, algo perfeitamente normal e passível de ser analisada. Dessa forma, a concepção de língua que transitará no espaço escolar será baseada no respeito às diversas manifestações linguísticas do aprendiz, o que contribuirá para uma ação pedagógica mais coerente e eficaz.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO

Toda língua é composta por um conjunto de variantes, seja ela utilizada por uma comunidade isolada ou por milhares de falantes, ou seja, a linguagem nunca é concretizada de uma mesma forma por todos os indivíduos ou até por um mesmo indivíduo. A tarefa da sociolinguística é mostrar a variação sistemática da estrutura linguística em consonância com a estrutura social. Assim sendo, essas variações não são aleatórias. Estas dimensões se encontram condicionadas aos fatores sociais com os quais a diversidade linguística se relaciona. Esses fatores extralinguísticos que condicionam a maneira de falar do indivíduo são de três espécies de acordo com Dino Pretti (1997, p. 40): geográficos ou diatópicos, fundamentados na oposição da linguagem urbana e rural; sócio-cultural ou diastráticos, influenciados por fatores ligados ao falante (idade, sexo, raça, profissão, posição social, grau de escolaridade, classe econômica) ou à situação de comunicação (influência de ambiente, tema, estado emocional do

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

falante, grau de intimidade entre os falantes), contextuais ou diafásicos (níveis de fala formal ou coloquial).

Assim sendo, não existe variação livre, já que os falantes vão assumir um comportamento linguístico influenciados, principalmente, pelos fatores sociais. Ora, levando-se em conta que através das variantes os falantes possuem diversas possibilidades de transmitir a mesma mensagem, com o mesmo valor de verdade dentro de uma comunidade linguística, essa escolha se não é determinada pelo contexto linguístico, sofre influência direta de fatores externos ou extralinguísticos. Dessa forma é que Labov (1972) não concebia um estudo linguístico que não se preocupasse em estudar a língua relacionando-a com os fatores de ordem sócio-cultural. Assim, esses fatores sociais são preponderantes para o estudo da variação, já que são eles que quase sempre determinam o comportamento linguístico dos falantes.

Porém, há fatos na língua que não estão sujeitos à variação. São estruturas invariantes que se definem como categóricas, já que o falante não pode violá-las. Conforme Monteiro (2000, p. 58), do mesmo modo que existem, em maior número, as regras variáveis, ou seja, as formas distintas e aplicáveis num mesmo contexto para se transmitir um mesmo conteúdo informativo, existem também as regras categóricas ou invariantes, as quais o falante não pode infringir, pois isso poderia prejudicar ou mesmo inviabilizar a comunicação entre os indivíduos. Por exemplo, o uso da marca do plural em sintagmas verbais no português popular do Brasil admite algumas variações possíveis, como nesta oração: “os meninos falam”, “os menino fala”, “os meninos fala”. A depender das características sócio-culturais dos falantes, eles vão utilizar uma ou outra variante, já que as três são perfeitamente funcionais dentro do sistema linguístico do português brasileiro. Isso é o que caracteriza uma regra como variável; um outro exemplo também seria o rotacismo em algumas palavras como “brusa”, “praca”, “grobo”, que define bem através da escolha dessa variante o perfil sócio-econômico do falante que acaba sendo estigmatizado tanto quanto a variante utilizada por ele. Assim é que podemos reafirmar que não existe variação livre, pois a escolha do falante será determinada muito mais por fatores extralinguísticos. Já as regra categóricas, como foi dito acima, são aquelas que traduzem o que não é possível na língua, independente do grau de instru-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ção do falante, sob pena de infringir a funcionalidade do sistema linguístico. Assim, no português brasileiro, por exemplo, não se utilizam frases com o artigo posposto ao nome, como em “fala meninos os”, pois essa alteração provocaria uma construção agramatical. Desse modo, essa construção não é aceitável no sistema linguístico do português brasileiro.

Assim, as escolhas nos usos das variantes linguísticas correspondem à diversidade dos grupos sociais, ou seja, a variabilidade social é refletida através da heterogeneidade linguística, atribuindo-se também valores sociais às variantes. Dessa forma, geralmente uma variante vai ter prestígio social se utilizada por falantes de um grupo social considerado superior; fazendo o percurso contrário, vai ser estigmatizada quando associada a falantes de classe considerada inferior, os quais vão querer imitar a variante prestigiada a fim de também buscar um prestígio social. Sobre isso, Monteiro (2000, p. 64) exemplifica historicamente a propagação do /s/ implosivo ou “chiente” que passou a existir no dialeto carioca a partir de 1808, quando a corte portuguesa fixou residência no Rio de Janeiro. Os portugueses pronunciavam assim o /s/ e sua pronúncia se transformou numa espécie de símbolo de nobreza, que foi imitado pela população local. Para o autor, a variedade linguística própria da classe dominante se impõe como marca de prestígio e determina a atitude dos falantes dos grupos dominados face à sua própria variedade, o que, para Labov, gera inúmeros sentimentos de culpabilidade ou de inferioridade linguística que levam muitos falantes a se envergonharem dos seus próprios dialetos.

É pertinente refletir que é dessa mesma forma preconceituosa que a escola tem trabalhado com a variedade padrão nas aulas de língua portuguesa, tentando e conseguindo inculcar no aluno que essa é a única variedade (sim, porque existem inúmeras outras, a variedade padrão é só mais uma nesse emaranhado de variantes) aceitável e correta, transmitindo, ou melhor, impondo uma visão segregadora e até mesmo, maniqueísta de língua. Não é raro ouvirmos expressões do tipo: “não sei falar português; “inglês é mais fácil que português” que demonstram a visão distorcida que o falante ou o aluno tem da sua língua, visão esta reforçada e mantida pelos compêndios gramaticais tão caros aos professores e às instituições escolares.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dessa maneira é que dentre tantos preconceitos expostos pela nossa sociedade de classes, um dos mais violentos é o que se instaura nos usos da linguagem. Se o falante mora na zona rural ou no subúrbio, se tem baixa ou nenhuma escolaridade e se sua maneira de falar é diferente do das pessoas que estão no topo da pirâmide social, ele é ainda mais discriminado socialmente e as variantes empregadas por estes indivíduos dos estratos mais baixos da população chegam a um alto grau de estigmatização, já que a valoração linguística pressupõe a valoração social.

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE LÍNGUA FALADA PARA O ENSINO DO VERNÁCULO

Os estudos sobre a linguagem tiveram um grande avanço no século XX, ao introduzir no escopo da linguística as pesquisas sobre a língua falada que, até então, havia sido rejeitada como objeto legítimo do saber linguístico pela tradição gramatical do ocidente. A língua falada, que para muitos se constitui o lugar do caos e da desordem, é um verdadeiro celeiro de variedades e inovações, porque é ela o objeto de comunicação mais imediato do falante, que a internaliza desde pequeno ouvindo seus pais, irmãos, parentes, vizinhos, enfim, as pessoas à sua volta, e ainda assim, ninguém fala exatamente igual ao outro e até o mesmo indivíduo não fala da mesma maneira todo o tempo em que utiliza a variedade falada, daí esta modalidade linguística ser de muito interesse para os pesquisadores, constituindo-se num material de estudo muito rico e importante para que se possa compreender melhor o funcionamento da linguagem.

Ao descrever a língua falada, a Linguística não atua como uma reguladora dos usos da língua, pelo contrário, procura entender e explicar as diferenças existentes na língua falada pelos diversos grupos sociais, considerando este fenômeno algo extremamente produtivo e funcional, pois as diferenças não afetam a comunicação entre os membros da comunidade.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento dos estudos linguísticos no Brasil tem se caracterizado, em parte, pela produção de uma gama de projetos voltados, em sua maioria, para uma compreensão mais geral do português falado no Brasil. Assim, os pesquisadores

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

brasileiros têm produzido continuamente uma extensa gama de trabalhos com o intuito de descrever e desvendar a realidade linguística nacional. Destaque-se, por exemplo, o projeto NURC (Norma Urbana Culta) implantado pelo professor Nelson Rossi da Universidade Federal da Bahia no final da década de 60 que, junto com sua equipe, dedicou-se à constituição de um *corpus* de língua falada por falantes escolarizados, ou seja, que tivessem cursado o nível superior completo, das cinco principais capitais brasileiras (Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Recife e Porto Alegre).

Seguindo as orientações teóricas e metodológicas de projetos de língua falada que se realizava nas capitais hispano-americanas como Proyecto de Estúdio Coordinado de La Norma Linguística Culta de las principales Ciudades de Iberoamerica y de La Península Ibérica, este projeto se constituiria em um conjunto de dados de realizações linguísticas de indivíduos com nível superior de escolaridade, provenientes de famílias com mesmo perfil escolar e nascidos e residentes em uma das cinco capitais brasileiras. O projeto resultou em total de mais de 1500 horas de gravações de língua falada a partir de inquéritos científicos nas seguintes situações: a) Diálogo entre informante e documentador (DID); b) diálogo entre dois informantes (D2) e c) Elocuções Formais (EF). O objetivo era coletar o falar culto médio desses informantes em registros diferentes. As capitais que participaram do projeto recobriram, no geral, as regiões Nordeste (Salvador e Recife), Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e Sul (Porto Alegre). Tais capitais foram escolhidas em virtude de suas altas densidades demográficas. Para Callou (1999) pode-se dizer que o fim básico do trabalho era registrar a diversidade de normas que compõem o português falado por indivíduos escolarizados, o que contribuiria, como de fato se deu, para derrubar o mito da homogeneidade linguística do Brasil e demonstrar a inconsistência de uma norma-padrão baseada no português falado e escrito do outro lado do Atlântico.

Bagno (2001, p. 53) descreve com precisão os objetivos do projeto NURC definidos no documento da VI reunião nacional do NURC em Porto Alegre em 1973:

1. Dispor de material sistematicamente levantado que possibilite o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa em seus aspectos fonético, fonológico, morfossintático, sintático, lexical e estilístico;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

2. Ajustar o ensino da língua portuguesa, em todos os seus graus, a uma realidade linguística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma si norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças linguísticas e culturais do país;
3. Superar o empirismo na aprendizagem e ensino da língua padrão pelo estabelecimento de uma norma culta real;
4. Basear o ensino em princípios metodológicos apoiados em dados linguísticos cientificamente estabelecidos;
5. Conhecer as normas tradicionais que estão vivas e quais as superadas, a fim de não sobrecarregar o ensino com fatos linguísticos inoperantes;
6. Corrigir distorções do esquema tradicional da educação, entravado por uma orientação acadêmica e beletrista.

Importa ressaltar que, os registros do Projeto NURC constituem fontes importantíssimas de pesquisa, tornando-se um material de grande valor científico, até pelo seu rigor metodológico, que já deram inúmeros frutos com uma gama de dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos e até mesmo livros publicados a partir dos dados deste projeto, como por exemplo *A gramática do português falado* organizada por Ataliba de Castilho, *A língua falada culta de São Paulo* organizado por Dino Pretti e H.Urbano, dentre outros que apresentam os resultados do NURC contribuindo para um conhecimento mais detalhado da norma culta brasileira.

Seguindo as trilhas do NURC diversas universidades brasileiras vêm estabelecendo projetos de pesquisa com o objetivo de obter um panorama da realidade linguística nacional como o PEUL, VAR-SUL, VALPB que conforme Vandresen (2003, p. 27) constituíram inúmeros *corpora* para o estudo da variação linguística.

Matts e Silva (2005, p. 45) faz referência a outro importante projeto de pesquisa de língua falada de caráter interuniversitário sediado no Departamento de Linguística e Filologia da Faculdade de Letras da UFRJ, o Projeto Censo, coordenado por Anthony Naro cujo principal objetivo era estudar o uso da língua falada no Brasil com ênfase para o município do Rio de Janeiro em que se documentou a fala de amostra significativa e diversificada de falante, desde as faixas mais baixas até as mais altas, de nível de escolaridade baixa e média e de ambos os sexos. Desse projeto resultou a gravação e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

transcrição de quarenta e oito horas de entrevista oral com informantes adultos cariocas, procedentes de todas as áreas geográficas do Rio de Janeiro, estratificados por sexo, idade e escolarização. O estudo desses dados serviu como suporte para a análise de alguns fenômenos variáveis da fala carioca no nível da fonologia, da morfossintaxe e do discurso.

O projeto foi ampliado com o objetivo de buscar subsídios financeiros e práticos para a educação derivando no projeto Estruturas da fala e aquisição da língua padrão. Coube a este estudo o registro da fala de dezesseis crianças a fim de analisar fenômenos variáveis que interessassem ao ensino da língua padrão culta no primeiro e segundo graus, com atenção para estratégias de ensino e aprendizagem dessas mesmas variantes.

Posteriormente, o grupo de pesquisadores instituiu o projeto Subsídios sociolinguísticos do projeto CENSO à educação com o objetivo de identificar, em cada fenômeno específico que estava sendo investigado, as implicações pedagógicas das descobertas sobre o funcionamento da língua falada.

Oliveira e Silva e Votre (1991, p. 360) falam da necessidade de se fazer um intercâmbio dos achados no Rio de Janeiro com dados de outras regiões do Brasil em fenômenos como: concordância verbal e nominal, nós X a gente, regência de certos verbos específicos, uso de seu X dele, presença de artigos frente a possessivos e patronímicos, ordenação dos constituintes nas orações, processos de redução das sonorantes, indeterminação e definitude.

Outro aspecto que os pesquisadores chamam atenção é para a necessidade de testar o efeito da modalidade escrita nos fenômenos acima descritos, pois segundo eles é comum em suas análises sobre dados de fala surgirem questionamentos do tipo: Como se comporta a escrita formal e informal? Como se passava o fenômeno na escrita do século passado? Como se manifestam as estratégias de embalagem da informação na fala e na escrita? Como se dá o desempenho de crianças e adolescentes e de pessoas de outras idades que estão em processo de aquisição da escrita?

Estudos significativos no campo da sociolinguística têm contribuído para a caracterização dos usos linguísticos reais dos falantes

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

e possibilitado através da descrição e análise dos dados das amostras de fala um conhecimento melhor nas diversas áreas da ciência da linguagem.

Atualmente, sob a presidência de Suzana Cardoso e supervisão geral de Jacyra Mota, encontra-se em andamento o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALIB), projeto interinstitucional coordenado por um comitê nacional, que pretende reunir informações dialetais de todo o território brasileiro, trabalho que poderá evidenciar as principais linhas dialetais que marcam o português do Brasil.

A elaboração de um atlas linguístico do Brasil já havia sido cogitada e pretendida há muito tempo por vários pesquisadores que sentiam a necessidade de que se estabelecesse um projeto de estudos dos falares nacionais, projeto este precedido pelos atlas regionais como o Atlas prévio dos falares baianos publicado em 1963.

Estes estudos são de extrema importância para o conhecimento da realidade linguística brasileira situando-a não apenas no nível diatópico como também no nível diagenérico, diageracional, diastrático, diafásico e dia-referencial, fundamentando-se para isso nos pressupostos da Geografia Linguística. Do ponto de vista metodológico, o trabalho prioriza a informação diatópica e controla variáveis de natureza sociolinguística.

Cardoso e Mota (2003, p. 40) assim elencam os objetivos gerais do Projeto ALIB:

- Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa com enfoque na identificação das diferenças diatópicas, diastráticas e diageracionais consideradas na perspectiva da Geolinguística pluridimensional;
- Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa, aos pesquisadores de áreas afins e aos pedagogos subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.

As autoras ainda definem os objetivos específicos do projeto, transcritos a seguir:

- Descrever a realidade linguística do português do Brasil com vistas a identificar fenômenos fonéticos, morfossintáticos, lexicais e semânticos característicos da diferenciação ou definidores da unidade linguística no território nacional;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- Estabelecer isoglossas, com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados;
- Identificar, com base na análise em tempo aparente processos de mudança;
- Registrar fenômenos linguísticos localizados e específicos de áreas com vistas a estudar as suas repercussões no ensino-aprendizagem da língua materna;
- Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento com vistas a fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação da língua portuguesa no Brasil;
- Oferecer aos interessados nos estudos linguísticos um amplo volume de dados aos diversos profissionais da área um conhecimento aprofundado da realidade linguística brasileira;
- Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como um instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas, mas dotado de uma unidade sistêmica.

Conforme descrito acima, os objetivos do projeto Alib são de alcance nacional e visam ao entendimento da realidade linguística do Brasil, o que poderá inclusive ajudar a compreender a sócio-história da língua nacional bem como estabelecer políticas linguísticas para o ensino de língua portuguesa que levem em consideração os aspectos multifários da língua falada em nosso território.

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA X PRINCÍPIOS ORTOGRÁFICOS

Com o advento da sociolinguística no Brasil, as pesquisas linguísticas se voltaram quase que exclusivamente para o estudo da língua falada e quando estudavam a escrita, esta era considerada desvinculada da fala e muitos pesquisadores procuravam demonstrar as diferenças existentes entre a língua falada e a língua escrita. Nos últimos anos, os estudos linguísticos têm procurado demonstrar a inter-relação entre língua falada e língua escrita, contrariando uma ideia antiga de que a escrita seria independente da fala e estruturalmente mais elaborada e complexa.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A partir da década de 70, os primeiros estudos sociolinguísticos baseados nesta inter-relação entre fala e escrita começaram a ter um grande efeito principalmente sob o ponto de vista do ensino de língua materna. Estas pesquisas vêm dando uma grande contribuição para a compreensão do funcionamento da escrita no início da escolarização, o que auxilia no desenvolvimento de práticas pedagógicas mais coerentes com a fase linguística do aprendiz, já que alguns problemas que os alunos apresentam na fase inicial da escrita podem ser explicados por interferências de seus hábitos de fala.

Muitas variáveis morfossintáticas, discursivas e, principalmente, fonético-fonológicas observadas na fala coloquial do indivíduo podem interferir na língua escrita, o que se traduz em uma escrita não-padrão com desvios de concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, problemas de coesão e coerência textual, apagamento de alguns segmentos que não são pronunciados na fala que podem desencadear em erros de ortografia.

Ao chegar à escola, a fala já é uma modalidade adquirida e dominada na aquisição da língua pelas crianças que a utilizam com competência nas mais diversas situações comunicativas do seu cotidiano. O português, enquanto língua materna, é aprendido pelas crianças em casa, no convívio com os pais, com a família, com a comunidade de maneira geral.

Scliar-Cabral argumentando sobre as diferenças entre o sistema verbal oral e escrito (2003, p. 25) afirma que a linguagem verbal oral se desenvolve espontaneamente, desde que haja traços de humanização, enquanto a linguagem verbal escrita é uma invenção, cuja aprendizagem intensiva e sistemática é necessária, na maioria dos casos.

Simões (2006, p. 16) esclarece que, quando entram em contato com a escrita, que no nosso caso é de base alfabética, as crianças precisam associar som, distintividade e representação gráfica. No sistema de escrita alfabético cada letra deveria representar um som e vice-versa, mas no português essa regularidade quase nunca pode ser aplicada, são poucos os casos em que há uma correspondência biunívoca entre letra e som como no caso das letras p, b, t, d, f, v. Assim, o sistema alfabético-ortográfico ocidental é bastante complexo constituindo-se em uma grande dificuldade para os indivíduos grafarem

os enunciados nos primeiros contatos com o texto escrito.

Segundo Monteiro (2007, p. 46) vários estudos realizaram uma análise detalhada das relações entre grafemas e fonemas e demonstraram que estas são, por um lado, muito mais complexas do que aparentam e, por outro, mais previsíveis do que se espera. Tais estudos procuram descrever as regularidades e irregularidades do sistema e salientam que, algumas vezes, se pode recorrer às regularidades existentes, como forma de facilitar a compreensão daqueles que estão aprendendo.

Nos sistemas alfabéticos de escrita existe uma relação entre letra e som da fala, ou seja, os segmentos gráficos representam segmentos sonoros. Esse reconhecimento entre unidade sonora e gráfica é essencial para quem está dando os primeiros passos na aventura da escrita. Porém, a dificuldade que se impõe para o aprendiz mesmo quando ele já compreendeu essa ideia de que cada letra representa um som é que existe uma grande complexidade entre sons e letras, já que nem sempre essa correspondência é biunívoca.

Lemle (2007, p. 7) enumera um conjunto de saberes que a criança precisa atingir e algumas percepções que ela deve realizar conscientemente para que possa aprender a escrever. Para ela, a primeira coisa que a criança precisa saber é o que representa aqueles risquinhos pretos em uma página branca, ou seja, compreender que são símbolos de sons da fala. A segunda coisa que o aprendiz precisa ser capaz de entender é que cada um daqueles risquinhos vale como símbolo de um som da fala, discriminando as formas das letras. O terceiro problema para o aprendiz é a conscientização da percepção auditiva, ou seja, é preciso saber ouvir diferenças linguisticamente relevantes entre os sons da fala, de modo que se possa escolher a letra certa para simbolizar cada som. O quarto problema que se impõe para o alfabetizado é a capacidade de captar o conceito de palavra, ou seja, a corrente de sons que emitimos ao falar é a representação de um sentido, de um conteúdo mental. Além desses problemas que a criança precisa superar na fase inicial da escrita, a autora ainda coloca mais um saber considerado importante nesta fase, que é a compreensão da organização espacial da página, a ideia de que a ordem significativa das letras é da esquerda para a direita e que a ordem significativa das linhas é de cima para baixo na página.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para a autora, a alfabetização dos indivíduos se constrói através de etapas e eles vão aos poucos adquirindo as capacidades necessárias para entender o processo da escrita. O primeiro grande progresso na aprendizagem dá-se quando o alfabetizando consegue compreender a escrita é a representação de unidades sonoras por unidades gráficas. Inicialmente, é natural que ele pense que essa correspondência entre som e letra é biunívoca, afinal ele está dando seus primeiros passos em sua compreensão do sistema de escrita, portanto a hipótese que ele constrói é a de que cada letra tem seu som e vice-versa, ou seja, a hipótese monogâmica.

Porém, essa hipótese não vai poder se sustentar por muito tempo, pois as palavras que não atendem a essa correspondência monogâmica vão aparecer naturalmente e o alfabetizando certamente terá curiosidade e desejo de escrever a respeito das mesmas. É preciso então que ele saiba que uma letra pode representar vários sons, superando a hipótese inicial da biunivocidade entre letras e sons. Para tanto é de fundamental importância a atenção e perspicácia do professor que precisa fazer um trabalho sistemático a fim de que o aluno domine essa nova fase a qual será exposto.

E agora? Podemos comemorar a vitória do indivíduo em relação ao sistema de escrita ortográfica? Ao superar a hipótese da monogamia e entrar em contato com a teoria da poligamia entre letras e fonemas ele já está apto a não escorregar mais ao escrever determinadas palavras? Lemle fala em uma terceira etapa da alfabetização que dura a vida toda, que refere-se às partes arbitrárias do sistema quando mais de uma letra pode, na mesma posição, representar o mesmo som, e a opção pela letra correta é, em termos puramente fonológicos, inteiramente arbitrária.

Essa arbitrariedade do sistema de escrita traz inúmeras dificuldades no emprego das formas padrão das palavras a todos os indivíduos, independentemente de seu grau de escolarização, mas é claro que para aqueles que são iniciantes no mundo da escrita e da leitura estas dificuldades com certeza aumentam, pois eles estão apenas começando a se aventurar neste universo de símbolos gráficos cuja apropriação demanda certo grau de complexidade que começa a ser superada de acordo com o grau de letramento do indivíduo.

Para Morais (2007, p. 79) embora a ortografia seja uma con-

venção social, aprender a escrever ortograficamente não é um processo passivo, memorístico, de simples estocagem da imagem correta das palavras. Segundo o autor, os próprios erros infantis que revelam certas regularizações ou hipercorreções demonstram que o aprendiz está processando ativamente as propriedades ortográficas, construindo suas representações internas sobre os modelos de escrita correta que encontra no mundo.

Portanto, é importante que o professor entenda a aquisição da escrita padrão pelas crianças como um processo lento e contínuo, e, da mesma maneira que a língua falada, a expressão escrita também não pode ser vista como sendo dotada de total estabilidade, pois o sistema ortográfico da nossa língua não permite uma homogeneidade real à escrita. Desse modo, é de suma importância que este profissional receba uma formação linguística sólida a respeito das peculiaridades da língua falada e da língua escrita, para que possa dar um tratamento adequado a estes aspectos da linguagem de forma a auxiliar o aluno no processo-aprendizagem da língua escrita.

INTERFERÊNCIA DA FALA NA ESCRITA

Para os professores que lidam com o ensino de português no nível fundamental, há uma repercussão clara dos fenômenos variáveis da fala na escrita. É muito comum encontrar-se nos textos dos alunos palavras em que a letra *r* em posição final não é grafada, a concordância verbal e nominal não é registrada, a regência verbo-nominal da norma padrão não é obedecida. Em vários casos, muitos professores tratam desses fatos da mesma maneira como tratam, por exemplo, de desvios como o que se observa em “excessão” por “exceção”: consideram apenas haver um desvio gráfico, decorrente das irregularidades do sistema alfabético da língua portuguesa.

No entanto, Bortoni-Ricardo (2006, p. 268) chama atenção para o fato de que os professores têm de aprender a fazer a distinção entre problemas na escrita que decorrem da interferência de regras fonológicas variáveis e outros que se explicam simplesmente pela falta de familiaridade do alfabetizando com as convenções da língua escrita.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

De modo similar, Mollica (1996, p. 163) também fala em processo de autocorreção ortográfica, que se processa de maneira natural e espontânea pelos indivíduos de acordo com o grau de exposição à escrita e processo de recuperação de segmentos variáveis na fala que são referentes aos fenômenos em vias de eliminação na língua como a regra variável da vibrante pós-vocálica que já foi amplamente estudada, constituindo-se em uma mudança em curso encabeçada pelas formas verbais infinitivas. A autora questiona até que ponto a função da ortografia continua a agir nesses casos de variação na modalidade falada com mudança claramente em curso ou já operada. Para ela, esses casos são candidatos naturais ao que chama de “arcaísmos ortográficos” e exemplifica com o *s* morfêmico de plural em francês, que inexistente na língua falada, mas perdura na ortografia vigente.

Ao estabelecer a primazia da língua falada sobre a escrita, a Linguística abriu caminho para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas que têm como foco de análise a língua falada. Nos últimos anos, os estudos linguísticos estão procurando demonstrar a inter-relação entre língua falada e língua escrita, contrariando uma ideia antiga de que a escrita seria independente da fala e estruturalmente mais elaborada e complexa.

Segundo Tasca (2002, p. 31) os resultados dessas investigações levaram à compreensão de que, para explicar o funcionamento da escrita nos primeiros anos escolares, é necessário antes ter compreendido como funciona a língua oral. Além disso, ao entrar em contato com o sistema ortográfico da língua, o sujeito aprendiz da leitura e da escrita depara-se com as interferências do sistema fonológico, daí a necessidade de se estudarem as características dos sons vocálicos e consonantais.

Nos primeiros anos de escolarização, principalmente, é muito comum o indivíduo transpor para a escrita os fenômenos linguísticos que permeiam sua fala. Desse modo, não é raro o professor encontrar na produção escrita das séries iniciais palavras grafadas não segundo as normas ortográficas, e sim de acordo com o modo como estes falantes as pronunciam. Na maioria dos casos, é o contato estreito com a escrita, que mantém um caráter fortemente regulamentador dos usos da língua, quem se encarrega de agir no sentido de forçar a recu-

peração de determinados segmentos que normalmente são cancelados por interferência da fala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociolinguística, ao longo dos anos, tem produzido diversos trabalhos com o intuito de aproximar cada vez mais a pesquisa produzida no meio acadêmico com a realidade das salas de aula, contribuindo para que professores e alunos percebam a variação linguística como um fenômeno inerente a qualquer língua e a partir daí reflitam sobre o sistema linguístico, aprimorando, consequentemente, o processo de ensino-aprendizagem de línguas.

Porém, ainda vigora nas instituições escolares uma ordenação valorativa das variedades linguísticas em uso pelos alunos, valores estes que, normalmente, se baseiam numa concepção de língua maniqueísta, obsoleta, reducionista e acientífica, em que se classificam os usos linguísticos em termos de certo ou errado, pautando-se, para isso, em um padrão linguístico cultuado pelas camadas mais elevadas da sociedade, que desconsideram a variação que é inerente a todas as línguas humanas e estigmatizam todos os falares que não estiverem de acordo com essa norma tida como “ideal”, principalmente as variedades linguísticas utilizadas pelos estratos mais baixos da população.

As sociedades de tradição ocidental oferecem um caso particular de variedade prestigiada: a variedade padrão, por ser esta “coincidente” com as variedades faladas pelas classes mais altas, sendo difundida, principalmente, pelas gramáticas normativas, tidas pelos indivíduos como as grandes detentoras do saber linguístico. Desse modo, a escola reafirma seu preconceito linguístico e social quando, partindo de uma visão de língua abstrata e homogênea, idealiza uma correção linguística que estaria refletida nos compêndios gramaticais e nos dicionários, desvalorizando todas as outras manifestações da língua que são consideradas como uma deficiência linguística, e, o que é pior, desconsiderando também as pessoas que fazem uso delas.

Assim, este artigo aponta a necessidade de o professor de Língua Portuguesa considerar a interferência da língua falada no processo de aprendizagem da escrita, buscando orientar os alunos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

das séries iniciais acerca destes fenômenos linguísticos, a fim de reduzir esta influência da fala na escrita dos estudantes.

Apesar dos esforços da Sociolinguística e das disciplinas afins para demonstrar, através dos estudos acerca da variação linguística, o caráter dinâmico e heterogêneo da língua, ainda predomina nas escolas a concepção anacrônica e tradicional de língua como um sistema homogêneo e abstrato, onde qualquer variação do padrão é considerada desvio ou erro. Assim é que, para Coseriu (1979, p. 31), a perplexidade em face da mudança linguística e a tendência para considerá-la como fenômeno espúrio, provocado por fatores “externos”, devem-se ao fato de se partir da língua abstrata – e, portanto, estática – separada do falar e considerada como coisa feita.

É verdade que, apesar de todo terrorismo purista que ainda reina nas instituições de ensino, uma boa parte dos professores mais jovens ou que se atualiza já têm consciência da seriedade e importância das pesquisas e discussões da linguística acerca desse ensino normativo e excludente tal qual o conhecemos em que os ditos mestres baseiam-se apenas nos compêndios gramaticais desconsiderando tudo aquilo que não seja regido pelos mesmos, inclusive as variantes que os próprios professores utilizam em sua fala.

Desse modo, faz-se indispensável reconhecer e compreender as diversas formas da língua falada, para que se possa ter uma ideia mais concreta e verdadeira sobre o idioma, das suas diversidades, pois só assim, conhecendo e aceitando a realidade linguística da comunidade ou dos alunos, é que se pode entender a língua como algo dinâmico e mutável e não continuar a debilitar o ensino de língua portuguesa com aquilo que só o transforma em um monstro assustador e irreal.

Os estudos sociolinguísticos baseados na inter-relação entre variação e ensino começam a ter um grande efeito principalmente sob o ponto de vista das aulas de língua materna. Estas pesquisas vêm dando uma grande contribuição para a compreensão do funcionamento da linguagem, o que auxilia no desenvolvimento de práticas pedagógicas mais coerentes com a fase linguística do aprendiz, já que alguns problemas que os alunos apresentam na escrita podem ser explicados por interferências de seus hábitos linguísticos.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita. **In:** GORSKI, Edair Maria. COELHO, Izete Lehmkuhl. (Orgs.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 267-276.
- CALLOU, Dinah. O projeto NURC no Brasil: da década de 70 à década de 90. **In:** *Linguistic*. São Paulo: 1999, v. 11, p. 231-250.
- CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra. Um passo da geolinguística brasileira: o Projeto ALIB. **In:** RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 39-49.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: UPP, 1972.
- LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador*. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2007.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino do português*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- MOLLICA, Maria Cecília. Variação, mudança e escrita. **In:** CARDOSO, Suzana. (Org.). *Diversidade linguística e ensino*. Salvador: EDUFBA, 1996, p. 158-164.
- MONTEIRO, Ana Márcia Luna. “Seabra – ssona – passado – asado”: o uso do “S” sob a ótica daquele que aprende. **In:** MORAIS, Artur Gomes de. (Org.). *O aprendizado da ortografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 43-60.
- MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MORAIS, Artur Gomes de. Ortografia: este peculiar objeto de conhecimento. **In:** —. (Org.). *O aprendizado da ortografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 7-20.

PRETTI, Dino. *Os níveis da fala*. São Paulo: Edusp, 1997.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. *Princípios do sistema alfabético do português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; VOTRE, Sebastião. Estudos sociolinguísticos no Rio de Janeiro. Revista *D.E.L.T.A*, São Paulo: v. 7, nº 1, 1991, p. 357-376.

SIMÕES, Darcilia. *Considerações sobre a fala e a escrita*. São Paulo: Parábola, 2006.

TASCA, Maria. *Interferência da língua falada na escrita das séries iniciais: o papel de fatores linguísticos e sociais*. Porto Alegre: Ed-PUCRS, 2002.

VANDRESEN, Paulino. A trajetória do GT de sociolinguística da ANPOLL. **In:** RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 13-29.

**IMPERATIVO:
UMA ANÁLISE DAS VARIÁVEIS SOCIAIS
NA LÍNGUA FALADA DE SALVADOR**

Jeferson da Silva Alves (PUC-Minas)
jefersonsalves@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, analisar-se-á o uso do modo imperativo (singular), manifesta nas formas associadas às formas do indicativo e do subjuntivo, na língua falada em Salvador, em contextos sociais distintos, usando-se, para isso, os corpora PEPP e NURC. Para tanto, tomando-se como base para a análise a Teoria da Variação Laboviana, faz-se o levantamento dos contextos linguísticos em que ocorre a variação, relacionando-os às variáveis extralinguísticas: nível de escolaridade, faixa etária e gênero.

Palavras-chave:

Uso do modo imperativo; Língua falada; Variáveis extralinguísticas

INTRODUÇÃO

Diferentemente do português europeu (PE) e do que está prescrito nas gramáticas normativas² (GN), o português brasileiro (PB) apresenta variação para o uso do modo imperativo exibindo a variante expressa pelo modo indicativo ou imperativo *verdadeiro*³ (cantA, bebE e partE) e a variante expressa pelo modo subjuntivo ou imperativo *não verdadeiro* (cantE, bebA e partA) para a segunda pessoa do discurso: *tu* segunda pessoa direta e *você* segunda pessoa indireta⁴

² Foram consultadas 16 gramáticas normativas para confecção do presente trabalho: André (1997); Bechara (1999); Cegalla (2002); Cipro Neto; Infante (1998); Cunha; Cintra (1985; 2001a; 2001b); Nicola (1997); Infante (2001); Faraco; Moura; (1999; 2002); Mattos; Megale (1990); Rocha Lima (2001); Sacconi (1994); Torres (1956); Tufano (1997).

³ Nesse artigo (O imperativo gramatical no português brasileiro: uma discussão translinguística), Scherre; Cardoso e Lunguinho fazem uma análise do que é imperativo verdadeiro e não-verdadeiro a partir de propostas de outros autores e enquadram o português como língua que possui parcialmente o imperativo verdadeiro.

⁴ Kato (1994) chama o tratamento utilizado pelo pronome *você* de segunda pessoa indireta porque faz a concordância verbal com a terceira pessoa, contudo, percebemos no PB que no uso do pronome *tu*, chamado de reto pelas GN também faz concordância com a terceira pessoa.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(que a gramática chama de forma de tratamento) independente do uso de um ou de outro pronome.

Pesquisas mostram que tal variação se configura por um recorte geográfico: i) nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (preferência pela forma indicativa) e ii) na região Nordeste (preferência pela forma subjuntiva). Revelam ainda que não haja estigma por nenhuma das duas variantes e vislumbram alguns condicionamentos que influenciam na escolha de uma ou de outra variante. Em nossas análises consideraremos quatro variáveis independentes conforme indicamos em (1a), (1b), (1c) e (1d) abaixo:

(1) Variáveis independentes

Variável linguística

(1a) Polaridade da estrutura

Afirmativa

Negativa

Variáveis sociais

(1b) Sexo do falante

Homem

Mulher

(1c) Idade do falante

25 a 35 anos

45 a 55 anos

Acima de 65 anos

(1d) Escolaridade do falante

Primária (atual ensino fundamental)

Média

Universitária

Ademais desses, outros fatores influenciam na escolha das variantes envolvidas para o uso do modo imperativo como apontam ou-

tras pesquisas⁵ como: 1) Número de sílabas do verbo na forma infinitiva: monossílabo, dissílabo, trissílabo e polissílabo; 2) Conjugação verbal: verbos regulares e verbos irregulares; 3) Vogal precedente à forma verbal conjugada (ou ausência de vogal); 4) Tipo de discurso: discurso dirigido à segunda pessoa, discurso direto (em narração), discurso dirigido ao entrevistador; 5) Paralelismo discursivo: Presença de verbo da mesma conjugação e presença de verbo de outra conjugação; 6) Função do verbo no discurso: marcador discursivo⁶ ou verbo com uso semântico referencial; 7) Tipo de texto; Presença de vocativo Anteposto ou pós-posto ao verbo); 8) Presença, tipo e posição de clítico.

CONTEXTO DISCURSIVO DE SALVADOR

O contexto discursivo da língua falada em Salvador é de uso exclusivo do pronome *você*, contexto em que a tradição gramatical prescreve o uso do modo imperativo associado às formas do subjuntivo (cant**E**, beb**A**, part**A**) tanto para polaridade afirmativa quanto para polaridade negativa. Contudo, percebemos a incorporação de elementos que os compêndios gramaticais associam ao uso do pronome *tu* como uso dos pronomes *te*, *teu/tua* e *ti*. Ademais, percebemos o uso do imperativo associado ao indicativo com frequência global de 28% em estruturas afirmativas e negativas como demonstraremos no corpo deste trabalho.

Portanto, em se tratando do uso do modo imperativo, não se tem relação muito clara no que diz respeito ao uso do *tu* ou *você* como prescreve a tradição gramatical. Como demonstram as análises

⁵ Seguem em ordem alfabética os trabalhos produzidos sobre o imperativo e utilizados para o auxílio na confecção desse trabalho: Alves (2006); Alves; Alves (2005; 2007); Borges (2005); Cardoso (2007); Jesus (2006); Sampaio (2001); Santos (2006; 2007); Scherre (2002; 2003; 2004; 2005; 2007); Scherre; Cardoso; Lunguinho (2005); Scherre et ali (1998; 2000).

⁶ Duas palavras com percepção visual em seu sentido original, os verbos "olhar" e "ver", em suas formas imperativas, em alguns casos apresentam componente interacional dirigido ao ouvinte. Como define Rost (2005 *apud* ALVES 2006), esse componente "recai também, em alguns contextos, sobre determinados elementos e idéias veiculadas no texto do próprio falante à medida que ele, para organizar a sua fala, envolve-se menos com o ouvinte e mais consigo mesmo".

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

em grande parte do território brasileiro, as formas associadas ao indicativo são as formas que gozam de mais prestígio social, já que, como sabemos, a região Nordeste é estigmatizada e sofre muito preconceito linguístico, muitas vezes caricaturado na mídia, fortalecendo mais ainda a visão preconceituosa em relação a tais falantes. Assim sendo, “a variação do imperativo é um fenômeno que nos ajuda[rá] a concretizar a idéia de que este preconceito não é fruto da defesa pelas formas que seriam gramaticalmente corretas, mas sim de uma perseguição às formas estigmatizadas” (Andrade; Melo; Schere, 2007, p. 11). O critério para se estigmatizar uma variante, segundo Andrade, Melo e Scherre (2007, p. 11), “não é o seu grau de aproximação à norma gramatical: o critério é, sem dúvida, a classe ou comunidade social onde esta se manifesta”.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para investigação linguística desta pesquisa, foi adotada a metodologia Sociolinguística Variacionista⁷, com objetivo de realizar a análise quantitativa das variáveis linguísticas e extralinguísticas envolvidas no uso do imperativo, na forma do indicativo e do subjuntivo, reveladas na língua falada *popular* e *culta* em Salvador.

Os corpora

Para a investigação linguística desta pesquisa, foram utilizados os *corpora* do Projeto de Estudos do Português Popular de Salvador, PEPP (Escolaridade Primária e Média) e do Projeto de Estudos da Norma Urbana Culta, NURC Salvador (Escolaridade Universitária), ambas as amostras foram constituídas na década de 1990.

É de suma importância salientar que na análise dos *corpora*, PEPP e NURC, os informantes selecionados obedecem a três faixas

⁷ Cf. Weinreich; Labov; Herzog (1968; 2006); Labov (1975; 1981) Sankoff (1988a). O pressuposto básico dessa teoria associa à estrutura linguística a noção de heterogeneidade ordenada: a concepção de língua é inerentemente variável e a suposta variação livre é vista como passível de descrição sistemática, em função de restrições linguísticas e não linguísticas (variáveis sociais, por exemplo).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

etárias: Faixa 1 (F1), com informantes entre 25 e 35 anos, como os mais jovens; Faixa 2 (F2), com informantes entre 45 e 55 anos, faixa intermediária e Faixa 3 (F3), cujos informantes têm mais de 65 anos, como os mais velhos. Em cada um dos grupos (primário, médio e universitário) há informantes dos dois sexos distribuídos igualmente. Ademais da idade e do sexo, o aspecto que os distingue refere-se ao nível de escolaridade.

A partir da seleção dos *corpora*, levantamos as ocorrências em que se utilizou a expressão variável do imperativo singular nas formas associadas ao indicativo e ao subjuntivo. Após essa etapa, submetemos os dados ao pacote de programas de regras variáveis *GoldVarb 2.0*⁸ que levantou os dados quantitativos para a análise relacionando-os as formas variantes aos contextos linguísticos e sociais envolvidos.

População E Amostra

Os dezoito inquiridos do tipo diálogo entre o informante e o documentador (DID) analisados no presente, foram tomados em número de doze do PEPP, distribuídos em seis de escolaridade primária e seis de escolaridade média e em seis do NURC, de escolaridade com formação universitária.

A amostra dos *corpora* está constituída de conversas em situações semi-informais, em que se deixa o informante falar à vontade sobre um tema (educação, infância, profissão, vida social, etc.), e o entrevistador só intervém quando julga necessário, para estimular o entrevistado a falar por meio de perguntas curtas ou mudanças de assunto.

Os informantes entrevistados, por sua vez, estão compostos de nove homens e nove mulheres, o que favorece o equilíbrio entre os gêneros, distribuídos em três homens e três mulheres para cada escolaridade, e três faixas etárias. Atribui-se de suma importância a esses informantes, o fato de preencherem os requisitos de serem nas-

⁸ Cf. Sankoff (1988b); Pintzuk (1988); Guy (1998) Guy; Zilles (2006); Naro (2003); Scherre; Naro (2003).

cidos na cidade objeto de estudo, ou seja, serem naturais de Salvador, nela ter residido desde os cinco anos de idade, terem passado nessa cidade três quartas partes de sua vida e serem filhos de falantes nativos de língua portuguesa, preferencialmente nascidos na cidade em exame.

ANÁLISE DOS DADOS

Em nossa análise, iniciaremos dando um levantamento global das ocorrências de estruturas imperativas encontradas nos *corpora* levando em consideração as variantes associadas ao modo indicativo e ao modo subjuntivo.

Modo Imperativo	Aplicativo/Total	Frequência
Indicativo	44/153	28%
Subjuntivo	109/153	72%

Tabela 1: Ocorrências do modo imperativo nos *corpora*.

Percebe-se, a partir da análise da tabela 1, que a preferência para a expressão variável do imperativo singular na língua falada em Salvador se configura em maior parte pelas formas associadas ao subjuntivo com 109/153 ocorrências ou 72% do tipo: (1) Se **prepara**, a vida é assim... e tal. e (2) Não **diga** não... pelo amor de Deus, ele vai arrancar meu dedo. Encontramos, entretanto, 44/153 ocorrências ou 28% de estruturas associadas ao modo indicativo do tipo: (3) **Olha** aí um exemplo: era areia tudo pra... pra... pra até, pra ficar... e (4) Não **vende** não.

A seguir, analisaremos as variáveis independentes: 1) Polaridade da estrutura; 2) Sexo do falante; 3) Idade do falante; 4) escolaridade do falante. Ademais dessas, analisaremos o fator idade relacionando-o com a escolaridade dos falantes separadamente e uma breve apresentação de resultados sobre o imperativo em algumas regiões da Bahia.

Polaridade da estrutura

Como ilustra a tabela 1, a polaridade afirmativa favorece o uso do modo indicativo, confirmando a hipótese de que o imperativo na polaridade afirmativa estaria mais associado ao indicativo, enquanto que na polaridade negativa não estaria associado a tal modo. Em nossos dados, verificamos uma grande concentração de imperativo associado ao indicativo na polaridade afirmativa com o peso relativo de .53 que é relativamente próximo ao ponto neutro. Entretanto, a diferença entre a polaridade afirmativa e negativa (de .23) é estatisticamente relevante. Segundo Sankof (1988a apud SCHERRE; 2003), “é a comparação entre os efeitos de quaisquer dois fatores em um grupo de fatores (medida pelas suas diferenças) que é importante, e não seus valores individuais”.

Polaridade	Aplicativo/Total	Frequência	Peso Relativo
Afirmativa	41/133	31%	.53
Negativa	3/20	15%	.30
Total	44/153	28%	

Tabela 2: Uso da forma indicativa com valor imperativo nas polaridades afirmativa e negativa

Conforme vimos nos resultados expostos, a polaridade negativa não apresenta apenas enunciados imperativos associados à forma do subjuntivo. Conforme delinea a seção 4.1.1, veremos os contextos em que o uso do imperativo na polaridade negativa favorece a forma associada ao indicativo.

Polaridade negativa

A polaridade negativa (no uso do modo imperativo) no português brasileiro, segundo Scherre, Cardoso e Lunguinho (2005, p. 506), “não há restrição absoluta”, já que tanto o imperativo associado ao indicativo quanto ao subjuntivo “podem ser negados” como ilustram os exemplos em (5) e (6):

(5) Não **deixa** aqui que para lhe dar para você o enxoval do seu casamento.

(6) Não **traga** aqui em casa que eu não quero essa pessoa.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nas construções imperativas na polaridade negativa, como ilustra a tabela 2, há desfavorecimento do uso do verbo imperativo associado à forma indicativa com peso relativo .30 e frequência de somente 15%. Em outras palavras, a polaridade negativa favorece quase que categoricamente a forma associada ao subjuntivo como representa o exemplo em (7):

(7) “Dona G... não **bote**, L... é uma menina que não é tão forte, pra que você vai botar ela lá?”

Pesquisas apontam, contudo, que há um aumento de imperativo associado ao indicativo na polaridade negativa em:

1) Estruturas com negação pós-verbal

(8) **Liga** não... intelectuais costumam responder perguntas com outras perguntas.

2) Estruturas com dupla negação

(9) Não **vende** não minha mãe.

Sexo do falante

A tabela 2, a seguir, mostra um equilíbrio no uso do indicativo no emprego do modo imperativo com 27% para o homem e 30% para mulher e peso relativo de .48 e .51 respectivamente.

Sexo	Aplicativo/Total	Frequência	Peso Relativo
Homem	21/77	27%	.48
Mulher	23/76	30%	.51
Total	44/153	28%	

Tabela 3:

Uso da forma indicativa com valor imperativo entre homens e mulheres.

O sexo do falante, como revela a tabela 2, portanto, não está condicionando para a variação no uso do imperativo. Pesquisas apontam que, ainda, não há clareza do papel do gênero feminino em questões de variação linguística. Conforme Sampaio (2001, p. 105), as mulheres tendem a fazer uso de formas ligadas à norma padrão, enquanto que os homens se distanciam destas, independentemente de envolver variação estável ou mudança linguística.

Idade do falante

Como configura a tabela 3, a idade do falante é um fator que condiciona a variação do uso do modo imperativo na língua falada em Salvador. A faixa etária 2 (45 a 55 anos) é a que mais favorece o uso da forma associada ao indicativo com peso relativo de .58, relativamente próximo ao ponto neutro, seguida da faixa 1 (25 a 35 anos) com peso relativo .48 com diferença de .10 nos pesos relativos, ao contrário ocorre entre os mais velhos, faixa etária 3 (acima de 65 anos), que desfavorece o uso da forma do indicativo com peso relativo igual a .27 com diferença de .21 pontos em relação aos mais jovens e de .31 com os falantes intermediários.

Idade	Aplicativo/Total	Frequência	Peso Relativo
25 a 35 anos	7/27	26%	.48
45 a 55 anos	33/94	35%	.58
+65 anos	4/32	12%	.27
Total	44/153	28%	

Tabela 4: Uso da forma indicativa com valor imperativo nas três faixas etárias

Nossa pesquisa corrobora a hipótese de que a idade do falante é um fator fortemente influenciador na variação linguística, o que pode indicar uma possível mudança em curso (Cf. Sampaio, 2001, p. 78-9), uma vez que analisando as frequências notamos que a faixa etária acima de 65 anos utiliza somente 12% de imperativos associados à forma indicativa.

Escolaridade do falante

Na tabela 4, os falantes com escolaridade universitária utilizam em maior frequência as formas associadas ao indicativo para a expressão do modo imperativo com 37% e peso relativo de .60 seguidos dos falantes de escolaridade primária com 31% e peso relativo de .54 (mais próximo do ponto neutro do que a escolaridade superior), ao passo que a escolaridade média desfavorece levemente as formas associadas ao indicativo com peso relativo igual a .35 e frequência de 17%.

Escolaridade	Aplicativo/Total	Frequência	Peso Relativo
Primária	21/67	31%	.54
Média	8/46	17%	.35
Universitária	15/40	37%	.60
Total	44/153	28%	

Tabela 5: Uso da forma indicativa com valor imperativo nas três escolaridades.

A seguir, analisaremos o efeito idade amalgamado à escolaridade dos falantes para verificarmos se em algum momento os falantes passam a utilizar mais as formas associadas ao indicativo para a expressão do modo imperativo.

Efeito idade vs escolaridade

O efeito idade em junção com a escolaridade se revelou um elemento bastante instigante, pois cada idade nas diferentes escolaridades age de maneira diferente.

Acima de 65 anos	45 a 55 anos	25 a 35 anos
Primária 1/19 = 5%	Primária 19/33 = 58%	Primária 1/15 = 7%
Média 1/8 = 12%	Média 4/30 = 13%	Média 3/8 = 38%
Universitária 2/5 = 40%	Universitária 10/32 = 32%	Universitária 3/4 = 75%

Quadro 1:

Efeito idade vs escolaridade no uso da forma indicativa com valor imperativo

Como revela o quadro 1 acima, a faixa etária 1 (25 a 35 anos) é a que há mais diferença em seus percentuais, já que como podemos ver, quanto mais escolarizados, os falantes fogem à norma de Salvador, ou seja, o uso do imperativo nas formas do subjuntivo. Os falantes de 25 a 35 anos na escolaridade primária utilizaram somente 7% de imperativo associado ao indicativo seguido da escolaridade média com um aumento de 31 pontos percentuais (38%) e da escolaridade universitária que teve um aumento percentual de 68 pontos em relação àquela (primária) e 37 pontos a esta (média).

Na faixa etária intermediária (com falantes de 45 a 55 anos), houve algo que se analisado separadamente poderia ter interpretação

de que falantes com menos escolarização tenderia a utilizar as formas que não são consideradas o padrão da comunidade: o uso do subjuntivo, já que os falantes da escolaridade primária utilizaram o imperativo associado ao indicativo 19 vezes ou 58%, ao passo que os falantes da escolaridade média fez com que esse percentual decrescesse em 45 pontos percentuais, ou seja, estes utilizaram somente 4 ocorrências no indicativo ou 13%. Ao contrário destes, os falantes universitários utilizaram 10 ocorrências de enunciados imperativos associados ao indicativo ou 32%.

Na faixa etária 3 (com falantes acima de 65 anos), percebemos um aumento gradual de imperativos associados ao indicativo com o aumento da escolarização dos falantes, algo muito parecido com faixa etária mais jovem só que o crescimento foi mais tímido. Os falantes da escolaridade primária utilizaram somente 5% de imperativos associados ao indicativo, enquanto que a escolaridade média aumenta esse percentual em 7 pontos (12%) seguida da universitária que aumenta 35 em relação à escolaridade primária e 28 em relação à média.

USO DO MODO IMPERATIVO NO ESTADO DA BAHIA

As pesquisas sobre o imperativo na Bahia se iniciaram em 2000 com Dilcéia Almeida Sampaio com sua dissertação de mestrado concluída em 2001. Em 2005, os alunos de graduação Jeferson da Silva Alves e Aiala Paloma Oliveira Alves, com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado às Faculdades Jorge Amado em Salvador, também contribuíram para o entendimento de tal fenômeno linguístico na língua falada em Salvador. Em 2006, surgiram pesquisas em Zonas Rurais da Bahia com a estudante de graduação e bolsista de iniciação científica Lanuza Lima Santos, vinculada ao Projeto Vertentes do Português Rural do estado da Bahia (VERTENTES) coordenado pelo professor Dr. Dante Lucchesi no Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O projeto tem como objetivo principal observar a realidade atual dos falares rurais do Estado da Bahia buscando lançar luzes sobre os processos que constituem a história sociolinguística desses falares, particularmente os processos derivados do contato da língua portuguesa com as línguas indígenas e africa-

nas, que marcam a formação da realidade linguística brasileira.

Nesta dimensão, incluem-se as diferenças linguísticas no que se refere à expressão variável do imperativo singular observadas entre regiões distintas da Bahia, onde se fala a mesma língua, a saber: **1.** Salvador (Sampaio, 2001; Alves; Alves, 2005; 2007); **2.** Quatro comunidades rurais Afro-descendentes, a saber: **i.** Helvécia, no extremo Sul da Bahia; **ii.** Rio de Contas, no semi-árido; **iii.** Cinzento, na Zona da mata e **iv.** Sapé, no Recôncavo baiano (os dados aqui foram extraídos de Santos, 2007b); **3.** Duas comunidades rurais, a saber: **i.** Santo Antonio de Jesus, no Recôncavo baiano e **ii.** Poções, no centro-sul da Bahia (os dados aqui foram extraídos de Santos, 2007a). Sabemos que a variação diatópica ou regional pode ocorrer de país para país (Brasil, Portugal, Angola, por exemplo), de região para região (região sul, com os falares gaúcho, catarinense, por exemplo, e região nordeste, com os falares baiano, pernambucano, etc.), dentro de uma mesma região (Salvador, comunidades rurais e comunidades rurais afro-descendentes, na Bahia).

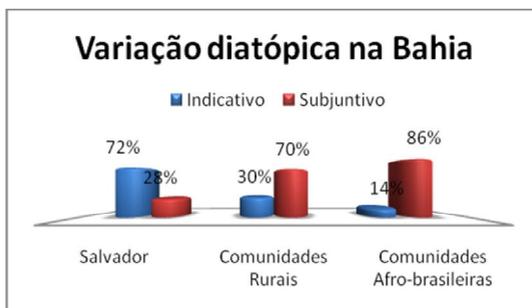


Gráfico 1: Variação diatópica (regional) no estado da Bahia

Como simula o gráfico acima, a expressão variável do imperativo se manifesta em maior parte pelo indicativo em regiões [- urbanizadas] como nas comunidades rurais afro-descendentes (86%) e nas comunidades rurais (70%) ao passo que na região [+ Urbanizada] de Salvador a preferência é pelo subjuntivo com o total de 72% das ocorrências.

A região está, portanto, atuando para variação da expressão do imperativo singular no estado da Bahia.

CONCLUSÕES

Ao fim de nossas análises, percebemos, a partir do uso global, que a forma mais presente na língua falada em Salvador em enunciados imperativos é a forma associada ao subjuntivo com 72% das ocorrências. Contudo, percebemos que as variáveis independentes influenciam no uso de uma forma ou de outra: indicativo ou subjuntivo em maior ou menor escala a depender da variável independente (linguística ou social) como veremos a seguir:

1. Polaridade da estrutura: a polaridade afirmativa favorece fortemente no uso do indicativo com peso relativo muito próximo ao ponto neutro (.53) e a polaridade negativa inversamente desfavorece com peso relativo de .30, porém, em alguns contextos seu uso é licenciado, como: negação pós-verbal e dupla negação.

2. Sexo do falante: neste ponto, percebemos que o sexo do falante não está condicionando para variação, pois, ambos ficaram próximos ao ponto neutro (.48 e .51) e com frequência de 27% e 30% respectivamente para o homem e a mulher.

3. Idade do falante: percebemos, neste fator, que a idade do falante está atuando como fator para a variação no uso do modo imperativo, revelando que os mais jovens são os falantes que mais favorecem as formas do indicativo com peso relativo igual a .48, seguidos dos falantes da faixa intermediária com peso relativo de .58, ambas bem próximas ao ponto neutro, ao passo que os falantes mais velhos desfavorecem com peso relativo de .27.

4. Escolaridade do falante: o fator escolarização se revelou, também, como atuante para a variação no uso do imperativo associado ao indicativo, com a escolaridade primária e a universitária como grandes favorecedoras com pesos relativos iguais a .54 e .60 respectivamente e a escolaridade média como desfavorecedora com peso relativo igual a .35.

5. Idade vs escolaridade do falante: neste amálgama, percebemos que os falantes mais jovens da escolaridade universitária estão utilizando as formas do indicativo em 75% das ocorrências, algo muito parecido ao encontrado em pesquisas em zonas rurais da Bahia (70% de indicativo): Santo Antonio de Jesus (56%) e Poções (84%), esta última, está geograficamente mais distante da capital e mais

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

próxima ao estado de Minas Gerais (Zona dialetal de Indicativo) (Cf. Santos; 2007a, p. 8).

Concluímos, portanto, que formas associadas ao indicativo em enunciados imperativos estão presentes na língua falada em Salvador e que a escolaridade universitária é a que mais utiliza tais formas e que o fator mais condicionante para tal uso são os falantes mais jovens dessa escolaridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jeferson. A expressão variável do imperativo nas tiras do "Menino Maluquinho". **In:** *Caderno Seminal Digital*. Rio de Janeiro: Edições Dialogarts, v. 6, p. 84-94, 2006.

———; ALVES, Aiala Paloma Oliveira. *A expressão variável do imperativo singular na língua falada em Salvador*. Salvador: Faculdade Jorge Amado, Curso de Letras, Trabalho de Conclusão de Curso, 2005.

———; ———.. O imperativo na língua falada culta e popular dos soteropolitanos. **In:** *Anais da X Semana de Mobilização Científica*. Salvador: UCSAL, 2007.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: Parte I. **In:** MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRADE, Carolina Queiroz; MELO, Fernanda Gláucia de Moura; SCHERRE, Maria Marta Pereira. História e variação linguística: um estudo em tempo real do imperativo gramatical em revista em quadrinhos da Turma da Mônica. **In:** *Jornal de Letras da UniCEUB*. Brasília, Ano 3 – número 1 – Agosto de 2007.

ANDRÉ, Hildebrando A. de. *Gramática ilustrada*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Ver. e ampl. Rio de Janeiro. Lucerna, 1999, p. 283.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CARDOSO, Daniela. A expressão do modo imperativo no dialeto gaúcho: uma regra variável. **In:** *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 5, Nº 9, agosto de 2007.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 43ª ed. São Paulo: Nacional, 2002.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Língua e Sociedade: variação e conservação linguística*. **In:** *Nova gramática do português contemporâneo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

———. *Nova gramática do português contemporâneo*: 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001a.

———. *Nova gramática do português contemporâneo*: terceira edição revista. Nova apresentação. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001b.

FARACO & MOURA. *Gramática*. 19ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

———. *Língua e Literatura*: 2º grau. Volume único. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 2001.

JESUS, Étel Teixeira de. *O nordeste na mídia e os estereótipos linguísticos: estudo do imperativo na novela Senhora do Destino*. Brasília: UNB. Dissertação de mestrado, 2006.

KATO, Mary A. Português brasileiro falado: Aquisição em contexto de mudança linguística. **In:** DUARTE, Inês; LEIRIA, I. (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Vol. II: Lisboa, p. 211-237.

LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. 3ª ed. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1975.

———. What can be learned about change in progress from synchronic descriptions? **In:** SANKOFF, D. & CEDERGREN, H. (eds.) *Variation Omnibus*. Canada, Linguistic Research, Inc. p. 177-99, 1981.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MATTOS, Geraldo; MEGALE, Lafayette. *Português: 2º grau. 3ª ed.* São Paulo: FTD, 1990.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov.* Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.* 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

NICOLA, José de. *Curso de gramática: aplicada aos textos.* São Paulo: Scipione, 2001.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa.* 41ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2001.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática: teoria e prática.* 18ª ed. reform. e atual. São Paulo: Atual, 1994.

SAMPAIO, Dilcéia Almeida. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo.* Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado, 2001.

SANKOFF, David. Sociolinguistics and syntactic variation. **In:** Newmeyer, Frederick J. (Ed.) *Linguistics: the Cambridge survey.* Volume IV (Language: the socio-cultural context). New York: Cambridge University Press, p. 141-60, 1988.

SANTOS, Lanuza Lima. O uso do modo imperativo no português rural do Estado da Bahia. **In:** *Anais da X Semana de Mobilização Científica.* Salvador: UCSAL, 2007a.

———. O uso do modo imperativo no português afro-rural. **In:** *Anais da 59ª Reunião Anual da SBPC.* Belem: UFPA, 2007b.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. A norma do imperativo e o imperativo da norma – Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. **In:** BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma.* São Paulo: Loyola, 2002, p. 217- 230 e 242- 251.

———. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. **In:** *Revista Alfa,* São Paulo, 51(1), p. 189-222. 2007.

———. Norma e uso – O imperativo no português brasileiro. **In:**

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

DIETRICH, Wolf & NOLL, Volker. (orgs.). *O Português do Brasil- Perspectivas da Pesquisa atual*. (Linguística luso-brasileira, Iberoamericana –Vervuert, 2004, p. 231-260).

——— et alii. O imperativo gramatical no português brasileiro: uma discussão translinguística. **In:** *Anais do IV Congresso Internacional da Abralín*. Brasília: UNB, 2005, p. 503-9.

———. Phonic parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. **In:** PARADIS, c. et alii. (eds.). *Papers in Sociolinguistic*. N.WAVE – 26 à l' Université Laval (Québec): Nota Bene, 1998, p. 63-72.

———. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. *II Congresso Nacional da ABRALIN e XIV Instituto Linguístico*. Florianópolis: Taciro – Produção de Cds Multimídia, 2000, p. 1333-1347.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

TORRES, Artur de Almeida. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 8ª ed. rev. E ampl. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

TUFANO, D. *Estudos de língua portuguesa: gramática*. São Paulo: Moderna, 1997.

WEINREICH, U; LABOV, W. & HERZOG, M. I. *Empirical Foundations for a Theory of Language Change. Directions for Historical Linguistics: A Symposium*. Austin: University of Texas Press, 1968.

———. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.

**MARCAS LEXICAIS ORAIS
PRESENTES NA POESIA DE MANUEL BANDEIRA**

Gil Roberto Costa Negreiros (Universitas, Unifei)
gilrobertonegreiros@yahoo.com.br

RESUMO

Neste estudo, objetivamos investigar as marcas léxico-orais presentes em alguns excertos da obra poética de Manuel Bandeira. Adotamos, como referencial teórico, a perspectiva sociointeracionista, que considera fala e escrita a partir de um *continuum* tipológico. Percebemos que Bandeira se aproveita do léxico popular em alguns de seus poemas, criando neles certa ilusão da oralidade no discurso poético.

Palavras-chave: léxico coloquial; texto falado; texto escrito; Manuel Bandeira

INTRODUÇÃO

A língua escrita pode sofrer a influência da língua oral. Assim, a língua literária, que é uma modalidade escrita, também pode ser marcada por elementos comuns à língua falada, aos quais se inclui o léxico, um dos campos da língua mais sensíveis a transformações.

Nosso objetivo neste trabalho é demonstrar como o léxico coloquial, marcadamente vinculado à oralidade, se apresenta no texto poético escrito de Bandeira. Para tanto, apoiamos-nos na perspectiva sociointeracionista, segundo a qual fala e escrita não podem ser consideradas em posições estanques e dicotômicas, mas, pelo contrário, vistas dentro de um *continuum* tipológico em que a fala é influenciada pela escrita e vice-versa.

Primeiramente, fazemos uma abordagem dessa perspectiva. Em segundo lugar, destacamos aspectos referentes ao léxico popular e à presença lexical popular no texto escrito poético.

Há que se notar, por sua vez, que a problemática referente à influência do léxico oral na língua escrita e, em extensão, na língua literária, não é tão simples. Alguns fatores devem ser abordados aqui, antes de qualquer tipo de análise de nosso *corpus*, baseado na obra de Manuel Bandeira. Assim, inicialmente, discutimos aspectos que envolvem o vocabulário culto e o coloquial. Em seguida, apre-

sentamos questões referentes à expectativa linguística dos interlocutores para com os vocábulos coloquiais. Como terceiro ponto, discorremos sobre as características do léxico coloquial oral. Por último, destacamos aspectos referentes à grafia lexical de certos vocábulos orais, que visa a uma aproximação com a realidade sonora de certas palavras.

O MODELO SOCIOINTERACIONISTA

O modelo sociointeracionista trata da relação fala e escrita dentro de um contexto dialógico, ou seja, essa relação não é considerada um sistema dicotômico, mas um modo único e complementar de compreensão do mundo. Koch, abordando o assunto, afirma que se vem postulando que os diversos tipos de “práticas sociais de produção textual se situam ao longo de um contínuo tipológico, em cujas extremidades estariam, de um lado, a escrita formal e, de outro, a conversação espontânea, coloquial.” (2006, p. 43)

Seguindo esquema proposto por Marcuschi (2001, p. 33), dentro da perspectiva sociointeracionista, língua falada e língua escrita (daqui em diante LF e LE) apresentam dialogicidade, funções interacionais, coerência e dinamicidade. Também são fundamentos deste paradigma a negociação, os usos estratégicos e a situacionalidade, que auxiliam na percepção da língua como um fenômeno interativo e dinâmico.

De acordo com esse modelo, torna-se muito difícil – senão impossível – uma separação estanque entre LF e LE. Essas modalidades seriam modos de representação cognitiva e social reveladas em situações específicas. Nessa perspectiva, não cabe considerar uma modalidade superior ou inferior à outra, pois a fala e a escrita não possuem características negativas ou positivas. Uma separação dicotômica iria de encontro à existência de um *continuum* entre LF e LE:

As relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de uso da língua. Também não se pode postular polaridades estritas e dicotomias estanques. (Marcuschi, 2001, p. 34)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Assim, fala e escrita são realizações de um mesmo sistema, tendo características acentuadas próprias, que podem contagiar a outra modalidade, formando posições intermediárias, que nada mais são do que outras formas de produzir os sentidos do mundo, mais distantes ou próximas da fala ou da escrita (cf. Barros, 2000, p. 58). As diferenças entre LF e LE são analisadas, no paradigma sociointeracionista, sob o ponto de vista dos usos e não do sistema. A diferenciação não se torna dicotômica, mas sim escalar e gradual:

O que se verifica, na verdade, é que existem textos escritos que se situam, no contínuo, mais próximos ao pólo da fala conversacional (bilhetes, cartas familiares, textos de humor, por exemplo), ao passo que existem textos falados que mais se aproximam do pólo da escrita formal (conferências, entrevistas profissionais para altos cargos administrativos e outros), existindo, ainda, tipos mistos, além de muitos outros intermediários. (Koch, 2006, p. 44)

O LÉXICO COLOQUIAL

A - Vocabulário culto / vocabulário coloquial – gradações

Preti postula que, enquanto o vocabulário culto possui maior variedade de formas, maior precisão no emprego dos significados, maior aproximação com as tecnologias, o vocabulário coloquial é mais restrito, de uso mais amplo, muitas vezes abusivo nos usos de gírias e de vocábulos obscenos. (cf. 2000, p. 32)

O autor afirma que é muito difícil estabelecer distinções nítidas entre um grupo léxico mais culto e um mais coloquial. Enquanto alguns vocábulos podem ser considerados sempre como cultos e outros sempre como coloquiais, há aqueles que tanto podem ser considerados cultos ou populares. Preti, assim, reconhece a dificuldade em estabelecer, no campo do léxico, diferenças entre a modalidade culta e a coloquial⁹:

Daí a razão pela qual seria conveniente o estabelecimento de um *dialeto social* intermediário entre o culto e o popular, hipotético, a que denominaremos *linguagem comum*, acompanhando, ainda, a sugestão de

⁹ Cabe lembrar que Preti (2000) chama de *dialeto* as diversas modalidades linguísticas. Preferimos as expressões *modalidade culta* e *modalidade coloquial* às expressões *dialeto culto* e *dialeto coloquial*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Gleason: “Linguagem comum é apenas uma designação para a maior parte do leque de integração entre as outras duas” [culto e coloquial (comentário nosso)]. (2000, p. 33)

Urbano (2000) também aborda o assunto, afirmando que, entre a modalidade culta e a popular, podem-se admitir gradações, como um vocabulário mais elaborado ou um vocabulário mais vulgar.

Além disto, o autor também liga o vocabulário coloquial à fala, enquanto que um vocabulário mais culto estaria ligado ao texto escrito. O dialeto culto se ajustaria normalmente à língua escrita com preocupação literária. Ao contrário, o dialeto popular está muito próximo da língua oral do povo. (cf. Urbano, 2000)

Prete faz a mesma menção ao fato, ao ligar, teoricamente, a modalidade culta (e nesse sentido, também o vocabulário culto) ao texto escrito, literário, ao passo que uma modalidade (e um vocabulário) mais coloquial estaria em consonância com a modalidade oral:

Em geral, pode-se dizer que o dialeto social culto, em razão das características apontadas, se prende mais às regras da gramática tradicionalmente considerada, normativa, veiculada pela escola, aos exemplos da linguagem escrita, literária, muito mais conservadora, ao passo que o dialeto social popular é mais aberto às transformações da linguagem oral do povo. (2000, p. 35)

Contudo, diante das muitas mudanças histórico-culturais sofridas pelos falantes e, também, diante das mudanças nas expectativas linguísticas desses usuários, pode haver uma mudança nos contextos de uso de certos vocábulos, o que dá ao léxico uma dinâmica própria, sensível à mudança.

B - A atitude linguística dos falantes e novos usos léxicos: o prestígio da coloquialidade

Prete (2003), ao se interessar pelo ingresso, em certos gêneros escritos e em gêneros orais mais cultos, de vocábulos oriundos de grupos socialmente desprestigiados, demonstra a mudança na expectativa linguística dos usuários na contemporaneidade.

O pesquisador postula que a fala se incorpora à identidade das pessoas, concedendo a elas maior ou menor prestígio no contexto social. Desta maneira, a fala demonstra a identidade real ou a identidade

de pretendida de uma pessoa:

A fala, bem como outras fontes de informação, tanto pode conduzir-nos à identidade real do falante, quanto à sua identidade pretendida. No momento em que se tornam conhecidas, na sociedade, as características de uma fala tida como de maior prestígio dentro de um grupo social, os falantes podem incorporá-las a seu uso, pelo menos no que se refere a seu léxico, com o objetivo de criar uma identidade que almejam, mas não possuem. (2003, p. 51)

A variação lexical, em grande parte, ocorre no nível da língua falada, haja vista que os critérios de aceitabilidade social nesta modalidade são maiores. Assim, é na língua falada que os vocábulos ganham e perdem prestígio. Nesse ponto, há que se destacar a valorização dos vocábulos coloquiais na contemporaneidade. Há, hoje, uma maior aceitação dessas palavras, o que certamente é um inegável índice de prestígio:

A língua oral é a mais suscetível de expressar variações e, nela, os critérios de aceitabilidade social são mais elásticos. Principalmente, em nível lexical. Talvez rapidamente como a moda, os vocábulos ganham ou perdem prestígio, desatualizam-se. A dinâmica da sociedade contemporânea é bem expressa nas transformações do léxico, não só na criação neológica dos vocábulos científicos, mas, principalmente, na linguagem coloquial. (*Idem*, 2003, p. 53)

A valorização ou a desvalorização do vocábulo está diretamente relacionada à *norma subjetiva* e à *atitude linguística do falante*. Segundo Preti, essa *atitude* é aquilo que é julgado como ideal para o comportamento linguístico, segundo a qual se estabelecem critérios voltados para a aceitabilidade social da linguagem. Essa *atitude linguística*, intimamente ligada à *norma linguística subjetiva*, é definida pelos fatores histórico-sociais em que está inserido o grupo a que pertence o falante.

Por um lado, em épocas de maior controle político, há uma tendência com relação ao controle linguístico, com atitudes linguísticas voltadas para uma valorização da modalidade culta. Por outro lado, em épocas de maior liberdade, usos linguísticos mais coloquiais, mais informais, são mais bem aceitos pelos falantes:

As épocas históricas que foram marcadas por regimes ditatoriais sempre foram muito propensas a uma vigilância linguística, crescendo uma atitude de valorização da variante culta e desprestigiando-se variantes que se identificavam com os falantes menos cultos. As épocas em que predominaram regimes mais liberais e democráticos sempre foram mais

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tolerantes com os hábitos populares entre os quais a linguagem do povo. Mas, por outro lado, nas épocas de crise econômica, de revolta e insatisfação, a gíria e os vocábulos obscenos ganharam ampla divulgação e emigraram, não raro, também para os textos escritos, quase sempre a partir da mídia. (*Idem*, 2003, p. 54-5)

Por meio da mídia, o texto escrito é influenciado pelo uso coloquial da linguagem, em especial pelo seu léxico, o que, segundo Preti, pode causar, em certos casos, estranheza, já que em alguns usos certos vocábulos não são habituais. Ao se abrir um jornal, não se tem a expectativa de encontrar um vocábulo obsceno. Segundo o autor, porque se trata de um vocábulo de baixa valorização social, ligado à expressão afetiva, que pode até ser considerado adequado em uma conversação espontânea. “E esse processo de estranhamento é bem mais sensível nos textos escritos, certamente porque o fato de serem impressos significa uma prova inequívoca de seu uso na língua falada.” (2003, p. 55)

C - Características do léxico coloquial presente em textos escritos

Algumas marcas lexicais coloquiais que são comuns, hoje, em textos escritos, literários ou não-literários, já foram analisadas por diversos autores, entre eles Pinto (1988) e Urbano (2000), cujos estudos serão aqui recensados.

Urbano (2000), em estudo sobre a oralidade nos textos de Rubem Fonseca, apresenta uma série de fatos linguísticos que, segundo o autor, são frequentes no vocabulário popular e oral.

O primeiro caso citado refere-se a expressões que deixam constituintes com valor semântico indeterminado, como *não sei quê*, *não sei o quê*, *não sei de onde*, *sei lá*, *uma coisa assim*, *não sei onde*.

É comum a ocorrência de expressões próprias do discurso oral, bem como expressões idiomáticas e expressões gírias. O autor cita alguns exemplos, tais como (a) expressões próprias do discurso oral, como *numa dessa*, *sem essa*, *tudo bem* etc e (b) expressões idiomáticas e elementos gírios, como *é fogo*, *suar pra burro*.

Também as expressões de situação são destacadas pelo pesquisador, segundo o qual são específicas da língua falada, por figurarem na fala corrente, vinculadas à situação de enunciação.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Oportuno salientar a afirmativa de Urbano sobre certas correspondências existentes entre a modalidade oral popular e a modalidade culta escrita. Segundo o autor, muitas são empregadas em ambas as modalidades, “já outras são deslocadas da área semântica da variedade culta, já outras apresentam “atrevidas metáforas”, outras nascem no seio do mesmo povo, outras ainda cristalizam-se reduzidas ou deformadas foneticamente” (2000, p. 123). Assim, a formação lexical coloquial é formada por processos heterogêneos, que dão, certamente, maior riqueza para esse campo linguístico.

Além desses casos, há que se levar em conta também os vocábulos obscenos, que, segundo o pesquisador, participam da massa lexical popular. Esses são formados por termos grosseiros, presos ao campo do erotismo e da obscenidade.

O mesmo é constatado por Pinto (1988), em estudo dedicado à história da língua portuguesa. Em seu trabalho, a autora afirma que o uso oral, de forma constante, influenciou a língua literária do séc. XX, por meio de coloquialismos familiares e até vulgares¹⁰:

Além da neologia, também o uso oral alimenta o léxico da língua literária do século XX. Desde Monteiro Lobato e Lima Barreto, mas, sobretudo, a partir do Modernismo, a literatura se torna cada vez mais permeável aos coloquialismos de nível familiar e até vulgar. (1988, p. 21)

O uso de um vocabulário obsceno, até então raro na literatura (salvo em textos satíricos e picarescos), torna-se comum em textos de vários autores, inclusive em poemas: “Encontra-se, em vários autores e até na poesia, um vocabulário obsceno, até então raro na literatura, salvo no caso de certos gêneros (o satírico, o picaresco). (*Idem*, p. 21)

Segundo a autora, o que ocorreu no séc. XX foi realmente uma “dessacralização do vocábulo”, de certa forma autorizada, por um lado, pela despreocupação, por parte dos escritores, com as autoridades gramaticais e, por outro, pelo público, que aceitou as mudan-

¹⁰ Pinto assevera que a “direção dos estudos linguísticos, em cada época, com suas múltiplas implicações, como a supervalorização ou desvalorização dos preceitos gramaticais; o interesse ou o desinteresse pelos fatos da oralidade; o caráter teórico ou pragmático dos trabalhos linguísticos empreendidos; a idealização ou a racionalização na concepção do texto escrito – têm decisiva influência sobre os vários aspectos da língua literária da época em questão.” (1988, p. 9)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ças sem a menor restrição. Tal afirmativa vem ao encontro dos dizeres de Preti (2003), em teoria já resenhada anteriormente, segundo a qual a atitude linguística dos usuários legitimou o emprego de formas coloquiais.

A pesquisadora ainda enfatiza que, em se tratando do emprego do léxico coloquial, cada autor é um caso. Desta forma, quando se fazem determinados comentários a respeito do período histórico em questão, alude-se a conceitos generalizantes. Deste modo, alguns autores, como Mário de Andrade, lançavam-se “à recolha de quanto vocábulo, locução ou frase lhe chamasse atenção, por frequentes ou pitorescos” (1988, p. 22)

Contudo, Pinto deixa claro que, manipulados ou não, “o fato é que os coloquialismos podem ser facilmente identificados na língua literária do século XX”. (*Ibidem*)

D - Variantes da grafia léxica: em busca de uma aproximação com a pronúncia coloquial

Pinto (1988) enfatiza o emprego de vocábulos construídos à luz de uma aproximação com a realidade sonora, recorrendo a uma grafia prosódica própria, como *pra*, *pro*, *prum*, *qué-de*, *quê-de*, *que-de*, *cadê*, *corgo*, *chacra*. Também, segundo a pesquisadora, há, em exemplos literários brasileiros do Séc. XX, o uso de vocábulos próximos a regionalismos, como *tá*, *tô*, *tava*, *babadô*, *canaviá*, *fuzuê*, *caboco*.

Dias também aborda o tema em estudo referente ao jornalismo popular. A pesquisadora afirma que a fonética popular se reduz “a um problema de alteração de regras ortográficas, para melhor se aproximar da pronúncia de um povo” (1996, p. 73). A autora também apresenta as alterações mais relevantes encontradas no jornalismo popular, que são as formas monossilábicas e as transcrições da pronúncia popular. Ambas alteram a grafia léxica, em busca de uma aproximação com a coloquialidade fonológica.

ANÁLISE DO LÉXICO ORAL
NA POESIA DE MANUEL BANDEIRA

Antes de se demonstrar a influência da oralidade em trechos da obra poética de Manuel Bandeira, há que se deixar claro que não pretendemos, aqui, afirmar que o texto poético é um texto oral. Pelo contrário, o texto poético, pertencente à modalidade escrita, muitas vezes pode ser marcado por características linguísticas que são comuns à modalidade falada.

Essa influência é notória em vários trechos da obra de Bandeira que, talvez influenciado pelos novos ares históricos do período que viveu, buscou em certos recursos orais uma “ilusão da oralidade”. Cabe lembrar que essa não foi apenas uma busca de Bandeira, mas de toda uma geração, que constitui uma das fundamentais características da língua literária do séc. XX: “Em suma, a tentativa de aproximar o texto literário dos diferentes registros da fala constitui uma das características mais notórias da língua literária do século XX.” (Pinto, 1988, p. 16)

Deste modo, no nível do léxico, podem-se citar alguns casos, retirados da obra de Bandeira, em que o poeta busca certa aproximação com a realidade oral:

(01) **BERIMBAU**

A mameluca é uma **maluca**. (*O ritmo dissoluto*) (p. 120)

Em “Berimbau”, o emprego de *maluca*, vocábulo muito usado na língua falada e que se refere àquela que sofre distúrbios mentais, é uma marca da oralidade presente no texto poético de Bandeira.

(02) **LOUVAÇÃO DE ADALARDO**

O que **dá duro** e se esfalfa

No **batente** [...] (*Estrela da Tarde*) (p. 259)

As expressões de uso informal *dá duro* e *batente* são empregadas em “Louvação de Adalardo”. A primeira se refere ao esforço exagerado de alguém no trabalho diário, enquanto que *batente* se refere, nesse poema, à própria ocupação diária.

(03) **IDÍLIO NA PRAIA**

E te chamarei

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Cupincha (*Mafuá do Malungo*) (p. 310)

Em “Idílio da Praia”, há a ocorrência de *cupincha*. Houaiss salienta que tal vocábulo, de uso informal, tem o sentido de *companheiro, camarada*. (cf. 2001, p. 891) Há de se notar, também, que, cotidianamente, o vocábulo apresenta certa conotação negativa, vinculada à idéia de *comparsa*.

Algumas palavras e expressões, comuns no cotidiano e com pouca precisão no significado, também são empregadas:

(04) CUNHANTÃ

O ventilador era **a coisa** que roda. (*Libertinagem*) (p. 138)

A palavra *coisa*, muitíssimo comum no cotidiano oral brasileiro, também ocorre em nosso *corpus*. Considerado pelos estudos funcionalistas como uma “pró-forma¹¹ lexicalizada”, de sentido fortemente impreciso, o vocábulo *coisa* é usado pelos falantes nos processos de referência textual, mais especificamente de substituição.

(05) CANÇÃO DE MUITAS MARIAS

Uma tem o pai **pau-d’água**. (*Lira dos Cinquent’anos*) (p. 176)

Em “Canção de muitas Marias”, é utilizada a expressão *pau d’água*, que se refere à idéia de *bêbado*, de *alcoólatra*.

Vocábulos ligados ao campo semântico dos excrementos e da vulgaridade, comuns na modalidade oral coloquial brasileira também são encontrados, como nos poemas “Pensão familiar”, “Escusa”, “Rondó do atribulado do Tribobó” e “Casa Grande & Senzala”:

(06) PENSÃO FAMILIAR

Jardim da pensãozinha burguesa.

[...]

Um gatinho faz **pipi**.

[...]

¹¹ Segundo Neveu, chama-se *pró-forma* “os objetos linguísticos tomados abstratamente, cuja função é a de representar as propriedades comuns ao conjunto de membros de uma categoria. Assim, o inglês *one* pode ser descrito como uma pró-forma nominal que representa o conjunto de membros da categoria de nomes que servem para designação dos referentes humanos definidos.” (2008, p. 250)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Encobre cuidadosamente a **mijadinha**. (*Libertinagem*) (p. 126-7)

(07) ESCUSA

tenro **cocô** de cabrito. (*Belo Belo*) (p. 191)

(08) RONDÓ DO ATRIBULADO DO TRIBOBÓ

Tinha três filhos: Rodrigo Luís que quando se referia aos planetas dizia o Vênus, o *Mártir*, etc. Joaquim Pedro bonitinho pra burro mas muito encabulado; e Clarinha a mesma de cujos **cocôs** já falei atrás. (*Mafuá do Malungo*) (p. 308-9)

(09) CASA GRANDE & SENZALA

Leva aqui a sua lambada

Bem puxada.

Jenipapo na **bunda**.

Que o portuga femeeiro (*Mafuá do Malungo*) (p. 307-8)

Importa também destacar o vocábulo *portuga*, corruptela de português, formada pela redução do vocábulo matriz, muito comum no uso coloquial brasileiro. Sobre esse último, Dias afirma que as deformações de significantes reproduzem a fala popular (cf. 1996, p. 97)

(10) ARLEQUINADA

Perdão, perdão, Colombina!

Perdão, que me deu na telha (Carnaval) (p. 89)

Em “Arlequinada”, o poeta faz uso da expressão *que me deu na telha*. De uso coloquial, essa expressão significa *pensar, ato de ter pensamentos*. Note-se, na expressão em análise, o caráter concreto da expressão, que designa uma ação abstrata. O emprego de expressões nitidamente concretas no sentido de ações abstratas parece ser, também, um recurso muito comum na modalidade coloquial oral.

(11) VERSOS PARA JOAQUIM

Mas que tristeza! Ela foi demais, **estou de mal** com Deus. (*Estrela da Tarde*) (p. 236)

Por sua vez, em “Versos para Joaquim”, notamos a expressão

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

estou de mal, comum em usos orais, principalmente em usos orais infantis.

Muitas frases feitas também são usadas em poemas, como nos exemplos que se seguem:

(12) **BRISA**

Vamos **viver de brisa**, Anarina. (*Belo Belo*) (p. 191)

(13) **ESCUSA**

Como o pão que o diabo amassou. (*Belo Belo*) (p. 191)

(14) **POEMA PARA SANTA ROSA**

E ela: — **Será o benedito?** (*Belo Belo*) (p. 201)

Alguns exemplos léxicos são apresentados por Bandeira com alterações na grafia, com claro intuito de criar imagens da variação da pronúncia das palavras:

(15) **MACUMBA DE PAI ZUSÉ**

Na macumba do Encantado

Nego véio pai de santo fez mandinga (*Libertinagem*) (p. 140)

Em “Macumba de Pai Zusé” o vocábulo *Zusé*, corruptela de “José”, é usada no poema desta forma com o intuito de se aproximar da realidade sonora, com a recorrência de uma grafia prosódica própria, caricaturesca de situações que envolvem certos cultos afro-brasileiros, intitulados popularmente de “macumba”.

(16) **CUNHANTÃ**

Quando se machucava, dizia: Ai **Zizus!** (*Libertinagem*) (p. 138)

O mesmo fenômeno ocorre em “Cunhantã”, com a busca de aproximação com uma possível pronúncia coloquial da palavra “Jesus”. Tanto em “Macumba de Pai Zusé” quanto em “Cunhantã” ocorre a mesma ocorrência variacionista fonética, com a transformação do fonema [gê], que inicia o vocábulo em z. Em seguida, há, em substituição à segunda consoante da palavra (que em ambos os casos é o fonema [sê]), o acréscimo também do fonema [zê]. Assim, nos dizeres de Dias (1996), há, nos dois casos, um “problema de altera-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ção de regras ortográficas, para melhor se aproximar da pronúncia de um povo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que Manuel Bandeira usa o léxico popular na elaboração de alguns de seus poemas.

Esse emprego do léxico coloquial garante uma maior proximidade com o leitor contemporâneo, que é, ao mesmo tempo, além de leitor, usuário da modalidade linguística empregada, em diversos momentos, pelo poeta. Assim, as marcas da oralidade empregadas nos poemas visam à manutenção da interação entre o enunciador e seu possível interlocutor.

Além disto, a presença de recursos lexicais orais nos poemas produz efeitos discursivos que o aproximam da dinâmica oral do cotidiano. Assim, pode-se supor que haja nos textos aqui analisados certa ilusão da oralidade, garantida pela presença do léxico coloquial, comum na oralidade.

O autor se aproveita, dessa maneira, na elaboração de seus poemas, de recursos comuns a uma fala espontânea. Essa fala natural, presente em nosso cotidiano, torna-se fator preponderante na expressividade da poesia de Manuel Bandeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, M. *Estrela da Vida Inteira*. São Paulo: Círculo do Livro, 1998.

BARROS, D. L. P. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, D. (org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas Publicações, 2000, p. 57-78.

DIAS, A. R. F. *O discurso da violência*: as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: Educ/Cortez, 1996.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2001.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

KOCH, I. G. V. Especificidade do texto falado. **In:** JUBRAN, C. C. A. S. & KOCH, I. G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006, p 39-46.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVEU, F. *Dicionário de ciências da linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2008.

PINTO, E. P. *História da língua portuguesa: século XX*. São Paulo: Ática, 1988.

PRETI, D. Variação lexical e prestígio social das palavras. **In:** PRETI, D. (org.). *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003, p. 47-67.

_____. *Sociolinguística: os níveis da fala*. 9ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

URBANO, H. *Oralidade na literatura: (o caso Rubem Fonseca)*. São Paulo: Cortez, 2000.

**MONA PARÓDICA... DÁ MAIS PINTA, BONITA:
ANÁLISE LÉXICO-SEMÂNTICA DA GÍRIA
DOS HOMOSSEXUAIS DE FORTALEZA**

Alexandre Melo de Sousa (UFAC)
profalex.ufac@yahoo.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, muitos estudos científicos têm sido desenvolvidos pondo em tela questões relacionadas às variedades linguísticas e/ou aos níveis de linguagem. Em geral, essas pesquisas procuram mostrar as relações que se estabelecem entre língua/sociedade e, conseqüentemente, entre língua/cultura, tendo em vista, especialmente, investigar os inúmeros fatores extralingüísticos que influem no fenômeno da diversidade (ou variação) de uma dada língua.

Sabe-se que dentre os componentes da língua, o léxico é o que mais reflete as mudanças e as variações linguísticas, haja vista sua função de nomear, identificar, individualizar pessoas, lugares, ações, sentimentos, sensações etc.; e que torna o acervo lexical: a) o reflexo das transformações sócio-culturais de uma dada comunidade linguística e b) uma classe aberta a criações e inovações léxicas, nos mais distintos registros. Assim, adota-se aqui o que assinala Preti (1984, p. 01):

Definida como um aspecto da própria comunidade humana, a comunidade linguística compreende certos comportamentos constantes, eleitos pelos que falam como ideais para comunicar-se e transmitir as informações necessárias à vida em comum. Esses hábitos linguísticos, com a força de uma convenção tácita, ligados de maneira indissolúvel ao modo de viver e encarar a vida numa sociedade, formam o que se convencionou chamar de *uso*.

Contudo, em decorrência de comportamentos sociais restritos, é possível haver a criação, por alguns grupos, de uma linguagem especial que se opõe ao *uso comum*, verificada, especialmente, no nível léxico. Os objetivos para tais criações podem ser vários: o desejo de originalidade, um fator de auto-afirmação, uma marca individualizante, a formação de um código entendido somente pelos integrantes do grupo, entre outras.

Com base no exposto anteriormente, o objetivo do presente trabalho é analisar, do ponto de vista léxico e semântico, a gíria utilizada pelos homossexuais de Fortaleza – CE, e ainda, decorrente dos dados coletados *in loco*, ao final, apresentar um glossário das palavras e expressões dessa linguagem especial, com a finalidade de ilustrar as criações e as inovações semânticas peculiares a esse grupo humano.

É importante ressaltar que o presente artigo adota alguns critérios teóricos e metodológicos utilizados em duas pesquisas anteriormente desenvolvidas por Almeida (1996) e Garcia Jr. (1994).

HETEROGENEIDADE LINGÜÍSTICA: AS VARIAÇÕES E OS NÍVEIS DE LINGUAGEM

Quando Biderman (2001, p. 14) diz que “o léxico de uma língua natural pode ser identificado como o patrimônio vocabular de uma dada comunidade lingüística ao longo de sua história”, fica clara a relação estabelecida entre língua e sociedade. Como o acervo lexical é formado, usado, renovado dentro dos grupos sociais, tendo em vista suas necessidades comunicativas, a partir da análise dos itens léxicos que compõem esse acervo é possível observar o sistema de valores compartilhados pelos grupos, assim como as mudanças sociais e culturais: por isso é possível dizer que as formas lexicais são geradoras de “realidade” e “depositárias de riquíssimo potencial de informação, concernente aos valores do grupo que as criou” (Barbosa, 2001, p. 34-35).

Assim sendo, num contexto social tão heterogêneo como o que é observado no Brasil, associado ao dinamismo inerente às línguas, de um modo geral, é perfeitamente natural que a linguagem possua como uma de suas características a heterogeneidade (ou variação) lingüística.

Essas diversidades lingüísticas – influenciadas por fatores estruturais ou sociais – podem ocorrer, segundo Mollica (2004, p. 12):

[...] nos eixos diatópico e diastrático. No primeiro, as alternâncias se expressam regionalmente, considerando-se os limites físico-geográficos; no segundo, elas se manifestam de acordo com os diferentes estratos sociais, levando-se em conta fronteiras sociais.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Segundo Preti (2003, p. 24), as variedades *diatópicas*, ou *geográficas*, são aquelas responsáveis pelos “*regionalismos*, provenientes de *dialetos* ou *falares* locais”, e que conduzem à oposição linguagem urbana/linguagem rural.

Balizadas pelas linguagens urbana e rural podem, ainda, segundo o referido autor, ser verificadas outras variações motivadas seja pelo falante (ou grupo de falantes), seja pelo contexto de fala: as variações *diatráticas* ou *socioculturais*. Nesse caso, fatores como idade, sexo, nível de escolaridade, posição social serão as variantes responsáveis pela diversidade lingüística.

A variação pode, também, ser observada no uso da linguagem pelo mesmo falante. Explica Preti (2003, p. 39):

[...] ou seja, a dos níveis de fala ou registros, poderia também ser chamada de variedade estilística, no sentido de que o usuário escolhe, de acordo com a situação, um estilo que julga conveniente para transmitir seu pensamento, em certas circunstâncias. Poderíamos, então, falar em um estilo formal e um estilo coloquial ou informal, [...].

Neste estudo interessa mais de perto a variação *diatrática*, já que nosso foco está em um tipo de linguagem especial criada e utilizada por um grupo de pessoas unidas por um estilo de vida ou comportamento social comum, e que apresenta uma variedade lingüística distinta da linguagem corrente. Essa variedade é marcada ou pela criação de novos itens lexicais ou pela nova acepção semântica atribuída a itens já existentes. Dessa forma, partimos do pressuposto que o desempenho lingüístico e o comportamento social estão pereneamente relacionados de forma dialética.

GÍRIA: LINGUAGEM ESPECIAL

Pelo que foi exposto até aqui, podemos afirmar que na formação e no estudo de uma língua é necessário levar em consideração a influência que os aspectos sociais – seja relacionados ao usuário, seja relacionados ao ambiente – exercem sobre ela, uma vez que a língua é produto e, ao mesmo tempo, veículo das experiências sociais. Em relação às abordagens léxicas, lembra Oliveira (2001, p. 109):

De um modo geral, podemos considerar como princípio o fato de que um vocábulo é aceito como elemento da língua, a partir do momento

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

em que ele passa a exprimir todos os valores de um determinado grupo social e, sobretudo, satisfazer suas necessidades de comunicação.

Assim, a atuação social dos falantes favorece o surgimento de alterações e acréscimos à língua resultando na ampliação lexical por meio de vocábulos e expressões na linguagem “dita” comum, ou ainda o aparecimento de linguagens especiais utilizadas, restritamente, por determinados grupos sociais: as gírias.

Quanto ao seu uso, explica Preti (1984, p. 11), as gírias podem ser divididas em dois grandes grupos: a *gíria de grupo* e a *gíria comum*: na primeira categoria estão aquelas relacionadas a “grupos sociais restritos, como por exemplo, os das organizações do crime, do tóxico e da prostituição”.

Na segunda categoria, continua o referido autor, estão as que são de uso da sociedade em geral, utilizadas como recurso de expressividade, como no caso da linguagem obscena.

No tocante ao caráter expressivo da gíria, Preti (2000a, p. 219) diz que seu uso

[...] conduz a um espírito de irreverência, de intimidade, de aproximação maior entre os interlocutores, o que vem a facilitar certas situações de comunicação. Trata-se de uma forma de aliviar a tensão conversacional e atender a nossos interesses interacionais.

Preti (1999, p. 38) explica que o surgimento da gíria, “como fenômeno de grupo restrito” é consequência da dinâmica social e lingüística. Segundo o autor, são três as características inerentes à gíria: dinamismo, mudança e renovação. Em outra obra, assim Preti (2000b, p. 67) assim descreve a trajetória da gíria:

[...] perdida a sua condição de signo de grupo, elemento identificador, que faz parte do processo de auto-afirmação do falante no grupo social, a gíria se dilui na linguagem comum. A rigor, nessa etapa, na sua condição de vocabulário não marcado, a gíria poderia mesmo ser simplesmente classificada de linguagem comum.

No caso da gíria comum, à medida que os demais níveis sociais passam a utilizá-la, embora conservando traços característicos de “inadequação”, sua relação com o eixo diastrático vai, paulatinamente, sendo perdida. Como Santos (2007, p. 08) exemplifica:

Um bom exemplo é o vocábulo presunto o qual em sua origem era uso exclusivo de pequenos grupos marginais e, atualmente, figura no lé-

xico do senso comum. Contudo, pode-se perceber que a palavra ainda apresenta algumas restrições de uso. Soaria estranho ouvir um professor universitário dizer “o presunto vai ser velado à noite”.

ANÁLISE LÉXICO-SEMÂNTICA DO *CORPUS*

O *corpus* analisado no presente estudo foi levantado entre abril e setembro de 2005, a partir de entrevistas realizadas com seis homossexuais masculinos, pertencentes às classes sociais baixa e média, com faixa etária variando entre 25 e 45 anos e com níveis de escolaridade fundamental II (5ª a 8ª série) e médio. As entrevistas foram realizadas em duas boates localizadas na capital cearense, fora do horário de funcionamento. Os entrevistados eram proprietários ou funcionários dos respectivos estabelecimentos.

Como um microsistema lingüístico que tem por base a língua comum, os processos de criação lexical do vocabulário selecionado da linguagem especial dos homossexuais de Fortaleza obedecem, portanto, as mesmas possibilidades do sistema lingüístico do português brasileiro.

Nos dados coletados os processos formadores de itens léxicos mais comuns são a derivação e a composição.

a) Itens léxicos formados por derivação

Segundo Basílio (2004, p. 28), o processo de derivação consiste na adição de um afixo (sufixo ou prefixo) a uma base ou radical para a criação de uma palavra. Explica a autora que a “estrutura da forma derivada é a estrutura geral da adição de um afixo a uma base ou radical; a base é determinada gramatical e semanticamente pelo afixo”.

A derivação pode ser classificada como sufixal, prefixal ou parassintética. Basílio (2004, p. 28) descreve os três processos formadores nestes termos:

Na sufixação temos a estrutura [[base] sufixo]x, em que o sufixo determina a categoria lexical X da palavra resultante; na prefixação a estrutura é [prefixo [base]]x, sendo que o prefixo especifica uma alteração semântica na palavra resultante, ficando inalterada a classe X da base; e na derivação parassintética temos [prefixo [base] sufixo]x, sendo que o prefixo especifica uma alteração semântica e o sufixo determina a cate-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

goria lexical X da palavra resultante.

Nos dados coletados, o processo de formação menos produtivo foi o prefixal. Apareceram apenas as seguintes ocorrências:

Ex. *destrucar, desaqüendar, plus-megamulher e trilouca.*

O processo de formação sufixal foi o mais recorrente na língua especial em análise. Foram encontradas:

Ex. *bafônica; baratismo; belelésimo; boquete; cobríssima; diaguelefe; finérrima; machuda; margiclin; mulheríssima; palcosa; paródica; rasgação; trucada; trucosa.*

b) Itens léxicos formados por composição

De acordo com Rocha (1999, p. 187), a composição é um processo de formação de palavras autônomo em português, “juntando-se duas bases preexistentes na língua, o falante pode criar um novo vocábulo, dito composto”.

Os itens léxicos compostos possuem um caráter sintático subordinativo ou coordenativo. Essa relação sintática pode ser estabelecida através de um sintagma – nesse caso, tem-se uma composição sintagmática. Segundo Pontes (1996, p. 203):

A passagem do sintagma, que é um agrupamento sintático, do discurso para o domínio lexical, resulta, em parte, da frequência e do uso do sintagma e, conseqüentemente, de sua memorização pelos usuários.

As formações sintagmáticas, de acordo com Alves (2001, p. 28) podem ser representadas, formalmente, por diferentes estruturas. Normalmente, complementa a autora, “essas formações são constituídas por um substantivo determinado, que corresponde a um conceito genérico e é especificado por um adjetivo determinante”.

No *corpus*, as formações sintagmáticas apresentam três tipos estruturais:

1. substantivo [determinado] + adjetivo [determinante]:

Ex. *bicha bafôm; bicha cobra; bicha margiclin; bicha póc-póc; mona bafônica; mona paródica; mona 0800.*

2. substantivo [determinado] + contração + substantivo [determinante]:

Ex. *diague da cebola; diague da Elza; diague da esquina; diague da*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Neuza; diague do banheiro; diague do capitão; diague do cogumelo; diague do truque; diague do véu-de-noiva.

3. fazer + complemento:

Ex. fazer a Elza; fazer a linha; fazer o babado; fazer o baratismo; fazer o boquete; fazer o cunete; fazer o truque.

ASPECTOS SEMÂNTICOS

Uma das principais características das línguas especiais é a inclusão, em seu vocabulário, de empréstimos, que podem ser originários de línguas estrangeiras ou do mesmo sistema lingüístico a que pertence. Segundo Dubois (1990, p. 209), há empréstimo lingüístico “quando um falar A usa e acaba por integrar uma unidade ou um traço lingüístico que existia precedentemente num falar B e que A não possuía”.

No caso da língua especial em estudo aparecem os dois tipos de empréstimos referidos anteriormente: originários de línguas estrangeiras, especialmente, africana – por influência das religiões afro-brasileiras (Umbanda e Candomblé); e empréstimos advindos da língua corrente – empréstimos internos, gerados a partir de metáforas.

a) *empréstimos originários da língua africana (yorubá):*

Ex. aliban (policia); aqué (dinheiro); edi (nádegas); obó (vagina); odara (bom, bonito); okó (homem ou pênis).

b) *empréstimos originários da língua corrente:*

restrição de sentido

De acordo com Bréal (1992, p. 53), “as línguas são condenadas a perpétua falta de proporção entre a palavra e a coisa. A expressão é tanto demasiado ampla, quanto demasiado restrita”. Quanto aos dados coletados, alguns itens léxicos perdem semas, restringindo assim seus sentidos. Vejam-se os exemplos em que se conservam o sema /+ feminino/, mas substituem o sema /+ mulher/ por /+ homossexual masculino/:

Ex. Bonita; Ela; Fia (filha); Gata; Linda; Senhora.

metáfora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para Bréal (1992, p. 91), “a metáfora muda instantaneamente o sentido das palavras, cria expressões novas de um modo súbito. A visão de similitude entre dois objetos, dois atos, a faz nascer”.

No *corpus*, as metáforas constituem-se, basicamente, de adjetivos e expressões.

a) *que age ou reage como:*

Ex. *bicha cobra; bicha margiclin (marginal); fazer o capitão; ficar cega; senhora.*

b) *que possui características de:*

Ex. *bicha cangalha; cafuçu; cafuçu do bem; cafuçu do mal; carão; diague da esquina; diague da multa; diague do véu-de-noiva; linda; machuda; mona 0800; montada; o ó; palcosa; racha (rachada; trucada.*

c) *provoca os mesmos efeitos que:*

Ex. *abalar Bangu; dar o close; fazer o truque; linha o ó; linha torta; parar de palco.*

GLOSSÁRIO

A

ABALAR BANGU – expressão usada para indicar que o homossexual (ou a atitude dele diante de determinada situação) vai chamar atenção. *Quando eu chegar lá, vou abalar Bangu!*

ALIBAM – policial. *E aí chegaram os alibans e prenderam a bicha.*

AQÜÉ – dinheiro. *Para sair com aquele boy tem que ter muito aqüé.*

AQÜENDAR – esconder. *Aqüenda o dinheiro, senão vai ser o diague da multa.*

B

BAFON – homossexual (ou situação) desagradável. *Pense numa bicha bafon!*

BARATISMO – escândalo. *Ela começou com o batismo dela, aí, foi o jeito chamar os alibans.*

BARRACO – v. baratismo. *É a cara dela... ela sempre apronta um baratismo aonde chega.*

BICHA – 1. homossexual masculino. 2. forma de tratamento. *Bicha, a senhora está belíssima!*

BICHA 0800 – homossexual que sai com qualquer um (fácil). *Ela é uma bicha 0800 mesmo: ela sai com um cara até por um cigarro!*

BICHA BAFÓN – v. bafon. *Que bicha bafon! Bicha, te orienta, viado!*

BICHA COBRA – homossexual traíçoeiro. *Nesse meio tem muita bicha cobra, sabe! A gente tem que tomar cuidado com elas!*

BICHA MARGICLIN – homossexual criminoso. *E as bichas margiclins! São perigosíssimas! Aqui na Boate tá cheinho delas.*

BICHA PÓC-PÓC – homossexual brega. *Ave Maria, e quando vem pra se apresentar umas bichas póc-póc! Faz vergonha até pra gente que é dona.*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BOA – grande (relacionado ao pênis). *Ele começou a tirar a roupa no palco... as bichas ficaram cegas. Tinha uma neca boa, hum!*

BOFE – heterossexual do sexo masculino. *Se aparece um bofe, ela já fica plus-megamulher.*

BONITA – forma de tratamento entre os homossexuais. *E aí, bonita! Tá boa?*

BOQUETE – sexo oral (no pênis). *Os bofes, muitas vezes, querem fazer boquete na gente.*

BOY – v. bofe. *Os boys que aparecem por aqui só querem aquê das bichas.*

BRINCA – ruga anal. *Ela é tão 0800 que tá cheia de brincas.*

C

CAFUÇU – heterossexual masculino do tipo machão, rústico. *O cafuçu que andava com ela era do baratismo.*

CAFUÇU DO BEM – v. cafuçu, carinhoso, simpático. *Ontem eu saí com um cafuçu do bem... foi tudo!*

CAFUÇU DO MAL – v. cafuçu, grosseiro, violento. *Ele era um tremendo cafuçu do mal. Deixou a bicha toda roxa de uma surra.*

CANGALHA – homossexual que não tem caráter. *Nem fale com ela, vixe, ela é uma bichinha cangalha.*

CARÃO – rosto bonito ou bem maquiado. *Ela tem um carão, bem andrógena, sabe? Quando sobe no palco, as bichas da platéia ficam cegas.*

CHECAR – defecar durante o sexo anal. *Eu nunca chequei um boy, mas se eu checasse, eu saía numa boa... linda!*

CHUCA – asseio que se faz no ânus antes do sexo. *Pra não checar, é só fazer a chuca direitinho.*

COBRA – v. bicha cobra. *Ela é cobra... Aliás, cobríssima!*

COLETEIRO – homossexual que é feito a fofocas, ou curioso. *A gente prepara o show no segredo, mas aparecem umas bichas coleteiras que estragam tudo.*

COLOCADO – embriagado ou drogado. *Tem deles que já chegam colocados querendo quebrar tudo, fazendo baratismo.*

D

DAR CLOSE – chamar a atenção. *Quando elas saem do palco, ficam andando pela boate, com as roupas do show, só dando close.*

DESAQUËNDAR – fazer aparecer. *A gente pede logo o boy pra desaquëndar logo a neca, se for boa, e ele tiver carão, a gente contrata como go-go-boy.*

DESTRUCAR – desfazer o truque, desmontar-se. *O certo é quando descer do palco, ir logo se destruindo.*

DIAGUE – aquilo (ou aquele) que é ruim. *Ir para lugares diague é o ó. A gente fica toda errada. Tá entendendo?*

DIAGUE DA CEBOLA – pênis sujo, mal cheiroso. *Se o bofe tem o diague da cebola, eu desisto logo. Mando ele embora e tudo!*

DIAGUE DA ELZA – roubo, furto. *Aqui, de vez em quando, tem o diague da Elza. Mas quando eu descubro, mando logo embora, ponho no olho da rua.*

DIAGUE DA ESQUINA – pênis torto. *Só tem um probleminha, não pode ficar duro porque tem o diague da esquina.*

DIAGUE DA NEUZA – descontrolado. *O boy deu na cara dela, aí ela ficou diague da Neuza.*

DIAGUE DO BANHEIRÃO – procurar sexo nos banheiros públicos. *Essas bichas bafons que ficam só no diague do banheiro são as piores. Devem ser até doentes, sei lá.*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

DIAGUE DO CAPITÃO – pegar (apalpar) o pênis de um homem. *Só pelo diague do capitão a gente sabe se a neca é boa.*

DIAGUE DO COGUMELO – pênis que tem a glândula exagerada. *Quando ele tem a diague do cogumelo, arreventa o nosso edi.*

DIAGUE DO TRUQUE – montar-se para o show, inclusive, escondendo o pênis por entre as pernas. *Quando a gente faz o diague do truque, ninguém vê a neca.*

DIAGUE DO VÉU-DE-NOIVA – v. diague da cebola. *Diague da cebola ou diague do véu-de-noiva é a mesma coisa, os dois são imundos.*

DIAGUELEFE – v. diague. *Minha casa sempre foi diaguelefe. Escondia do meu pai minhas roupas de mulher e me montava na casa de uma amiga trava.*

DRAG (-QUEEM) – transformista que faz humor. *Hoje em dia as drags estão abalando Bangu. Aqui a gente sempre traz umas.*

E

EDI – ânus. *A bicha chegou com o edi todo cheio de brincas. Horrível mesmo... só vendo!*

ELA – referência à bicha. *Ela é tão pintosa.*

ENTENDIDO – 1. homossexuais, geralmente, não declarados. 2. garotos-de-programa. *Ele é entendido, mas cobra caríssimo pela noitada.*

EQUÊ – mentira. *Eles vêm chegando, cheios de equês, aí elas caem direitinho... iludidas.*

ERÊ – menor de idade. *Sair com erê é problema na certa. Tem umas bichas que saem.*

F

FAZER A ELZA – roubar. *Se a gente deixa eles sozinhos um instante, eles fazem a Elza.*

FAZER A LINHA – 1. adotar um esteriótipo. 2. programar um encontro amoroso. *Hoje eu vou fazer a linha michê. Tá, meu bem!*

FAZER O BABADO – transar. *Hoje em dia, pra eu fazer o babado, tenho que conhecer o boy.*

FAZER O BARATISMO – v. baratismo. *Eu aviso logo que não faça baratismo dentro da boate.*

FAZER O BOQUETE – v. boquete. *Pra fazer um boquete, a neca tem que tá muito limpa. Aliás, é melhor usar camisinha.*

FAZER O CAPITÃO – v. diague do capitão. *Tem bofe que não aceita nem que faça o capitão. São uns cafuçus do mal. Vem logo com ignorância.*

FAZER O CUNETE – sexo oral no ânus. *Quer ver eu ficar louca, é só o boy fazer um cunete em mim.*

FAZER O TRUQUE – v. diague do truque. *Tem que fazer o truque bem feito, senão a neca fica aparecendo.*

FIA (FILHA) – v. bonita. *Fia, pega ali as fotos pra mostrar pra ele.*

FICAR A NEUZA – descontrolar-se. *Eu fiquei a Neuza quando ele me cobrou pelo boquete. Um boquete o ô.*

FICAR CEGA – v. ficar a Neuza. *Se os go-go boys não tirarem as roupas, elas ficam cegas!*

G

GATA – v. bonita. *Aí eu digo: Gata, a senhora quer fazer o favor de retirar-se.*

GAY – homossexual. *Pra ser gay, querido, tem que ser muito homem.*

GO-GO-BOY – rapaz que trabalha como dançarino ou stripper em boates. *Chegou um go-go-boy escândalo ontem.*

J

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

JOGAR O CANECALON – montar-se. *Quando ela joga o canacalon e sobe no palco, eu fico toda arrepiada.*

L

LINDA – v. bonita. *Linda, que cara é essa! Só no carão.*

LINHA – v. fazer a linha. *A linha de ontem à noite foi escândalo!*

LINHA TORTA – fazer algo de ruim. *Não admito que bicha nenhuma venha com linha torta pra mim.*

M

MACHUDA – homossexual feminino que se veste ou se comporta como homem. *As machudas são as que brigam mais aqui. Pra apartar é fogo!*

MICHÊ – garoto-de-programa ou aquele que vive sustentado por um homossexual masculino. *Os michês cobram o programa de acordo com o que você quer que eles faça: ativo, passivo ou os dois.*

MONA – v. bonita. *Mona paródica, dá mais pinta, bonita!*

MONA 0800 – v. bicha 0800. *Pra uma mona 0800 é fácil. Elas topam tudo mesmo.*

MONA BAFÔNICA – homossexual que é afeito a dar escândalo. *Ah! Que mona bafônica. Deixa que eu ponho ela pra correr já-já.*

MONA PARÓDICA – homossexual que, quando chega, consegue chamar a atenção de todo mundo pela beleza e simpatia. *Olha, essa é a nossa mona paródica. Diga se ela não pára tudo mesmo!*

MONTADA – homossexual vestido de mulher. *Tem que vir montada no dia das Top Drags. Tem que dar pinta, gata!*

N

NECA – pênis. *A neca dele é odara.*

O

O Ó – situação (ou pessoa) que não presta. *Agora foi o ó. Ele pegou a bicha com outro na cama.*

OBÓ – vagina. *Já teve veado que saiu daqui pra se operar, botar um obó. Eu não tenho coragem.*

OCÓ – homem. *Onde tem ocó, pode ir atrás que ela tá lá.*

ODARA – pênis avantajado. *Se a neca for odara, aí a multa é alta, linda!*

P

PALCOSA – v. mona bafônica. *Ela é palcosa mesmo. Ela chegou, o barraco já está armado.*

PARAR DE PALCO – parar de dar escândalo ou de chamar a atenção. *Mona, pára de palco!*

PARÓDICA – v. mona paródica. *Ela é paródica mesmo! É mulheríssima!*

PASSAR UM CHEQUE – v. cheque. *Se eu tiver passado um cheque, nunca vou dizer... não tô louca!*

PEGAÇÃO – v. diague do capitão. *No banheiro aqui da boate, rola umas pegações. É cada odara!*

PINTOSO – homossexual afetado. *Ei pintosa, paga aí esses vestidos pra eles verem como são babados!*

PLUS-MEGA-MULHER – homossexual que possui feições muito femininas. *Tá meu amor! Ela é uma plus-mega-mulher! Só faltou nascer com obó.*

R

RACHA (RACHADA) – mulher. *Onde tem racha, bicha não tem vez? Isso é o que dizem...*

RASGAÇÃO – v. baratismo. *É uma rasgação total. E quando tem boy na história... é*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pior.

S

SAPA – homossexual feminino. *Tem umas sapas belíssimas. Eu não sou chegada no negócio, mas tenho que reconhecer.*

SENHORA – v. bonita. *A senhora tá louca, bicha.*

SUZANA – cocaína. *Elas vivem com a Suzana na bolsa.*

SUZANADA – que está sob efeito da cocaína. *Suzanadas, parece que elas dão um show mais soltas, corajosas.*

T

TRAVA – homossexual que adota a identidade feminina permanentemente. *As travas são um show a parte. Quando elas querem... ficam lindíssimas. Basta ter aquié.*

TRAVECÃO – travesti muito feio. *Elas botam uns silicoes em casa mesmo. Ficam um travecão; um travesti misturado com o cão.*

TRUCADA – v. diague do truque. *Trucada é outra coisa. Mas quando destruca... aí tem boy que sai correndo.*

TRUCOSA – v. diague do truque. *Acontece que uma mona trucosa fica mais mulher. Já imaginou, a bicha sentando e aparecendo a neca?*

TRUQUE – v. diague do truque. *Pra fazer o truque tem que ter uma amiga pra puxar a neca para traz e colocar o emplasto. Se fizer só com a calcinha é capaz de cair.*

V

VEADO – v. bicha. *Veado, você não está me escutando... traz logo essas fotos que eles já estão indo embora.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto, constata-se que, no que se refere aos processos de formação de palavras, a composição sintagmática é mais produtivo na língua especial analisada. Já em relação aos processos de mudança de sentido, predomina a metáfora.

Quanto ao glossário e sua representatividade, embora não seja um *corpus* exaustivo, acredita-se que o número de termos é significativo para descrever o dialeto dos homossexuais, uma vez que os itens, bem como seus significados, foram confirmados pelos informantes.

Por fim, a pesquisa, num âmbito geral, comprova que a forma de comportamento lingüístico muda com rapidez quando muda a posição social do falante; e que, um grupo social unido por um estilo de vida, como é o caso do grupo que foi selecionado, possui características lingüísticas peculiares em seu dialeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ALMEIDA, Nukácia M. Araújo de. *De nossas bocas só saem flores e borboletas: uma análise léxico-semântica do dialeto dos homossexuais*. Fortaleza: UFC, 1994.

ALVES, Ieda Maria. Neologia e tectnoletos. **In:** OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 25-31.

BARBOSA, Maria Aparecida. Da neologia à neologia na literatura. **In:** OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 33-51.

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. **In:** OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 13-22.

GARCIA Jr., A. Do sagrado ao profano: a convergência lexical entre o vocabulário do candomblé e a gíria dos michês. *Anais do I Congresso Internacional da ABRALIN*, Salvador: 1994.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. **In:** MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 09-14.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. **In:** OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 109-115.

PONTES, Antônio Luciano. *Os termos da cultura e industrialização do caju*. Assis: UNESP, 1996. (Tese de Doutorado).

PRETI, Dino. *A gíria e outros temas*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

———. Gíria: um capítulo da história social da linguagem. **In:** BARROS, K. de. (org.). *Produção textual – interação, processamen-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

to, variação. Natal: EDUFRN, 1999, p. 37-44.

———. Transformações do fenômeno sociolingüístico da gíria. **In:** *Revista da ANPOLL*, nº 09, 2000a, p. 213-226.

———. Dicionários de gíria. **In:** *ALFA*, nº 44, 2000b, p. 57-73.

———. *Sociolingüística: os níveis de fala*. São Paulo: EDUSP, 2003.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SANTOS, César Augusto dos. Perspectivas de delimitação da gíria no português brasileiro e sua marcação nos dicionários. **In:** *Revista voz das letras*. nº 06. Santa Catarina: Universidade do Contestado, 2007.

Disponível em:

<http://www.nead.uncnet.br/2007/revistas/letras/index.php>. Acesso em 16/11/2007.

**REFLEXÕES SOBRE O ENSINO
DOS ASPECTOS FORMAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA
PARA A COMPETÊNCIA NO MANEJO
DAS NOVAS REGRAS ORTOGRÁFICAS**

Elisabeth Ramos da Silva (UNITAU)
lis.ramos@uol.com.br

RESUMO

A necessidade de ensinar ao aluno as mudanças propostas pelo novo acordo ortográfico exige que a escola repense a importância do ensino da língua portuguesa, não apenas quanto aos seus aspectos funcionais, mas também quanto aos aspectos formais, incluindo aqui o ensino das regras concernentes à norma-padrão. Este texto tem por objetivo discutir a importância do ensino da gramática, incluindo aqui a gramática normativa, tendo como pressupostos os postulados de Vigotski acerca da aprendizagem da gramática para a tomada de consciência dos aspectos formais da língua. Para tanto, abordaremos algumas concepções imprescindíveis para a devida compreensão dessa temática, tais como: a tomada de consciência e o exercício do pensar crítico. Cremos que o ensino de gramática deve ser repensado sob a perspectiva vigotskiana, principalmente se o objetivo é oferecer ao aluno um ensino que não se reduza ao espontaneísmo e à língua que ele já domina, mas que favoreça o desenvolvimento da capacidade crítico-reflexiva evidenciada pela habilidade em fazer escolhas linguísticas voluntárias e intencionais.

Palavras-chave:

ensino de gramática; tomada de consciência; exercício do pensamento crítico.

INTRODUÇÃO

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 16 de dezembro de 1990 e aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, refere-se apenas à língua escrita, apresentando basicamente mudanças no alfabeto, nas regras de acentuação e no uso do hífen. Como se vê, trata-se de poucas alterações. No entanto, já que se tornou imperativo ensiná-las aos alunos, os professores têm-se deparado com a necessidade de abordar os aspectos teóricos cujo aprendizado é necessário para a devida compreensão do acordo. Em decorrência, novamente começou a ser discutida a utilidade do ensino da gramática. E isso ocorre porque, embora as mudanças do acordo ortográfico sejam referentes apenas à ortografia, o professor sabe que é preciso transmitir aos alunos as novas regras de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

acentuação, as regras do uso do hífen, entre outras. Por se tratar de “regras”, essa questão insere-se na discussão mais ampla, que diz respeito ao ensino das regras pertinentes à norma-padrão, ou seja, ao ensino da gramática normativa.¹²

Falar de “gramática normativa” ainda causa reações contrárias, pois esta, por ser prescritiva, é frequentemente associada à postura reacionarista, purista, que insiste em regras que o uso tem desabonado. Por esse prisma, parece realmente que o ensino dessa gramática é defendido por quem cultua uma língua artificial, empolada, que pertence às elites dominantes. No entanto, o ensino da norma se faz necessário para que o aluno possa fazer escolhas deliberadas e conscientes quanto à adaptação da linguagem. As regras ortográficas e gramaticais são, na verdade, critérios que fundamentarão julgamentos de adequação da linguagem.

Assim considerando, este texto tem como objetivo esclarecer por que o ensino de regras (sejam ortográficas, sejam gramaticais) favorece a tomada de consciência acerca dos aspectos formais da língua e, em contrapartida, o manejo consciente destes na produção de textos.

DEVE-SE ENSINAR A GRAMÁTICA NORMATIVA?

Embora muitos entendam que o ensino da gramática normativa é desnecessário, vemos que muitos linguistas consagrados acreditam que é preciso ensiná-la na escola. Inicialmente, Mattoso Câmara, por exemplo, ao explanar sobre as diferenças entre a gramática descritiva¹³ e a gramática normativa, afirmou:

Vimos que a gramática greco-latina era normativa e se podia definir

¹² De acordo com Travaglia (2000, p. 30) a gramática normativa é aquela que estuda os fatos da língua padrão. “Ao lado da descrição da norma ou variedade culta da língua (análise de estruturas, uma classificação de formas morfológicas e léxicas), a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e escrever [...]”

¹³ De acordo com Travaglia (2000, p. 32), “A gramática descritiva é a que escreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica) as unidades e características linguísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso dos mesmos.”

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como “a arte de falar e escrever corretamente”. Será que essa gramática deve ser abandonada, como sustentam alguns linguistas, especialmente norte-americanos? [...] A língua tem de ser ensinada na escola, e, como anota o linguista Ernest Tonnelat, o ensino escolar “tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa” ... Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer linguística sincrônica com preocupações normativas. (Câmara Jr., 1987, p.15)

Como podemos notar, Mattoso Câmara defende o ensino da gramática normativa na escola. O que ele condena é a postura do gramático quando considera a norma-padrão como uma espécie de lei imutável, que deve ser obedecida e respeitada, ainda que se oponha ao uso consagrado da língua. O autor critica aqueles gramáticos que “Partem do princípio insustentável de que a norma tem de ser sempre a mesma, e fixam um padrão social altamente formalizado como sendo o que convém sempre dizer.” (p. 16). E completa suas considerações ao observar que a descrição da língua que tem em vista o ensino escolar “Partirá do uso falado e escrito considerado ‘culto’, ou melhor dito, adequado às condições ‘formais’ de intercâmbio linguístico ...” Em síntese, o autor defende o ensino da gramática normativa quando este leva em conta os usos, permitindo a reflexão e a crítica às imposições normativas.

Creemos que esta é também a postura de Neves quando afirma: “Ninguém há de dizer que assegurar um lugar para tratamento da norma-padrão na escola constitua manifestação de preconceito ou autoritarismo” (Neves, 2003a, p. 157). A autora critica o descaso dado pela escola ao padrão culto da língua: “Isso é obrigação da escola, que a escola antiga valorizou tanto — no que respeita à norma-padrão —, a ponto de por isso ela ser estigmatizada, e que, em nome da própria Linguística, a escola de hoje negligencia.” (p. 128).

A autora adverte sobre a necessidade de se entender o ensino da gramática normativa não como uma maneira de falar “corretamente” a língua (o que somente acirraria preconceitos), mas como uma forma de o aluno ter domínio das regras da norma-padrão, a fim de poder, ou não, empregá-las de acordo com o contexto. No prefácio de uma de suas obras, a autora esclarece:

Não se nega, absolutamente, o valor da norma-padrão e a necessi-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dade de sua divulgação. Pelo contrário, essa divulgação este livro também faz, e explicitamente, pois acredita-se que é exatamente o conhecimento das regras, confrontadas com a situação real de uso, que permitirá que o usuário faça suas escolhas para melhor desempenho linguístico, o qual, se tem de ser eficiente, então tem também de ser socialmente adequado. O que ocorre é que uma proposição de “certo” e de “errado”, decidida por palavra de autoridade e perpetuada por inércia, alijada de uma reflexão que tenha base na própria linguagem, não pode ser aceita como determinadora das decisões de uso.” (Neves, 2003b, p.14, grifo da autora)

Bechara (2003, p. 17) igualmente acredita que o ensino da gramática normativa “resulta da possibilidade de que dispõe o falante de optar, no exercício da linguagem, pela língua funcional que mais lhe convém à expressão”. Para o autor, é o conhecimento dessa gramática que favorecerá a liberdade de escolha. Vemos que Bechara confere à escola o dever de ensinar a norma-padrão ao afirmar: “É uma língua ‘adquirida’ cuja técnica histórica lhe cabe ser ‘ensinada’.”

De acordo com Silva (2006), ensinar as regras da norma-padrão não significa acreditar na dicotomia certo/errado. Essa ideia fez com que o ensino das regras passasse a ser considerado como uma imposição geradora de preconceitos, sem real utilidade para a competência linguística. Assim, muitos professores se tornaram inseguros quanto aos objetivos do ensino da gramática normativa. Alguns questionavam se ensinar aspectos formais da língua utilizando a gramática normativa incorreria em retrocesso e perpetuaria a discriminação linguística.

O que, na verdade, ocorre é que a norma-padrão deve ser empregada em muitas ocasiões sociais, por isso adequar a linguagem às exigências sociais do momento torna-se imperativo. Daí a necessidade de ensiná-la aos alunos. No entanto, o ensino de gramática deve estar voltado à reflexão sobre norma e uso, o que implica esforços para criar estratégias de ensino que abriguem os vários matizes de usos da língua.

Em síntese, tal como Neves (2003b), cremos que o espontaneísmo é tão desastroso quanto a atitude meramente prescritiva:

Rejeita-se, nesta obra, a prescrição cega, que é estrita e insustentável, mas rejeita-se, também, o vale-tudo que considera simplistamente que a norma-padrão é invenção das classes dominantes, e, em nome da

mesma linguística que explicitou os conceitos de variação e mudança, ignora o alcance desses conceitos. (Neves, 2003b, p. 15)

Por fim, cabe aqui retomar o as novas regras do acordo ortográfico. Trata-se igualmente de prescrições; no entanto, nesse caso, tais regras forçosamente devem ser obedecidas. Aqui não se aceitam outras formas que o uso poderia consagrar. Sequer tais alterações dizem respeito à linguagem oral, mas sim à modalidade escrita, que se diferencia da fala por várias características, inclusive por ser uma atividade consciente e planejada. Lembremo-nos de que Vigotski compara a aprendizagem da escrita à da gramática, alegando que, em ambas, ocorre a tomada de consciência. É nesse sentido que o ensino de gramática e da escrita ganham novos objetivos e, a nosso ver, tornam-se úteis ao desenvolvimento cognitivo do aluno.

O APRENDIZADO DA ESCRITA E DA GRAMÁTICA E A TOMADA DE CONSCIÊNCIA

É interessante observar que a discussão acerca da utilidade do ensino da gramática não é recente, como supõem alguns. No início do século XX, Vigotski (2001) já mencionava a existência de um movimento agramático que se fundamentava em um argumento que tem sido muito utilizado ultimamente. Vigotski (2001) reporta-se a tal oposição, ao afirmar:

O estudo da gramática é uma das questões mais complexas do ponto de vista metodológico e psicológico, uma vez que a gramática é aquele objeto específico que *pareceria pouco necessário e pouco útil para a criança*. A aritmética propicia novas habilidades à criança. Sem saber somar ou dividir, graças ao conhecimento da aritmética a criança aprende a fazê-lo. Mas poderia parecer que a gramática *não propicia nenhuma habilidade nova à criança*. Antes de ingressar na escola, a criança já sabe declinar e conjugar. O que a gramática ensina de novo? (Vigotski, 2001, p. 319, grifo nosso).

Vigotski (2001, p. 319) inclui nessa discussão o aprendizado da escrita, e afirma que “a análise do aprendizado da gramática, como a análise da escrita, mostra a imensa importância da gramática em termos de desenvolvimento geral do pensamento infantil”. Embora a criança já domine a gramática de sua língua antes de ingressar na escola, esse conhecimento ocorre de forma *inconsciente e espontânea*. A criança conjuga verbos, constrói frases em tempos e modos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

diversos, mas faz essas operações linguísticas de maneira inconsciente. Se pedirmos a uma criança que empregue em outro tempo ou modo o verbo que acabou de falar, ela não saberá fazê-lo.

Da mesma forma, a criança assimila a composição fonética das palavras de maneira puramente estrutural.

Se pedirmos a uma criança pequena que produza uma combinação de sons, sc, por exemplo, descobriremos que ela não o fará porque a articulação arbitrária é difícil para ela; mas dentro de uma estrutura como, por exemplo, na palavra Moscou, ela pronuncia livre e involuntariamente os mesmos sons. (Vigotski, 2001, p. 320)

Portanto, ainda segundo Vigotski (2001, p. 320), embora a criança saiba falar, “ela está limitada, é limitada para aplicar suas habilidades”. Isso ocorre porque ela ainda não tomou consciência das operações que realiza, por isso não tem o domínio sobre elas.

Para operar de forma voluntária, a fim de atender às imposições arbitrárias dos aspectos formais da língua, é preciso que ocorra a *tomada de consciência* das operações linguísticas que o aluno realiza. É preciso ainda que o aluno saiba utilizar as regras como critérios que orientarão sua escrita, sejam as regras ortográficas, sejam as regras gramaticais correspondentes à norma-padrão. Caso contrário, ele se orientará apenas por “suposições”, o que não oferece o domínio necessário para escrever um texto formal, uma vez que “Dominamos uma função na medida em que ela se intelectualiza. A arbitrariedade na atividade de alguma função sempre é o reverso da sua tomada de consciência.” (Vigotski, 2001, p. 283). Em outros termos, a tomada de consciência é fundamental para as escolhas voluntárias e intencionais em relação às formas linguísticas adequadas:

Depois do que já sabemos sobre a natureza consciente e arbitrária da escrita, sem esclarecimento algum podemos concluir sobre a importância primordial que para a apreensão da escrita têm essa tomada de consciência e o domínio da própria linguagem. [...] quando está aprendendo a escrever, ela começa a fazer arbitrariamente a mesma coisa que antes fazia não arbitrariamente no campo da linguagem falada. Desse modo, tanto a gramática quanto a escrita dão à criança a possibilidade de projetar-se a um nível superior no desenvolvimento da linguagem. (Vigotski, 2001, p. 321)

É justamente nesse sentido que Vigotski (2001) atesta a utilidade da gramática e do aprendizado da escrita. Segundo o autor, é

graças a estes que a criança aprende a tomar consciência das operações que realiza, e essa tomada de consciência é o fator que lhe permite *operar voluntariamente* e a ter *domínio* de suas operações.

A INSTRUÇÃO FORMAL E A “TOMADA DE CONSCIÊNCIA”

É na escola que a criança recebe a instrução formal, sistemática, por isso pode-se dizer que a escola exerce um papel decisivo para a conscientização da criança de seus próprios processos mentais. Esse aprendizado sistemático oferecido pela escola promove o desenvolvimento dos conceitos científicos, e estes, por serem mediados por outros conceitos e por apresentarem um sistema hierárquico, lógico e coerente, revelam-se, segundo Vigotski (2001), como o campo em que ocorre a tomada de consciência. É na idade escolar que a memória se intelectualiza, surgindo a atenção voluntária, isto significa que a criança passa a depender cada vez mais de seu intelecto. De acordo com Vigotski¹⁴ (2001):

Observa-se, pois, que no campo da atenção e da memória o aluno escolar não só descobre a capacidade para a tomada de consciência e a arbitrariedade, mas também que o desenvolvimento dessa capacidade é o que constitui o conteúdo principal de toda a idade escolar. (p. 283)

Daniels (2003), ao explicar sobre as ideias de Vygotsky (1987), igualmente afirma: “De acordo com Vygotsky (1934/1987), as crianças podem fazer uso deliberado dos conceitos científicos, são conscientes deles e podem refletir sobre eles.” (p. 69).

Assim considerando, é a consciência que o aluno adquire sobre suas próprias operações mentais o fator que lhe permitirá dominá-las. A escola, justamente porque oferece a sistematização mediante o desenvolvimento de conceitos científicos, cumpre um papel decisivo no desenvolvimento dessa consciência. Nesse sentido, a aprendizagem da gramática, permite a tomada de consciência sobre os fatos da língua, promovendo um “salto qualitativo” nas habilidades linguísticas. Vigotski (2001, p. 320) adverte que, sem a gramática, o aluno permanecerá “limitado para aplicar suas habilidades”.

¹⁴ Mantivemos a grafia do nome de acordo com a obra citada, daí encontrarem-se neste texto duas grafias: Vygotsky e Vigotski.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Pode-se concluir que o fato de a gramática ser ensinada na escola, de forma sistemática e intencional, permite essa tomada de consciência. Podemos incluir aqui os aspectos ortográficos da língua. É na escola que a escrita é apresentada à criança como um sistema. Ao aprender a escrever, a criança toma conhecimento de sua própria atividade na produção de sons e é capaz de fazer arbitrariamente o que antes fazia espontaneamente no campo da fala. Esse olhar “sobre” a língua, percebendo-a como sistema, é fundamental para a tomada de consciência. Pensar “sobre” a língua, sobre a escrita, sendo capaz de generalizar as regras, de discriminá-las e reconhecê-las, são operações que evidenciam a tomada de consciência. É justamente nesse aspecto que Vigotski (2001) compara aprendizagem da gramática à aprendizagem da escrita, pois ambas demandam a tomada de consciência e a arbitrariedade:

Mas na escola a criança aprende, particularmente graças à escrita e à gramática, a tomar consciência do que faz e a operar voluntariamente com as suas próprias habilidades. Suas próprias habilidades se transferem do plano inconsciente e automático para o plano arbitrário, intencional e consciente. (p. 320)

A UTILIZAÇÃO DAS REGRAS COMO CRITÉRIOS QUE FUNDAMENTAM JULGAMENTOS

Podemos chamar de “pensamento crítico” o pensamento que recorre a critérios para efetuar julgamentos. O termo “julgar” significa, em termos amplos, formar opiniões sobre os diversos aspectos ou acontecimentos da vida. E, para julgar de forma adequada, é preciso recorrer a critérios confiáveis. É nesse sentido que Lipman (1995, p. 172) define o pensar crítico como “o pensamento que facilita o julgamento, pois se fundamenta em critérios, é autocorretivo e sensível ao contexto”. Estas são, portanto, as três características essenciais do pensar crítico: utilização de critérios, autocorreção e sensibilidade ao contexto.

Como se pode notar, os critérios exercem um papel fundamental, mas eles devem apresentar pertinência, confiabilidade e adequação, já que são eles que orientam os julgamentos. Além da utilização de critérios, a atividade crítica do pensamento implica a capacidade da autocorreção, a qual consiste em investigar a coerência das

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

razões (critérios) apresentadas, identificar os pressupostos, buscar uma fundamentação e ouvir outros pontos de vista, sendo capaz de alterar o rumo dos julgamentos caso um outro ponto de vista apresente argumentos mais plausíveis do que aqueles que sustentavam os julgamentos iniciais. Por fim, o pensamento crítico se manifesta ainda pela sensibilidade ao contexto, que significa ser capaz de perceber os aspectos singulares que caracterizam as diversas situações, a fim de escolher os critérios mais adequados.

Ora, a gramática nos oferece regras, e estas nada mais são do que *critérios* que possibilitam julgamentos de adequação da linguagem à norma-padrão. Ensinar o aluno a utilizar as regras gramaticais como critérios de análise para a adequação da linguagem é, a nosso ver, a grande finalidade do ensino da gramática. Da mesma forma, as novas regras ortográficas configuram-se como critérios adequados e confiáveis para a escrita que atenda à reforma ortográfica.

Em síntese, o conhecimento das regras permite ao aluno recorrer a *critérios confiáveis* quando efetuar julgamentos de sintaxe, de estilo e de adequação da linguagem (Silva, 2005). Do mesmo modo, recorrer às novas regras para garantir a escrita adequada também se configura como um exercício do pensar crítico, já que as regras serão utilizadas como critérios.

Como exemplo, para saber por que a palavra *ideia* não será mais acentuada, mas a palavra *réis* continuará sendo acentuada, é preciso recorrer à regra¹⁵: “Não se acentuam graficamente os ditongos representados por *ei* e *oi* da sílaba tônica/tônica das palavras *paroxítonas* ...”

Vemos que a regra orientará a escrita adequada; mas, para isso, é preciso primeiramente explicar ao aluno alguns conceitos, tais como a *tonicidade das palavras* e os *encontros vocálicos*, os quais são fundamentais para que o aluno compreenda a regra e a utilize como critério. Caso contrário, ele provavelmente não acentuará “ideia” por ter ouvido o professor referir-se a essa palavra, mas conti-

¹⁵ A regra está disponível em: *Acordo ortográfico da Língua Portuguesa*. Disponível em: http://www.filologia.org.br/acordo_ortografico.pdf. Acessado em janeiro de 2009

nuará a acentuar “assembleia” por não ter como critério a nova regra de acentuação.

PALAVRAS FINAIS

O novo acordo ortográfico evidenciou a necessidade de a escola ensinar os conteúdos teóricos necessários para a apreensão das novas regras. Esse fato novamente aponta para a necessidade de se repensar o ensino da gramática normativa, já que se trata de regras que prescrevem como escrever as palavras.

Vimos que o pensar crítico é o pensamento que realiza julgamentos fundamentados em critérios adequados e que as regras ortográficas e as gramaticais são critérios que devem orientar os julgamentos de adequação da linguagem. Além disso, a compreensão de que a língua é um sistema, bem como a capacidade de “pensar sobre a língua” incidirão na “tomada de consciência”, fator que dará domínio ao aluno quanto às escolhas linguísticas que realiza. Ele poderá fazer de forma voluntária e intencional o que antes fazia de forma espontânea. Assim considerando, sem embargo podemos dizer que o ensino das regras é fundamental para permitir ao aluno a tomada de consciência dos aspectos formais da língua. Não se trata, portanto, de defender o ensino da gramática normativa para manter e valorizar algumas formas linguísticas que, muitas vezes, não são usualmente empregadas, mas sim de garantir ao aluno a possibilidade de realizar escolhas linguísticas deliberadamente, de forma arbitrária, a fim de garantir a linguagem mais adequada ao momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* 11^a ed. São Paulo: Ática, 2003.

DANIELS, Harry. *Vygotsky e a pedagogia*. São Paulo: Loyola, 2003.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 17^a ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

NEVES, Maria Helena de Moura: *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003a.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

———. *Guia de usos do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: UNESP, 2003b

SILVA, Elisabeth Ramos. A utilidade da teoria gramatical na produção de textos formais escritos. *Estudos Linguísticos XXXIV*. São Paulo. Jul. 2005. Disponível em: <http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2005htm>. Acesso em 15 jul. 2005.

———. Reflexões sobre a utilidade do ensino da gramática teórica para o domínio da norma padrão. *Revista Intercâmbio*, v. XV. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**UM ESTUDO DESCRITIVO E COMPARATIVO
DAS PRINCIPAIS PROPOSTAS GERATIVAS**

Marcela Cockell (UERJ)
marcelacockell@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo procura desenvolver um breve estudo descritivo e comparativo das propostas de organização lexical apresentadas por Jackendoff (1975), Aronoff (1976) e Basílio (1980). Dentro da perspectiva gerativa, analisaremos as três propostas que descrevem a formação e estrutura das palavras no âmbito do léxico.

Palavras-chave: Jackendoff, Aronoff, Basílio, Perspectiva Gerativa

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo descritivo e comparativo das teorias de organização lexical apresentadas por Jackendoff (1975), Aronoff (1976) e Basílio (1980). Dentro destas três abordagens, em linhas gerais, podemos destacar suas principais características e alguns pontos que são considerados problemáticos implicando em vantagens e desvantagens dentre estas propostas gerativas.

É possível observar que uma teoria complementa a outra respeitando uma ordem cronológica resultante da evolução dos estudos na área. Por isso, sabe-se que as três propostas são igualmente relevantes ao estudo do léxico em língua portuguesa, sobretudo Basílio (por estudar especificamente a língua portuguesa).

UM BREVE ESTUDO DOS MODELOS GERATIVOS

Modelo de Jackendoff

Dentro da proposta lexicalista o objetivo de Jackendoff (1975) é traçar um modelo de representação lexical levando em consideração as nominalizações, conjuntamente com as demais relações lexicais. Dessa forma, é desenvolvida a Teoria da Entrada Plena em que é desenvolvida a noção de redundância lexical que visa unificar

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

as relações lexicais. O seu estudo desenvolveu importantes questões, no entanto, em alguns aspectos tornou-se problemático, como, por exemplo, nas relações lexicais das formas presas.

Primeiramente, é necessário traçar um breve resumo para situar a abordagem do modelo realizado por Jackendoff. Dentro de seu estudo a relação lexical está ligada ao custo de aquisição do léxico, por conseguinte a variação lexical pode influenciar a aquisição da linguagem. Dessa forma sua definição de relação lexical propõe uma íntima relação entre conhecimento e custo de aquisição.

É necessário ressaltar que seus estudos levam em consideração a observação de um falante ideal: aquele que tem conhecimento de todos os itens lexicais de uma língua e estabelece relações. É ainda traçada a Teoria de Entrada Plena: entradas com plena formação fonológica, morfológica, sintática e semântica, uma proposta contrária à Teoria da Simplicidade Métrica. Opõe-se à teoria de entrada reduzida, já que sua base é o teor da informação e sua previsibilidade dentro das relações lexicais (o que é previsível não tem custo de aquisição), nela o foco é a compreensão do falante ideal e não a sua produção.

Podemos ainda destacar a sua descrição lexical baseada na regra de redundância, neste caso as informações e dados de conhecimento de um falante ideal ocorrem por implicações, ou seja, generalidade. Dessa forma, apresentam menor custo possível de aquisição (explanatório), já que o falante ideal expressa pela redundância as suas explicações para a formulação do léxico. Assim, este falante estabelece a informação nova e a informação redundante que já está contida no léxico. Essa relação se resume em medidas de custo de aquisição: a informação de uma palavra já existente, a informação de uma palavra sem a possibilidade de redundância e o custo de referência a regras de redundância.

Neste processo de custo de aquisição, observamos que nem toda nominalização terá um significado. São estabelecidas, ainda, as Regras de Redundância Morfológica e as Regras de Redundância Semântica, portanto as redundâncias funcionam em palavras de mesmo sufixo nominalizador. Contudo, não há distinção em casos de redundância morfológica/ identidade fonológica, desencadeando uma problemática de associacionismo e dissociacionismo, de fato, cabe

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

destacar no modelo de Jackendoff esta dúbia questão: a extensão de verbo e nome para outros casos de relação lexical.

Podemos concluir que esta forma de modelo baseado nas nominalizações evita alguns problemas apresentados na teoria de Chomsky (elementos categoriais), no entanto, os estudos de Jackendoff não conseguem resolver problemas de itens lexicais em formas presas.

Modelo de Aronoff

A teoria de Aronoff (1976) tem uma proposta baseada na produtividade do léxico. Seu estudo especifica esta produtividade de acordo com as características morfológicas da base e a noção de bloqueio de importância decisiva para o desenvolvimento de restrições à denominada classe potencial de palavras.

Com um foco na produtividade lexical seus estudos levam em consideração a morfologia de base vocabular. Este estudo aponta que na morfologia de palavras os radicais não têm categoria quando apresentados sozinhos, essa a formação não tem um embasamento estável já que as palavras não teriam formação gramatical. Por exemplo, em casos como casa/caseiro temos uma morfologia de palavras que não é diferente quando temos casa/caseiro, partindo do radical “cas-”, essa morfologia de radicais não pode ser considerada uma nova proposta.

Destacamos ainda a noção de bloqueio, relevante para a determinação do léxico, pois prevê o bloqueio de operações produtivas que resultariam em produtos não necessários ao léxico. Só iriam ser listadas no léxico as formações com alguma irregularidade, no entanto se as formas regulares não são listadas como seria possível ocorrer o bloqueio? Dessa forma seu grau de produtividade é tão extenso quanto a transparência semântica de seus produtos. Além disso, a transparência semântica só existe nas palavras concretas. Essa divergência de idéia nos faz concluir que só podemos pensar em transparência semântica se pensarmos em uma listagem.

Em suma, Aronoff afirma em seus estudos que palavras novas em uma língua provêm apenas de palavras já existentes. Em casos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como formação de palavras cujas bases não são formações da própria língua, é admitida regras de truncamento, que são definidas:

Regras de Truncamento são necessárias em nossa teoria simplesmente porque sem elas podemos encontrar frequentemente casos de palavras derivadas regularmente, semanticamente transparentes, formadas com afixos que sabemos serem vivos e regulares em suas operações, mas que na superfície não parecem ter sido derivadas de palavras. (Aronoff, 1976, p. 88).

Entretanto, as regras de truncamento não explicam determinadas formas e assim se torna inconsistente em determinadas situações como, por exemplo, na morfologia baseada em palavras. Esse mecanismo é uma problemática ao conceito de Aronoff.

Aronoff menciona as regras de redundância de Jackendoff, mas comenta que este conceito não estabelece um embasamento teórico, ou seja, uma justificativa, para a regra. Aronoff critica o fato da regra de redundância ser estabelecida pelas idéias do falante ideal sem de fato existir uma real certeza deste processo, enfim diante desta questão opta por igualar os conceitos de regra de redundância e regra de formação de palavras.

Finalmente, podemos concluir que tanto no modelo de Jackendoff quanto no modelo de Aronoff estabelecem vagas hipóteses e proposições teóricas em relação à problemática de formação de palavras constituídas de bases não livres.

O modelo de Basílio

A teoria de Basílio (1980) torna-se a mais interessante (e vantajosa) proposta de organização do léxico, estabelecendo uma relação entre os modelos de Jackendoff e Aronoff (que dão conta da compreensão e produção respectivamente) dando conta de alguns problemas que não foram tratados em suas teorias. Por exemplo, por que as palavras novas são em geral formadas por palavras já existentes no léxico; por que em alguns casos podem ser formadas na base de radicais presos; por que nomes podem ser interpretados como verbos; por que podemos prever a improdutividade em determinados afixos, dentre outros. Basílio ainda define os aspectos do falante ideal, que possuía uma definição problemática desde as teorias

de Chomsky:

(...) o falante ideal é aquele que conhece perfeitamente a) todas as relações que se podem obter entre as entradas lexicais de sua língua; e b) a interação entre essas relações e a possibilidade de formar novas. Não consideramos, contudo, que o falante ideal conhece todas as palavras no léxico de sua língua. (Basílio, 1980, p. 16)

A proposta de Basílio pretende dar conta da compreensão e da produção através de uma regra de análise estrutural (interpretativa) e regra de formação de palavras. Segundo a autora, a toda regra de formação de palavras admite uma regra de análise estrutural, mas nem toda regra de análise estrutural admite uma regra de formação de palavra, pois nem sempre uma nova palavra é formada. Dessa forma, é proposto que as regras produtivas de formação de palavras são diferentes das regras que analisam a estrutura interna das palavras, justificando a criação de palavras novas e as “fossilizadas” (Basílio, 1980, p. 49) no léxico. A abordagem da autora dá ênfase ao “papel de diferentes tipos de relações paradigmáticas no léxico” (Basílio, 1980, p. 49) e se aplicam a radicais específicos, na produtividade de alguns sufixos e na operação de regras de formação de palavras em radicais presos. Dessa forma, podemos concluir que alguns problemas apresentados nas propostas de Jackendoff e Aronoff, citadas anteriormente, são solucionados como as regras de produtividade e a formação de palavras de base presa.

Dentro desta proposta de Basílio, destacamos ainda a distinção dos sistemas derivacionais e flexionais em que considera a primeira produtiva e a segunda semiprodutiva. Contudo, um fator crucial, em linhas gerais, é a ênfase dada ao o componente semântico. A autora define em sua proposta que o léxico possui motivações “gramaticais, semânticas ou funcionais” (Basílio, 2007, p. 21) e coloca que um dos problemas centrais do estudo do léxico são as situações de não-previsibilidade (pequenas sub-regularidades a desvios ou ainda irregularidade), pois no estudo de formações de palavras há tanto formações regulares quanto formações cristalizadas, no entanto todas são dependentes do significado. Dessa forma, podemos concluir que os itens lexicais evoluem morfológicamente e também semanticamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma breve análise comparativa dos modelos de representação lexical de Jackendoff, Aronoff e Basílio. Dessa forma, procurou situar os pressupostos teóricos de cada teoria e assim traçar seus pontos mais relevantes. Foi possível estabelecer a ênfase dada por cada proposta e destacar alguns momentos em que se tornaram problemáticos em relação às soluções de representação lexical.

Podemos concluir que Jackendoff e Aronoff, admitem uma teoria morfológica baseada nas palavras. No caso Jackendoff, o léxico é definido por uma lista de entradas lexicais específicas que corresponde a palavras já existentes e outras palavras que estabelecem relações de redundância, no entanto não soluciona as formas presas. Já no modelo de Aronoff, as regras de formação de palavras ocorrem exclusivamente em palavras já existentes no léxico da língua. Por isso recorre às regras de truncamento que também não se mostra uma alternativa plenamente eficiente. Por fim, a proposta de Basílio que se destaca principalmente pela abordagem do léxico através da distinção e aplicabilidade das RFP's e RAE's em criações novas e fossilizadas e da importância do elemento semântico dentro do estudo lexical.

Enfim, do ponto de vista teórico, podemos ressaltar que a proposta de Basílio é a mais vantajosa, pois consegue reunir as propostas de Jackendoff e Aronoff dando conta dos fenômenos lexicais problemáticos e estabelecendo uma teoria lexical que se estende no âmbito da compreensão, produção e semântica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARONOFF, M. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1976.

ARONOFF, M.; FUEDEMAN, K. *What is Morphology?* Malden: Oxford-United Kingdom; Carlton: Blackwell Publishing, 2005.

BASILIO, M. Aspectos da representação lexical de formas derivadas. *Palavra*, Vol. 2, Nº1, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1994.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

———. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.

———. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 2007.

———. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

JACKENDOFF, R.. Morphological and semantic regularities in the lexicon *Language*. In: *Language*, v. 51, n. 3, p. 639 -671, 1975.

UM EXERCÍCIO DE CRÍTICA TEXTUAL E GENÉTICA

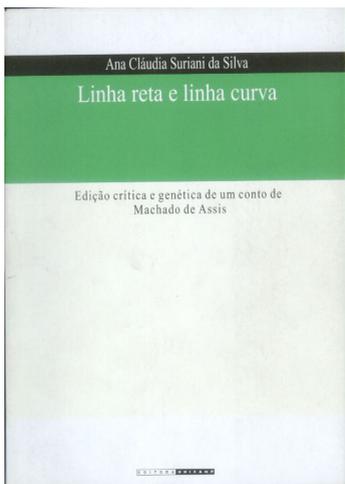
José Pereira da Silva (UERJ)

pereira@filologia.org.br

RESUMO

Apresenta-se aqui uma síntese do livro da Professora Ana Cláudia Suriani da Silva, resultante de sua dissertação de mestrado na Universidade de Campinas (1998), intitulado *Linha Reta e Linha Curva – Edição Crítica e Genética de um conto de Machado de Assis*, onde trata da evolução do texto, que foi produzido como comédia para o teatro (apesar de não encenado), com o título de *As Forças Caudinas*, do qual se preservou o manuscrito com emendas e rasuras; posteriormente foi publicado como folhetim no *Jornal das Famílias* (1865-1866) e, por fim, como conto, no livro *Contos Fluminenses* [sem data], através dos recursos filológicos da Crítica Textual e da Crítica Genética, exemplarmente aplicados.

Palavras-chave: Crítica Genética, Filologia, Literatura, Machado de Assis



INTRODUÇÃO

Não é minha intenção, como fica explícito no resumo, apresentar matéria teórica nova relativamente a edição crítica e genética, nem falar de novidade sobre a obra de Machado de Assis, mas divulgar um interessante trabalho da Professora Ana Cláudia Suriani da

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Silva¹⁶, apresentado em 1998 como dissertação de mestrado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, e publicado como livro em 2003 pela Editora UNICAMP, sob o título *Linha Reta e Linha Curva: Edição Crítica e Genética de um Conto de Machado de Assis*.

Com certeza, a obra de Machado de Assis ganha, com este trabalho, sua primeira edição crítica e genética, preenchendo uma grande lacuna no terreno dos estudos sobre o autor.

Trata-se de uma edição crítica e genética do conto “Linha Reta e Linha Curva”¹⁷, publicado pela primeira vez como tal no livro *Contos Fluminenses*, em 1870, a partir do manuscrito de 67 folhas da comédia *As Forças Caudinas*¹⁸. Uma cópia autógrafo desta peça, provavelmente de 1863, encontra-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, localizada em 50,4,002, acompanhada de um recorte do jornal *Correio da Manhã*, contendo um artigo de Eugênio Gomes (1953) sobre a referida peça.

Mas, com o título “As Forças Caudinas”, depois de publicada pela Tecnoprint, em *Contos sem Data*, páginas 167-188, sob a organização de Raimundo Magalhães Júnior, veio a público novamente no volume 6 de *Teatro Completo* (p. 153-191), integrando a coleção “Clássicos do Teatro Brasileiro”, em 1982, com texto estabelecido por Terezinha Marinho e colaboração de Carmem Gadelha e Fátima Saadi, pelo Serviço Nacional de Teatro.

¹⁶ Doutora em Letras Modernas pela Universidade de Oxford e mestre em Teoria e História Literária pela UNICAMP, fez graduação em Letras e Linguística na UNICAMP, é especialista em literatura e imprensa brasileiras, sobretudo na literatura e imprensa do século XIX, realiza pesquisas na área de crítica textual, crítica genética, história da imprensa, história do livro e estudos de gênero, tem publicado artigos e livros sobre a obra de Machado de Assis e sobre a relação entre a literatura e a imprensa feminina e atualmente ensina literatura e cultura brasileiras na Universidade de Londres e língua portuguesa no Centro de Línguas da Universidade de Oxford. (Cf. <http://lattes.cnpq.br/5879586906789869>)

¹⁷ O novo título provém da fala de Azevedo, respondendo a Adelaide (p. 110): “Tito não tendo alcançado nada caminhando em linha reta, procurou ver se alcançava caminho por linha curva.”

¹⁸ Forças caudinas – desfileiro próximo da cidade italiana de Cádúio, na estrada de Cápua e Benevento, passou para a história como metáfora de derrota e/ou de rendição inesperada, alusiva ao episódio da derrota imposta aos romanos pelos samnitas. No conto (p. 109), diz Tito: “A senhora está passando neste momento pelas forças caudinas”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Além de ter sido uma peça de teatro inédita em vida do autor, trata-se de um dos raríssimos autógrafos de Machado de Assis preservados em bom estado, constituindo-se em possibilidade quase única de se estudar a gênese de um texto machadiano.

Considerando-se que o texto teve três versões em gêneros diferentes (comédia, folhetim e conto), a questão genética ainda se torna mais intrigante e problemática, estabelecendo-se uma relação direta entre gênese e gênero literário, questão extremamente cara à crítica genética, abrindo-se um vasto terreno para investigações filológicas e literárias.

DESENVOLVIMENTO

Com o objetivo de “verificar o processo de reescrita desse conto de Machado de Assis” (*Linha Reta e Linha Curva*) a partir de sua gênese no manuscrito da peça teatral referida (*As Forças Caudinas*), que foi reelaborada primeiramente para sua fixação como folhetim, antes de se fixar como conto, a autora (Ana Cláudia Siriani da Silva) inicia a pesquisa da rasura do manuscrito, onde identifica quatro etapas: a própria constituição do manuscrito (identificada como *ms [A]*), o texto concluído (identificado como *A*), a releitura do escriptor (*A¹*) e o acréscimo de leitor desconhecido (*A²*).

Segundo Vera Maria Calmers¹⁹,

A perspectiva crítica da autora coteja os procedimentos da edição crítica e da edição genética, ao levar em conta a obra édita como produto final e ao considerar a gênese no manuscrito. O seu caminho crítico explica-se pelo conhecimento que tem do conto de Machado de Assis, coligido em antologias e reunido como obra esparsa, observando neles o processo de reescritura, trabalho ao qual se dedicou na iniciação científica. Na ocasião, Ana Cláudia estudou o modo pelo qual o escritor aproveita características de uma personagem de um conto para outro, bem como reaproveita incidentes do enredo e as motivações para a ação das personagens etc., entre outros aspectos da construção do conto. De modo

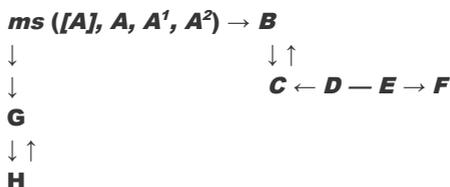
¹⁹ Graduada em Letras (1968), mestra e doutora em Letras (com concentração em Teoria Literária e Literatura Comparada) (1971 e 1975 respectivamente) pela Universidade de São Paulo, com e pós-doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1984), é Professora Convidada da Universidade Estadual de Campinas, com experiência em Letras, com ênfase em Teoria Literária. (Cf. <http://lattes.cnpq.br/7731404466813662>)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

que foi esta investigação sobre a escrita do conto que informou a edição de “Linha Reta e Linha Curva”, resultado, portanto, de uma longa convivência da autora com os procedimentos estilísticos de Machado de Assis. (Calmers, 2003, p. 13)

Talvez precisemos tomar gosto pelo trabalho de confecção de edições e de conciliar a interpretação com o rigor filológico, como o fez a autora, agradecida a Telê Ancona Lopez pelas longas conversas que tiveram durante o seu mestrado.

Para o estabelecimento do texto, relativamente a suas numerosas e riquíssimas variantes, considera oito testemunhos: o manuscrito mais sete edições impressas²⁰, como se vê neste gráfico seguinte, que representa o seu estema (Cf. Silva, 2003, p. 14):



Na constituição do seu aparato crítico, onde a autora estabelece o cotejo entre o manuscrito, o folhetim e o conto, levando em consideração a especificidade dos gêneros, utiliza a bibliografia especializada sobre o assunto, assim como a fortuna crítica a respeito da obra machadiana, percebendo-se claramente a segurança da sua reflexão crítica, principalmente na confecção das notas. (Cf. p. 15)

No cotejo do manuscrito com o conto fragmentado nos quatro números do *Jornal das Famílias*, a autora assinala a questão das marcas temporais, em que Machado substitui cinco meses de casados em *As Forças Caudinas* pelos três meses em “Linha Reta e Linha Curva”, assim como comete outras substituições semelhantes, em outros pontos. Além disso, lembra que o conto mantém a mesma sequência temporal da comédia apenas no início, mas se submete, de algum modo, ao tempo da comédia, concluindo que as indicações temporais do conto substituem a marcação de cenas e atos na comé-

²⁰ Por questão de economia, tais testemunhos serão relacionados apenas nas referências bibliográficas, vindo aqui referidos apenas pela remissão abreviada.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dia, exemplificando com a episódio da despedida de Tito e Diogo, saindo da casa de Emília:

Como esta, há inúmeras referências metalinguísticas nos comentários do narrador, que organizam especialmente o material disponível para a reescrita. O escriptor ordena os diálogos já reaproveitados como sinais que indicam seu lugar na narrativa e sua disposição na folha de papel – “acima”, por exemplo. Esse recurso tem muitas vezes a mesma função dos sumários que arrematam um longo trecho acrescentado, na medida em que ambos substituem a organização espacial das cenas e atos numerados do texto teatral.

Como lembra a Professora Vera Maria Chalmers (2003, p. 16), “o cotejo do conto com a peça é fundamental para evidenciar o processo de reescritura operado por Machado” podendo-se perceber que “a astúcia e a vivacidade dos diálogos da comédia mantêm-se no conto”.

A precipitação da ação na comédia pela declaração de amor de Emília a Tito, por exemplo, é retardada por uma anedota inserida no relato que ocorre no conto, aproveitando-se do recurso utilizado no folhetim e deixando a resolução do conflito para o capítulo seguinte.

Grande parte das modificações inseridas por Machado nas três versões dessa obra reflete as diferenças naturais de cada um dos respectivos gêneros (comédia, folhetim e conto).

Tomando-se a primeira edição impressa como texto-base, a autora leva em consideração os manuscritos da peça para o estabelecimento da gênese da obra, mas não valoriza a segunda edição dos contos, por conter muitos erros tipográficos, tanto que a terceira edição não a levou em conta, baseando-se também na primeira.

A transcrição diplomática do manuscrito de *As Forças Caudinas* ao lado da reprodução fac-similar é uma importante contribuição, pois são poucas as pessoas que já tiveram oportunidade de ver um texto de Machado de Assis em sua própria letra e corrigido por ele mesmo nos pontos em que se arrependeu da redação anterior.

Para quem puder examinar este trabalho com mais detenção, será possível comprovar, com a Professora Ana Cláudia Suriani da Silva, que este não deve ser o texto original, mas uma cópia feita pelo próprio autor. Isto fica evidente em alguns erros que ela aponta

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como seguros indícios de que sua conclusão a este respeito esteja realmente correta.

Considerando-se a limitação de tempo para apresentação de uma comunicação, resumo os comentários sobre os procedimentos editoriais da autora com as suas próprias palavras (Silva, 2003, p. 45):

Esta edição crítica e genética divide-se em duas partes. A primeira tem como objetivos:

- 1) recuperar a gênese da narrativa de “Linha reta e linha curva” a partir do manuscrito da peça teatral *As forcas caudinas* – ms –, único prototexto de que dispomos do conto;
- 2) cotejar o texto do conto com o folhetim publicado anteriormente no *Jornal das Famílias*, com vistas a identificar as alterações sofridas no texto em face das mudanças de gênero e do veículo de publicação, da revista para o livro;
- 3) cotejar as quatro redações públicas de “Linha reta e linha curva” realizadas em vida do autor. Também entra no cotejo o texto da edição crítica elaborada pela Comissão Machado de Assis (1975).

A segunda parte tem como objetivos:

- 1) apresentar o manuscrito de *As forcas caudinas*, a partir de uma transcrição diplomática, seguida do fac-símile dos 66 fólios do documento;
- 2) estabelecer as etapas de escrita – [A], A, A¹, A² – presentes no documento;
- 3) cotejar o manuscrito com duas edições existentes de *As forcas caudinas*, elaboradas por Raimundo Magalhães Júnior e Terezinha Marinho.

CONCLUSÃO

Pode-se, naturalmente, concluir que essa edição se fundamenta no conceito de reescrita, mostrando as alterações ocorridas nas diversas etapas, em cada um dos gêneros em que se constitui o texto: da comédia para o folhetim e do folhetim para o conto. Essas alterações, entretanto são feitas de tal modo que fica evidente a origem comum no texto do manuscrito da comédia, cujo original, provavelmente, está perdido.

Tomada a primeira edição em vida do autor, de 1870, como

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

texto de base, observa-se que a segunda está eivada de erros tipográficos e que a terceira é mera reimpressão desta, ambas de 1899.

A apresentação da versão do conto “Linha reta e linha curva” em *Contos fluminenses* comparado com a versão em folhetim nos permite recuperar a etapa em que Machado de Assis transforma a peça de teatro em folhetim, fixando sua obra, documentando sua atitude perante sua produção passada “quando seleciona da revista e lapida os textos que iriam consagrá-lo como contista” (p. 46).

Ana Cláudia Suriani da Silva atualiza a ortografia, informando em notas de pé de página os erros tipográficos encontrados e as variantes encontradas nas diversas edições cotejadas, decidindo sempre pela variante mais atual, ao contrário da edição da Comissão Machado de Assis, que é declaradamente conservadora.

Enfim, trata-se de um trabalho singular relativamente à obra de Machado de Assis e sugerimos que seja mais conhecido e divulgado entre os seus estudiosos e pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Linha reta e linha curva. **In:** *Jornal das famílias*. Publicação ilustrada, recreativa, artística etc. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, out. p. 289-301, nov. p. 321-329, dez. p. 353-369, 1865; jan. p. 5-1, 1866.

———. As forcas caudinas. **In:** ——. *Contos sem data*. Organização e prefácio de Raimundo Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Tecno-print, [s.d.], p. 167-188.

———. As forcas caudinas. **In:** ——. *Teatro completo*, vol. 6. Texto estabelecido por Terezinha Marinho, com a colaboração de Carmem Gadelha e Fátima Saadi. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura e Serviço Nacional de Teatro, 1982, p. 153-191.

———. Linha reta e linha curva. **In:** ——. *Contos fluminenses*, vol. 1. Edições críticas das obras de Machado de Assis, texto estabelecido pela Comissão Machado de Assis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 199-255.

———. Linha reta e linha curva. **In:** ——. *Contos fluminenses*. Nova

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Edição da Academia Brasileira. Rio de Janeiro: H. Garnier; Paris: E. Typ. Garnier Irmãos, 1899b, p. 221-294.

———. Linha reta e linha curva. **In:** ——. *Contos fluminenses*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier; Paris: E. Belantte, [1870], p. 269-354.

———. Linha reta e linha curva. **In:** ——. *Contos fluminenses*. Rio de Janeiro: H. Garnier; Paris, 1899a, p. 221-294.

CALMERS, Vera Maria. Apresentação. **In:** SILVA, Ana Cláudia Suriani. *Linha reta e linha curva*: Edição crítica e genética de um conto de Machado de Assis. Campinas: Unicamp, 2003, p. 13-19.

GOMES, Eugênio. Peça inédita de machado de Assis. **In:** *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 fev., 1953. Primeiro Caderno, p. 6.

SILVA, Ana Cláudia Suriani. *Linha reta e linha curva*: Edição crítica e genética de um conto de Machado de Assis. Campinas: Unicamp, 2003.

**A HISTÓRIA DE REYNAERT
BIBLIOTECA DA LITERATURA
EM HOLANDÊS MEDIEVAL**

Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ e ABRASIL)
alvabrag@uol.com.br

REYNAERTS HISTORIE. Tradução do médio-baixo-holandês de Rita Schlusemann e Paul Wackers. Munster: Agenda Verlag, 2005. 483 p. Biblioteca da Literatura em Holandês Medieval, Vol. 2.

Como continuação da **Bibliothek mittelniederländischer Literatur** (Biblioteca da Literatura em Holandês Medieval, ou BIMILI)²¹, a Agenda Verlag, de Munster, Alemanha, brinda os estudiosos da Filologia Germânica com o segundo volume da coleção, que traz à cena um dos mais importantes textos do mundo ocidental da Baixa Idade Média. **Reynaerts Historie** ou **A história de Reynart** é apresentada ao leitor contemporânea em uma edição bilíngue médio-baixo-holandês/moderno-alto-alemão, a cargo dos pesquisadores Rita Schlusemann e Paul Wackers.

Talvez um dos textos mais significativos, inclusive dentro da produção literária do medievo germanófono, a história de Reynaert, ou em alemão, Reineke, Reinhart,²² dentre outros nomes, pertence a uma tipologia textual característica do baixo medievo, a partir do século XII, que se configura em uma utilização de animais como metáforas do ser humano em seus vícios e virtudes. Como estampado na contracapa deste volume e para resumir a épica, *a raposa Reynaert, sempre e com habilidade, sabe se livrar de situações críticas, atra-*

²¹ - A resenha do primeiro volume da Biblioteca foi por nós empreendida. Cf. em BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. Apresentação da Biblioteca da Literatura em Holandês Medieval – *Karel ende Ellegast – Karl und Ellegast*. In: SILVA, José Pereira da. (Org.). *Revista Philologus*, Ano 15, Número 43. Rio de Janeiro: CIFEFIL, jan./abril. 2009, p. 175-179.

²² - Devido ao espaço limitado para a resenha não traçaremos aqui a trajetória profícuca de Reynaert pelo medievo germanófono e românico. Sobre o assunto cf. *Reynaerts historie* (2005, p. 412-415; p.433-438).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vés de suas artimanhas, sua astúcia e se aproveitando das fraquezas de seus oponentes.

Em alemão o termo **Tierepos** (épica animal) designa esse conjunto de textos.²³ No caso da obra em holandês medieval, segundo Schlusemann & Wackers (2005, p. 409), houve duas importantes versões das aventuras da raposa Reynaert:²⁴ a primeira surgida aproximadamente na metade do século XIII intitulada *Van den vos Reynaerde* (Sobre a raposa Reynaerd) e a segunda, uma reedição melhorada e ampliada do texto anterior, dada à lume ou no século XIV ou no posterior, de título *Reynaerts historie* (A história de Reynaert).

Conforme as regras de estabelecimento dos textos da BIMILI, os editores apresentam diretamente o texto em **mittelniederländisch** (holandês medieval) e em moderno-alto-alemão. Como em uma edição crítica, são apresentadas em notas de rodapé informações acerca do texto original, bem como de conceitos e termos isolados de compreensão importante. Salientamos, e.g., à página 3, a nota acerca do vocábulo **Duutsche**:

Duutsche: este conceito, que remonta ao germânico *theuda* através do latim *theodiscus*, pode designar todos os dialetos continentais germânico-ocidentais, as línguas germânicas (cf. v. 4039-4041) ou também os dialetos do território linguístico holandês. Jacob van Maerlant distingue as línguas do sudoeste (*dietsch*) daquelas no norte e no leste (*duutsch*).²⁵

Essa preocupação com a inteligibilidade da *História de Reynaert* perpassa todos os 7805 versos da obra, após o quê se procede a sua análise bem mais pormenorizada.

Schlusemann & Wackers apresentam, em um primeiro momento, a matéria e a tradição da obra, voltando até à possível fonte original, base para a *historie*, que teria sido a épica em latim *Ysen-*

²³ - A utilização de animais em diferentes obras e gêneros literários durante o Baixo medievo demonstra a remissão constante àqueles como quasi retratos do homem com seus vícios e virtudes. Tanto na épica quanto na paremiologia em língua latina encontram-se animais como *specula humanos*. Sobre a importância destes nos provérbios em latim medieval, cf. BRANGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. *A fraseologia medieval latina como reflexo de uma sociedade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2009, p. 66-93.

²⁴ - Manteremos em holandês o nome do personagem principal.

²⁵ - As traduções das citações são de responsabilidade do resenhista.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

grimus, composta por um clérigo na metade do século XII em Gent, na atual Bélgica. Segundo os editores (2005, p. 411), *este é o primeiro texto europeu, nos quais os animais não são tipos, mas sim figuras com nomes próprios (os dois mais importantes são o lobo Ysen-grimus e a raposa Reinardus)*. Em seguida são mencionadas as fontes em francês *Roman de Renart* (redigida entre 1170 e 1250) e o texto já mencionado *Van den vos Reynaerde*, anterior a 1270 e composto no leste de Flandres.

Especificamente no tocante à *Reynaerts historie*, são mostradas as diversas camadas textuais e intertextuais que ajudaram ao pretenso autor, Willam, na composição de seu texto, salientando-se as variantes de conteúdo e também as apropriações da obra anterior *Reynaerde*.

Com um preparo digno das sérias edições filológicas segue-se um aparato crítico que engloba considerações acerca da transmissão do texto, via manuscritos B e C, além de dados técnicos sobre os mesmos, bem como notas relacionadas ao surgimento dos mesmos.

Outros tópicos componentes da edição que ampliam o horizonte de investigação relacionam-se à discussão sobre o pretenso autor do texto, Willam.²⁶ Território e época do surgimento das peripécias da raposa são também analisados, contudo é extremamente significativa a análise textual, contida entre as páginas 421 e 433 e subdividida em “Estrutura”, “Aparência e Realidade” e “Poder verbal”, sendo que elementos da linguagem da intimidação e da retórica, absolutamente manipuladores, encontram-se documentados na fonte.

Para nós, *Reynaerts historie* é um texto que permite muito bem a visualização da questão histórico-social, comumente denominada “contexto”. Devido ao fato dos Países Baixos (atuais Holanda e Bélgica) se encontrarem à época da fixação da obra sob domínio burgúndio, as tensões daí advindas espalham-se. Os estamentos sociais, principalmente a nobreza e os servos, distanciam-se ainda mais um do outro. Interesses comerciais familiares, ligações pessoais fortalecidas e buscadas, modificações concernentes à administração pú-

²⁶ - A questão da autoria – *Autorschaft* - é tema extremamente presente e recorrente na Medievalística e na Filologia Germânicas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

blica, em que os funcionários públicos acabam se constituindo em uma camada de ligação entre aristocracia e “povo”²⁷ permitem a afirmação de Schlusemann & Wackers (2005, p. 429), de que, pois, *é compreensível que uma constelação social de tal monta constitua um solo fértil para a economia entre primos e para a corrupção.*

A recepção da história da raposa Reynaert em território de língua holandesa e alemã é detalhada com as obras em prosa e em verso do mesmo personagem, salientando-se o cuidado com a indexação e discussão técnica e teórica das fontes. Segue-se, então, uma sucinta, porém precisa revisão bibliográfica com os principais trabalhos e estudos sobre o tema desde o século XIX até o XXI.

Os dois últimos capítulos anteriores à Bibliografia demonstram a seriedade do trabalho empreendido pelos editores. No primeiro deles, que trata da edição do texto, encontram-se as sete regras normativas para a sua fixação, sendo esclarecedor mencionar, palavras dos editores (2005, p. 444), de que *não se tenciona uma reconstrução do texto original, mas sim uma edição crítica satisfatória, no que as variantes das fontes, surgidas antes de 1500, são também utilizadas.* Para os críticos textuais mais tradicionais, talvez aqui pudessem incidir críticas, porém a seguir indexa-se uma listagem rigorosa, que contém o número do verso, a lição da edição, a lição no manuscrito B, do qual o texto crítico é derivado, e a redação, que oferece a base para a **emendatio**. Mostremos alguns exemplos:

Verso	Texto Editado	Manuscrito B	Português
11	ic	My	Eu
856	hagen	Hauen	Sebe
2303	morgen	Morge	Dia
3478	verlengen	Verlenge	Prolongou
5591	ebenushout	Elenushout	Ébano

No próximo capítulo tem-se um glossário explicativo com os nomes próprios, ocorrentes na *Hiistória de Reynaert*, com dados de ordem histórica e ficcional acerca deles, acrescidos com o(s) verso(s) em que aparecem. Aristóteles (v.5053) e Hécuba (v.5526) convivem na história com Juno (v.5500 e 5512) e o personagem Maradigas

²⁷ - A palavra “Povo” prende-se aos estamentos inferiores da sociedade de então. Não entramos na discussão teórica acerca do conceito histórico, antropológico e sociológico do termo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(5594), constante da obra *Cleomadès* de Adnet le Roi, que viveu entre 1240 e 1300 aproximadamente.

Com uma Bibliografia extensa e qualitativamente importante encerra-se a obra. O segundo volume da **Biblioteca da Literatura em Holandês Medieval** contribui ainda mais para o conhecimento da Literatura Medieval em línguas germânicas, no caso em holandês, e mostra com a *História de Reynaert* como os seres humanos, quase que transmutados em animais, agiam e ainda agem em tempos históricos passados, porém tão cotidianos. A Filologia e Medievalística Germânicas no Brasil agradecem!

**COMENTÁRIOS SOBRE *PRECONCEITO E INTOLERÂNCIA*
NO DISCURSO JORNALÍSTICO**

Gil Roberto Costa Negreiros (UNIVERSITAS, UNIFEI)
gilrobertonegreiros@yahoo.com.br

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008, 141 p.

Merece destaque no cenário acadêmico a obra “Preconceito e Intolerância na Linguagem”, publicação de Marli Quadros Leite, livre-docente da Universidade de São Paulo e pesquisadora na área da Ciência Linguística, em temas como *norma e uso, oralidade e escrita e estudos sobre gramáticas históricas do português*. É autora de relevantes trabalhos, dentre eles “Metalinguagem e Discurso: a Configuração do Purismo Brasileiro” e “O Nascimento da Gramática Portuguesa”, além da obra aqui resenhada.

Nesse livro, os objetivos da pesquisa, desde o início do texto, são apresentados de maneira clara e direta. Busca-se investigar marcas intolerantes e preconceituosas em discursos da imprensa. Assim, há, no trabalho, interesse em desvendar o *preconceito* e a *intolerância* linguísticos, comportamentos sociais que vão de encontro ao caráter heteroclítico presente na dinâmica da língua.

Com riquíssimos *corpora* jornalísticos e linguagem acessível, “Preconceito e Intolerância na Linguagem” é dividido em quatro capítulos.

No primeiro, a autora parte de pressupostos filosóficos de Voltaire, Dascal, Bobbio e Rouanet e elabora um relato breve, porém preciso, sobre as bases teóricas que irá adotar. Segundo ela, a escolha desses nomes se deu em virtude da ainda não existência, no Brasil, de obras da Linguística que tratam do tema:

Como nem o *preconceito* nem a *intolerância* relativos à linguagem foram até o momento, pelo menos no Brasil, estudados com o rigor teórico que o tema exige, partiremos de conceitos formulados para a questão por estudiosos de outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, pelos filósofos. (1998, p. 15)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Após essa constatação, Leite diferencia *preconceito* de *intolerância*. Do ponto de vista leigo, tais expressões podem ser consideradas como sinônimas. Contudo, a partir de um olhar mais atento, percebe-se que "*preconceito* é a ideia, a opinião ou o sentimento que pode conduzir o indivíduo à *intolerância*, à atitude de não admitir opinião divergente e, por isso, à atitude de reagir com violência ou agressividade a certas situações." (*idem*, p. 20)

A pesquisadora avança um pouco mais na diferenciação, postulando que a *intolerância* é demonstrada a partir de um comportamento, de uma reação explícita, enquanto o *preconceito* é marcado tacitamente, podendo existir sem jamais se revelar.

Diferentemente da *intolerância*, o *preconceito*, justamente por ser implícito, pode atuar como pano de fundo em certas técnicas argumentativas. Desta forma, "o *preconceito* decorre de incompatibilidades entre a *pessoa* e o *ato* que ela executa, ou, ao contrário, entre o *ato* e a *pessoa*, incluindo-se aí o discurso." (*idem*, p. 27).

Quando se tem uma imagem favorável do outro, suas ações e seus pronunciamentos serão considerados como positivos, mesmo que sejam atos e pronunciamentos errados. O mesmo ocorreria inversamente: uma imagem desfavorável de determinada pessoa conduz a julgamentos negativos dos seus atos e dos seus dizeres. Isso nos leva a notar a existência de um *preconceito positivo* e de um *preconceito negativo*. Enquanto aquele surge de uma imagem favorável que se faz de outrem, este se origina de uma imagem negativa:

A ideia favorável ou desfavorável sobre a pessoa vem de fatos exteriores (como postura, traje, linguagem em desacordo com a norma esperada etc) e isso afeta, positiva ou negativamente, no caso do comportamento preconceituoso, o julgamento sobre a pessoa ou seus atos. (*idem*, p. 27)

A partir dessa discussão a respeito da diferença entre *preconceito* e *intolerância*, são organizados os outros capítulos da obra, todos dedicados a demonstrar, por meio de cuidadosa análise, marcas preconceituoso-intolerantes nos discursos da mídia. Metodologicamente, há que se destacar a organização desses *corpora* no segundo e terceiro capítulos. Distribuídos de acordo com o gênero textual, Leite realiza sua investigação em artigos jornalísticos, em crônicas, em cartas dos leitores, em reportagens, em entrevistas e em ensaios.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Assim, no segundo capítulo, são apresentados ao leitor excertos desses gêneros e, a partir da análise dos trechos selecionados, retirados da revista *Veja* e do jornal *Folha de S.Paulo*, são apontados índices de *preconceito*, materializados na linguagem do jornalismo.

O mesmo ocorre no terceiro capítulo. Nele, contudo, por meio de outros exemplos, retirados dos mesmos veículos, a pesquisadora investiga a presença da *intolerância*.

No quarto e último capítulo, ao analisar um artigo da revista *Educação*, a autora demonstra como o *preconceito* e a *intolerância* linguísticos estão presentes em textos cujo público-alvo é o professor.

De maneira geral, “Preconceito e Intolerância na Linguagem” é uma obra diferente de outros trabalhos produzidos no cotidiano acadêmico brasileiro, sobretudo por discutir *preconceito* e *intolerância* separadamente, a partir de pressupostos da Filosofia. Além disso, o uso dos vários excertos na análise garante ao leitor, com muita nitidez, uma visão detalhada desses dois comportamentos.

Também, ao separar e analisar o *corpus*, composto, como já dissemos, por exemplos retirados da imprensa escrita, demonstra-se que o *preconceito* e a *intolerância* linguísticos são fenômenos muito comuns em veículos midiáticos. Indutivamente, isso nos leva a notar que atitudes intolerantes e preconceituosas são comuns na sociedade do Séc. XXI, tendo em vista que jornais e revistas, de certa forma, são representações sociais muito significativas.

Assim, destaca-se a importância do tema, o qual vem ao encontro da busca de uma sociedade mais justa e democrática. Torna-se assustador o fato de tais idéias e atitudes ainda transparecerem, com ampla nitidez, em discursos da mídia brasileira, desde jornais e revistas de grande circulação até periódicos voltados para públicos mais específicos, como os educadores.

Somadas a isso, a clareza das apresentações, a objetividade e a precisão nas análises fazem com que essa obra se torne material obrigatório para professores, pesquisadores e estudantes. Todos eles, não só da área de Letras, estamos certos, serão beneficiados com a leitura dessa obra, que vem preencher uma lacuna ainda presente na bibliografia produzida pela ciência da linguagem brasileira.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Além disso, com a publicação de “Preconceito e Intolerância na linguagem”, Marli Quadros Leite oferece ao pesquisador várias possibilidades de pesquisa. Metaforicamente, a obra “abre caminhos” para novas investigações, tanto no âmbito da Linguística como em outras áreas das Ciências Humanas.

HOMENAGEM A UM LINGUISTA

Cleide Emília Faye Pedrosa (UFRN)
cleidepedrosa@oi.com.br

Coleção Luiz Antonio Marcuschi. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

O Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE oferece à comunidade acadêmica a **Coleção Luiz Antônio Marcuschi** em homenagem ao nobre professor. A Coleção reúne a reedição do livro: *Linguística de Texto: o que é e como se faz?* de autoria do homenageado; *Um linguista, orientações diversas* (vol I e II), tendo como organizadoras Ângela Dionísio, Judith Hoffnagel e Kazuê Barros e um DVD – *Entre a imagem e a palavra: reflexões sobre fala, escrita e ensino*, com entrevistas e palestras dada pelo Professor Marcuschi. As organizadoras reconhecem que nenhuma homenagem seria “justa ao merecimento do Professor Marcuschi”, contudo, esperam assinalar, com essa Coleção, “que o conhecimento só se constrói a partir dos outros saberes e que a melhor maneira de louvar quem combateu o bom combate é jamais retirá-lo do seu campo de batalha: a inesgotável aventura do conhecimento.” (p. 10, apresentação do livro: *Linguística de Texto: o que é e como se faz?*).

Sobre a importância desta Coleção e do homenageado, podemos ainda destacar as vozes de:

A sua (do Professor Marcuschi) contribuição à pesquisa na área de Linguística é notável, expressa através da vasta publicação(...). Esse papel de pesquisador líder se reflete na sua participação como consultor do Ministério da educação, dos comitês do CNPQ, da CAPES, da FINEP e da FACEPE. Portanto, essa homenagem ora prestada ao seu ilustre professor é uma das provas do reconhecimento da Universidade à sua imensa dedicação à geração e transmissão de conhecimentos (Amaro Henrique Pessoa Lins, Reitor da UFPE, catálogo do DVD).

Marcuschi sempre exerceu um papel agregador, impulsionador de todas as atividades acadêmicas nas quais esteve envolvido. A UFPE, através de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação reconhece a justa homenagem que lhe é prestada nesse livro. (Anísio Brasileiro, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPE, catálogo do DVD).

Trata-se, pois, de um material que introduz o leitor nesta significati-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

va caminhada do intelectual, do professor, do pesquisador, do orientador, do administrador, ao mesmo tempo que reflete o papel fundamental exercido por Marcuschi no desenvolvimento e na consolidação da Pesquisa nas diversas áreas da linguagem Humana. (Gilda Lins, Presidente da editora Universitária da UFPE, catálogo do DVD).

A reedição do livro: *Linguística de Texto: o que é e como se faz?* atende a uma demanda acadêmica, pois há muito estava esgotado. O livro marca a grande influência que foi a Linguística Textual (LT) a partir dos anos 1960 e de seu berço alemão (país que participou da formação do Professor Marcuschi). Esta obra marco foi publicada pela primeira vez em 1983. A partir dela “decorrem inúmeros estudos, discussões, outras obras, e o que é mais surpreendente – uma reflexão seguida de uma mudança histórica no processo do ensinar e prender língua.” (p. 12, apresentação). O livro reúne em suas paginas: ‘algumas definições de texto’, segundo os paradigmas que as fundamentaram, como definições de acordo com a imanência do sistema linguístico, ou através de critérios temáticos e transcendentais ao texto, ou ainda seguindo um mapeamento cognitivo; ‘definição geral provisória de Linguística de Texto, em três perspectivas: “uma LT que tem por objeto textos numa esfera autônoma da linguagem”, “uma LT que veria o texto como nível de estruturação de *cada língua*”, e “toda a linguística nada mais é do que uma LT, já que todas as manifestações linguísticas se dão apenas como textos concretos” (p. 34); ‘algumas categorias textuais e sua aplicabilidade’, envolvendo fatores de contextualização, de coesão e coerência. O posfácio do livro traz uma criativa contribuição das organizadoras: uma entrevista de Marcuschi 1983 com Marcuschi 2004, e como os conceitos de texto, LT são revisitados pelo linguista após duas décadas.

Outra parte da Coleção LAM – *Um linguista, orientações diversas* - contempla dois volumes dedicados aos que tiveram o privilégio de serem orientados pelo Mestre Marcuschi (assim como nós que o fomos duplamente, no Mestrado e no Doutorado), o volume I, com textos de ex-orientandos do Mestrado e Volume 2, com textos de ex-doutorandos. Os dois volumes abrangem o fluxo de 1978 a 2006, são quase três décadas de (co)geração de conhecimento nas mais diversas áreas do campo da linguística. Em sua trajetória, o professor orientou 50 dissertações de mestrado, 15 teses de doutorados, além de participar em bancas de 21 teses e 19 dissertações em todo país.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O volume I é preenchido com 24 capítulos resultantes de dissertações e abrange conteúdos os mais diversificados: sociolinguística, ensino de L2, aquisição de língua materna, sexismo linguístico, Leitura, Linguística de Texto, Análise da Conversação (AC), Linguística Cognitiva, Análise do Discurso (AD), Pragmática, e Análise Crítica do Discurso (ACD), entre outros. Esta abrangência temática aponta para o grande pesquisador que não recuava diante do novo e para vários interesses de um homem plural.

Apenas para indicar algumas pesquisas, no campo da Sociolinguística, o volume traz os capítulos de Abuêndia Pinto – “Conservação dos níveis sociolinguísticos na tradução literária”, e o de Tany Moura – “Norma e variação linguística no ensino de português: ciência e senso comum na construção do saber docente”. Em Linguística Textual: Irandé Antunes com “Um olhar sobre a língua e seu ensino desde a linguística de texto: considerações e análise de resultados”; Cleide Emília Faye Pedrosa com “Leitura e reprodução de textos: informações objetivas e criatividade”. Em AC: Kazuê Barros com “Aspectos da organização conversacional entre professor e aluno em sala de aula”; Amara Cristina Botelho com “Aspectos da conversação natural nos diálogos entre personagens machadianos”. E em ACD: Karina Falcone com “O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal”.

O volume II é formado por 15 capítulos resultantes de teses, abrangendo áreas já contempladas no primeiro volume. Em Pragmática: Maura Pena com “A atribuição de identidade social como ato de fala”; Megan Estrada com “O uso do marcador pragmático ‘entendeu’ em narrativas orais”. Em Gêneros Textuais: Vicentina Ramires com “Gêneros textuais acadêmicos: o resumo” e Benedito Gomes Bezerra com “Colônia de gêneros introdutórios: o que é e como se constitui”.

A Coleção, principalmente os dois volumes mapeados acima, presta-se também para que pesquisadores incansáveis se voltem para estudar as contribuições da linguística durante quase três décadas e como seus paradigmas têm mudando, avançado, aprofundado, e alguns até se mantido fieis às suas bases.

No DVD – *Entre a imagem e a palavra: reflexões sobre fala, escrita e ensino* - encontramos “trechos de algumas palestras e en-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

trevistas que foram dadas pelo homenageado ao longo de sua trajetória intelectual”. Foram selecionadas, “principalmente, passagens em que Marcuschi aborda os conceitos de língua, linguagem e texto” (p. 10, apresentação dos vol I e II).

Quando os organizadores do livro *Conversas com linguistas* (resenhado por Silva, 2003) perguntaram a Marcuschi “o que é Língua?” e “qual a relação entre língua, linguagem e sociedade?”, o filósofo da linguagem iniciou sua resposta afirmando que “Língua é algo muito difícil de definir”, depois reflexiona sobre essas questões e expõe:

Ela é um domínio público de construções simbólicas e interativa do mundo (...) Língua se manifesta como uma atividade social e histórica desenvolvida interativamente pelos indivíduos com alguma finalidade cognitiva, para dar a entender ou para construir algum sentido.

A linguagem seria uma faculdade humana e a língua uma das formas assumidas por essa faculdade no exercício cotidiano do ponto de vista social e histórico. (...) existe uma relação bastante estreita entre estruturas sociais e estratégias linguísticas. (...) Eu diria: linguagem e sociedade mantêm uma relação não simétrica, mas complexa que passa por uma série de outros aspectos, entre eles, a cognição, os interesses. (Xavier; Cortez, 2003, p 132, 133).

Para homens e mulheres comuns, como pontua também Rajagopalan (2004, p. 33), “a língua é um potente símbolo de conotações sociais, políticas, ideológicas e muitas vezes étnicas”, aspectos que Marcuschi destaca não só em seus pronunciamentos, mas, sobretudo em seus posicionamentos e comprometimentos dentro de uma política educacional, pois entende que a linguagem deve ser apreendida em suas “múltiplas relações com o homem e com as instituições humanas” (Borges Neto, 2004, p. 19)

Em *Conversas com Linguistas* tivemos uma mostra de uma conversa com este professor que traz a humanidade à flor da pele (todos, que tiveram um contato mais próximo com ele, concordam comigo). Agora, com esta coleção, que traz o passado, destaca o presente e assegura o conhecimento de seus trabalhos no futuro, os mais de 3.000 linguistas do Brasil, e os que ainda se formarão (em várias áreas), poderão entrar em contato com palavras, imagens e sons, numa materialização de semioses de um texto multimodal que, por questões puramente de logística, recorta apenas fragmentos entre outros que poderiam estar inclusos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A meta das organizadoras, nesta Coleção, foi apresentar “um percurso histórico dos (muitos) interesses do Marcuschi enquanto orientador, ao longo dos anos que atuou no PGLetras”. Faça-nos que foi alcançada nas variadas pesquisas resumidas nos capítulos correspondentes dos dois volumes de *Um linguista, orientações diversas*, na reedição de *Linguística de Texto: o que é e como se faz?* e no DVD – *Entre a imagem e a palavra: reflexões sobre fala, escrita e ensino*.

O grande Marcuschi um dia afirmou: “com a linguística você não fica rico, mas sem ela seu povo é mais pobre” (Xavier; Cortez, 2003, p 137). Com certeza, Marcuschi, nós seríamos mais pobre sem a sua grande contribuição acadêmica e sem a sua presença humanizante.

REFERÊNCIAS

BORGES NETO, José. *Ensaio de Filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

DIONISIO, Ângela; HOFFNAGEL, Judith; BARROS, Kazuê (orgs). *Um linguista, orientações diversas*. Vol I e II. Coleção LAM. Recife: UFPE, 2009.

———. *DVD - Entre a imagem e a palavra: reflexões sobre fala, escrita e ensino*. Coleção LAM. Recife: UFPE, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* Coleção LAM. Recife: UFPE, 2009.

SILVA, José Pereira da. Conversas com linguistas. Resenha. *Revista Philologus*. Ano 9, nº 25, jan-abril, 2003.

XAVIER, Antonio Carlos; CORTEZ, Susana. *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola, 2003.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
 - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
 - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 250 palavras, com indicação de três palavras-chave e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

REVISTA PHILOLOGUS
A/C de José Pereira da Silva
Rua Visconde de Niterói, 512/97
20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico pereira@filologia.org.br, pelo telefone (21) 2569-0276, ou através do portal www.filologia.org.br/revista/